

Ano XVI, nº 14, junho de 1997

# Raízes

Revista de Ciências Sociais e Econômicas

# 14

A UNIVERSIDADE DO FUTURO: ESTUDOS PRELIMINARES  
COMPARADOS DA RENOVAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE  
BERLIM (ALEMANHA) E PARAÍBA (BRASIL) ● AGRICULTO-  
RES EM TEMPO PARCIAL NO OESTE AFRICANO: O CASO DA  
PROVÍNCIA DO ESTUÁRIO NO GABÃO ● A NOVA HISTÓRIA,  
SEUS TEMAS E MÉTODOS: UM DIÁLOGO COM A ANTROPO-  
LOGIA ● CRISE NEO-LIBERAL E ALTERNATIVA SOCIALISTA  
● MOVIMENTOS SOCIAIS E ONG'S NA CONSTRUÇÃO DAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS E DA ÉTICA CIDADÃ ● PESQUISA  
AGROPECUÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL ● O  
PROÁLCOOL E SEUS EFEITOS SOBRE A AGRICULTURA DE  
VISCONDE DO RIO BRANCO, MINAS GERAIS.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
MESTRADOS EM ECONOMIA E SOCIOLOGIA

CAMPUS II - CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

Ano XVI, nº 14, junho de 1997

# Raízes

Revista de Ciências Sociais e Econômicas

**A UNIVERSIDADE DO FUTURO: ESTUDOS PRELIMINARES COMPARADOS DA RENOVAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE BERLIM (ALEMANHA) E PARAÍBA (BRASIL) • AGRICULTORES EM TEMPO PARCIAL NO OESTE AFRICANO: O CASO DA PROVÍNCIA DO ESTUÁRIO NO GABÃO • A NOVA HISTÓRIA, SEUS TEMAS E MÉTODOS: UM DIÁLOGO COM A ANTROPOLOGIA • CRISE NEO-LIBERAL E ALTERNATIVA SOCIALISTA • MOVIMENTOS SOCIAIS E ONG'S NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA ÉTICA CIDADÃ • PESQUISA AGROPECUÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL • O PROÁLCOOL E SEUS EFEITOS SOBRE A AGRICULTURA DE VISCONDE DO RIO BRANCO, MINAS GERAIS.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PARAÍBA  
MESTRADOS EM ECONOMIA E SOCIOLOGIA**

CAMPUS II - CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

---

# Raízes

Revista de Ciências Sociais e Econômicas

Ano XVI, nº 14, junho de 1997

Uma publicação dos Mestrados em Economia e Sociologia  
UEPB – Campus II – Campina Grande – PB

EDITOR:

Antônio Gomes da Silva

COMITÊ DE REDAÇÃO:

Antônio Gomes da Silva  
Edgard Afonso Malagodi  
Renato Kilpp

CONSELHO EDITORIAL:

Antônio Gomes da Silva (UEPB/CG)  
Bernard Roux (INRA/Paris)  
Bernd R. Rabehl (FU/Berlim)  
Ghislaine Duque (UEPB/CG)  
Gian Mario Giuliani (UFRJ)  
Hughes Lamarche (Université Paris X/França)  
João Otávio P. Barros (UEPB/CG)  
Jorge Romano (UGRRJ/CPDA)  
José Heleno Rotta (UEPB/CG)  
Josefa Salete B. Cavalcanti (UFPE)  
Jurandir Antonio Xavier (UEPB/CG)  
Manoel Luiz Malaguti (UFES)  
Maria da Guia Santos Gareis (UEPB/CG)  
Maria N. Baudel Wanderley (UNICAMP)  
Manoel Correia de Nadrade (UFPE)  
Márcio de Matos Caniello (UEPB/CG)  
Maria L. Gonçalves de Carvalho (UEPB/CG)  
Otávio Ianni (PUC/SP)  
Paola Cappelin Giuliani (UFRJ)  
Paulo Ortiz Rocha Aragão (UEPB/CG)  
Regina Célia Reyes Novais (UFRJ)  
Reinaldo Antonio Carcanholo (UFES)  
Sebastián Sánchez Martín (UEPB/CG)  
Theotônio dos Santos (UEF)

DIAGRAMAÇÃO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:

Lamarck Bezerra de Melo

APOIO:

UEPB – Centro de Humanidades

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

REITOR:

Jáder Nunes de Oliveira

VICE-REITOR:

Marcos Antônio Gonçalves Brasileiro

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO:

Maria José Lima da Silva

---

CENTRO DE HUMANIDADES

DIRETORA:

Maria Cristina de Melo Marim

VICE-DIRETOR:

Durval Muniz de Albuquerque Jr.

ENDEREÇO DA REDAÇÃO:

Universidade Federal da Paraíba  
CH-Mestrados em Economia e Sociologia  
Av. Aprígio Veloso, 882  
58109-970 - Campina Grande - PB.  
Fone/Fax: (083) 310-1051/(083) 310-1052  
e-mail: raizes@ch.ufpb.br  
web: www.ch.ufpb.br/~raizes

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

RAIZES, Ano XVI, nº 14, jun. 1997.  
UEPB, Campus II  
CH-Mestrados em Economia e Sociologia  
CDD-330  
CDU-338-43(05)

ISBN 0102-252X

RAIZES, 1997.

# Raízes

Revista de Ciências Sociais e Econômicas

Nº 14

ANO XVI, JUNHO/1997

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PARAÍBA  
MESTRADOS EM ECONOMIA E SOCIOLOGIA  
CAMPUS II - CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

## SUMÁRIO

*Bernd Rabehl, Renato Kilpp, Jurandir A. Xavier e Lúcia de Fátima A. Couto*

A UNIVERSIDADE DO FUTURO: Estudos Preliminares Comparados da Renovação das Universidades de Berlim (Alemanha) e Paraíba (Brasil) .....	7
--	---

*Dalva Maria da Mota e Nathalie Besson*

AGRICULTORES EM TEMPO PARCIAL NO OESTE AFRICANO: O Caso da Província do Estuário no Gabão1 .....	33
---	----

*Gervásio Batista Aranha*

A NOVA HISTÓRIA, SEUS TEMAS E MÉTODOS: Um Diálogo com a Antropologia .....	47
--	----

*José Valenzuela Feijóo*

CRISE NEO-LIBERAL E ALTERNATIVA SOCIALISTA .....	83
--	----

*Maria Esther Barbosa Dias*

MOVIMENTOS SOCIAIS E ONG's NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA ÉTICA CIDADÃ .....	113
---	-----

*Robério Ferreira dos Santos e Pedro Carlos Gama da Silva*

PESQUISA AGROPECUÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL .....	125
--	-----

*Gerson H. da Silva, Robério T. Campos e Teobaldo C. Mesquita*

O PROÁLCOOL E SEUS EFEITOS SOBRE A AGRICULTURA DE VISCONDE DO RIO BRANCO, MINAS GERAIS .....	137
--	-----

## A UNIVERSIDADE DO FUTURO: ESTUDOS PRELIMINARES COMPARADOS DA RENOVAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE BERLIM (ALEMANHA) E PARAÍBA (BRASIL)

*Bernd Rabehl*

*Renato Kilpp*

*Jurandir Antonio Xavier*

*Lucia de Fatima Almeida Couto<sup>1</sup>*

### UM BREVE HISTÓRICO

A 'idéia' de universidade, de sua autonomia irrestrita, nunca deixou de transformar-se com a realidade política. Na Alemanha, as universidades estiveram submetidas à politização já no século XIX, embora esse processo encontre um final transitório em 1933. No Brasil elas já nasceram politizadas. Nas questões relativas a financiamentos, nomeações, admissões, temas de pesquisa e ensino, normas de exames, concursos públicos e alocação dos estudantes universitários, nestes assuntos da universidade, Estado e economia privada frequentemente tiveram suas participações, sem, no entanto, poder destruir no fundamental sua 'autonomia' e autogestão. A ditadura nacional-socialista destruiu esta auto-suficiência, intervindo diretamente na universidade, tornando o ensino e a pesquisa dependentes das exigências da economia de guerra e da ordem interna da di-

---

<sup>1</sup> Dos autores: Bernd Rabehl, Professor da Universidade Livre de Berlim; Renato Kilpp, Professor da UFPB/Campus II; Jurandir A. Xavier, Professor da UFPB/Campus II; Lúcia Couto, Professora da Universidade Estadual da Paraíba.

tadura. As universidades foram levadas às imposições políticas do Estado e o ensino experimentou, através do Ministério da Cultura, a sistemática própria das escolas técnicas superiores, formando determinadas quantidades de especialistas em curtos prazos. Contudo, mesmo nas condições de ditadura, permaneceram 'resíduos' da velha universidade nas respectivas áreas especializadas. Eles tornaram-se pontos de partida da 'restauração' da velha universidade na República Federal, que tomou curso só a partir dos anos sessenta, sob pressão da educação em massa e da regulação estatal.

As universidades no Brasil desenvolveram-se a partir de escolas isoladas, religiosas, militares e mesmo civis, de teologia, filosofia, direito, medicina e engenharia, sendo repensadas, sob a ditadura de Vargas, como locais de formação de uma moderna inteligência, que tivesse em mente a perspectiva social de um país industrial, desvinculando-se do provincianismo e dos privilégios das elites tradicionais. Não por acaso as universidades públicas de São Paulo e Rio de Janeiro alcançaram proporções e qualidade das universidades européias ocidentais, que estavam comprometidas com as idéias de autonomia e autogestão universitárias. Industrialização, alfabetização e modernização exigiam, junto aos especialistas, também uma inteligência, representando uma totalidade social, para a qual as transformações de longo prazo da sociedade trouxessem como resultado a despedida do atraso econômico e das tradições coloniais. Nas condições da ditadura, a universidade foi vista como um meio de desalojar as elites tradicionais e de preparar o terreno para a nova inteligência que – como executiva dos bancos e da indústria, como altos funcionários públicos e produtores culturais, como professores universitários e pesquisadores – fixariam novas condições de trabalho na administração e na economia, influenciando as transformações sociais em curso.

Das universidades, na verdade, vieram as oposições intelectuais à ditadura, mas sua força produtiva como fator de renovação e como elemento de transformações culturais foram apreciados tão significativamente por parte da administração estatal do Presidente Vargas, que os aspectos político-oposicionistas não foram vistos como suficientes para intromissões governamentais maiores, imobilizadoras do desenvolvimento das universidades. Mesmo em 1968, a ditadura militar se

engaja na modernização da universidade, mantendo-a consideravelmente independente, tendo-a como instrumento de modernização social e instituindo novas universidades federais ao longo do território nacional. Muito cedo no Brasil, as universidades estiveram submetidas às pressões da politização, caindo na pressão da racionalização ou 'economização' só no ocaso da ditadura militar, a partir de meados dos anos oitenta. A imposição da educação em massa, resultado da demanda social por qualificação intelectual e expressão de mudanças técnicas e econômicas infra-estruturais da sociedade, que alcançaram de forma crescente as universidades brasileiras, acabaram mudando suas funções. Aliás, como na Alemanha, também aqui acabou se impondo a redução qualitativa da formação universitária em termos de escola profissional, deixando de ser a universidade de massa, local de formação de elites<sup>2</sup>.

#### A 'SOCIALIZAÇÃO' DAS UNIVERSIDADES E SUA MASSIFICAÇÃO

A crescente intelectualização da qualificação do trabalho nas diferentes áreas administrativas, produtivas, culturais e sociais, elevou o fluxo de demandas das universidades na Alemanha e no Brasil. Sua massificação teve conseqüências imediatas para a pesquisa, o ensino e, sobretudo, para as profissões intelectuais. Uma intelectualização da qualificação do trabalho, no entanto, não foi identificado com definições profissionais precisas nas carreiras acadêmicas, de tal maneira que, ao lado das clássicas atividades intelectuais como professores, engenheiros, médicos, executivos, administradores, etc., surgiu um am-

---

<sup>2</sup> RIBEIRO, D., *A Universidade Necessária*, São Paulo, 1969. FERNANDES, F., *Educação e Sociedade no Brasil*, São Paulo, 1966 e *A Universidade Brasileira*, São Paulo, 1979. VAZ, H. de Lima, *Cultura e Universidade*, Petrópolis, 1966. CUNHA, L. A., *A Universidade Temporã*, Rio de Janeiro, 1980; *A Universidade Crítica*, Rio de Janeiro, 1989 e *A Universidade Reformanda*, Rio de Janeiro, 1989. LIMONGI, F., *Mentores e Clientelas da Universidade de São Paulo* e *A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo*; em MICELLI, S. (Org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, São Paulo, 1989. RABEHL, Bernd, *Idee und Realitaet der brasilianischen Universitaet (Manuskript)*, Campina Grande, 1990. SCARICABAROZZI, R. A., *Universidad, Ciencia y Sociedad en América Latina*, Buenos Aires, 1995. XAVIER, J. A., *A Universidade no Nordeste, em A Contemporaneidade da Questão Regional*, Paraíba, 1992.

plo espectro de novas atividades intelectuais potenciais em que cada estudante teria que vir a ser incluído.

As universidades, em suas atividades de pesquisa e ensino, sob tal pressão social, tiveram que suportar o assalto de jovens que exigiam a formação universitária sem saber exatamente, porém, como sua futura profissão se definiria. Assim, as universidades foram obrigadas, consciente ou inconscientemente, no mínimo, a deixar-se capacitar, a si próprias, às mudanças tecnológicas ou comunicativas, dispondo-se aos estudantes de tal maneira que eles tivessem caminhos de afirmação no mercado de trabalho segundo a qualificação adquirida. Através desta pressão de massa dos estudantes, a universidade experimentou politização e ligação indiretas com o mercado de trabalho acadêmico. O governo garantiu através de diretrizes básicas o ingresso massivo nas universidades. Entre outras razões porque aí se tornou, de um lado, lugar e ponto de partida de oposição política, de outro, local natural de políticas juvenis, onde, por sua abertura, o desemprego juvenil seria regulado<sup>4</sup>.

Simultaneamente, as mudanças na economia e na estrutura social da sociedade refletiram-se nas universidades, impondo a necessidade de uma reação por parte das mesmas. O desenvolvimento industrial na Alemanha nos anos cinquenta e sessenta e no Brasil nos anos setenta, esteve marcado pelos esforços governamentais de regular os investimentos, o emprego, bem como as políticas monetária, social e salarial nos moldes keynesianos. Claro que tais políticas foram diferentes na Alemanha e no Brasil, ademais, dependentes das respectivas bases tecnológicas e industriais da economia, apesar dos paralelos existentes. A continuidade da internacionalização das economias nacionais e suas mudanças às novas tecnologias destruíram a capacidade de regulação da intervenção estatal. Esta limitação das medidas governamentais também deve ser atribuída à qualidade das novas tecnologias da informática e microeletrônica. Não só a internacionalidade da comunicação, informação e dos movimentos de mercados impuseram-se aos esforços das sondagens nacionais: estas novas téc-

---

<sup>4</sup> A nova miséria da educação.

nicas significaram, ao mesmo tempo, a reestruturação da pesquisa e das relações internas de economia e administração.

Na verdade, o desenvolvimento tecnológico e industrial sempre teve, de alguma forma, correspondência ao das universidades, agora, porém, sua proximidade com a universidade e sua referenciação às relações com os trabalhos intelectual e tecnológico passaram a ser obrigatórios. Até então, a organização de ensino e pesquisa nas universidades havia sido expressão de que economia e sociedade queriam saber a força produtiva particular de ciência e educação. Seus custos foram socializados ou foram vistos como bases de investigações e pesquisas especiais que, de algum modo, se edificaram, nos institutos de pesquisas estatais ou privados e locais de formação, sobre tal rendimento universitário. Então, tornou-se importante relacionar fortemente o trabalho universitário nas pesquisas tecnológicas, e também nas definições profissionais das novas atividades econômicas e administrativas. A própria universidade precisou refazer sua socialização e privatização para preservar um pedaço de sua independência, tentando superar tendências que aproximavam suas áreas especializadas às escolas técnicas, perdendo contato, entre outras, com os problemas sociais<sup>4</sup>.

#### A NOVA UNIVERSIDADE, A INTERMEDIÇÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

#### E A COOPERAÇÃO DIRETA COM OS AGENTES ECONÔMICOS ESTATAIS E PRIVADOS

Na pesquisa da universidade passa a estar incluída a determinação, isto é, o esclarecimento das novas tarefas da universidade relativas às questões da transferência de tecnologia, de pesquisa e de conhecimento, e aos problemas da privatização parcial de iniciativas, pesquisas e experiências, voltadas para qualificar e aproximar os estudantes das novas tendências econômicas.

Por conseguinte, na pesquisa, os dois lados da formação universitária passam então a ser determinados. De um lado, a formação científica e a própria disponibilidade dos estudantes para aquelas pro-

---

<sup>4</sup> A Universidade no centro de novas tarefas e atividades.

fissões que ainda não se tornaram claramente estabelecidas nos mercados, isto é, nos setores dos serviços, do comércio e da produção. De outro lado, a transferência da pesquisa e do conhecimento aplicado na direção das pequenas e médias empresas, via pesquisas universitárias.

Aqui, o ponto de partida da reflexão é o conceito de inovação. Ele adquire um valor central, porque o lado material das inovações tecnológicas deve ser considerado tanto quanto os pressupostos sociais do aproveitamento tecnológico. Com isso, o desenvolvimento técnico mundial é incorporado referencialmente às condições sociais, político-educacionais e institucionais, as quais absorvem e traduzem tal desenvolvimento. O fracasso dos programas de regulação nacional motivam cada governo a se posicionar em relação às inovações técnicas, para com isso poder decidir os incentivos à elevação da capacidade de concorrência da indústria e da produção da nação, relativamente às outras, procurando garantir, com isso, a sobrevivência nas associações industriais e no mercado comum (MCE).

Na Alemanha e no Brasil, vivem-se agora dilemas da 'localização industrial', dependentes da capacidade de inovação existente, bem como das proporções dos novos ramos industriais. A nova técnica exige, ademais, um grande número de especialistas de elevado nível, fornecidos por escolas, ginásios, escolas técnicas, escolas técnicas superiores e universidades. Elas formam uma instituição social, encontrando-se em relações e divisão de trabalho internas umas com as outras. Tal instituição promove múltiplos processos de inovação social, como especialização, pesquisa, definição de pesquisas em cooperação com a grande indústria e institutos de pesquisas, ou em cooperação com as pequenas e médias empresas (PME), ou em responsabilidade própria, quando não existem outros pretendentes a parceiros sociais. Das universidades são exigidas importantes funções sociais, que lembram seu nascimento, isto é, lembram a 'idéia' de universidade e sua autonomia irrestrita, ao menos na perspectiva das universidades européias ocidentais.

O conceito de inovação compreende os lados material e social do uso e da incorporação das tecnologias. Inovações relacionam-se à

produtividade do trabalho, ao processo de produção e aos próprios materiais, sempre articulando, nesta particularização, as respectivas relações ou circunstâncias nacionais e internacionais das novidades tecnológicas. A regulação keynesiana clássica referenciou-se até os anos setenta, primariamente, à elevação da produtividade do trabalho para, através da redução da jornada de trabalho, criar ou manter postos de trabalho. As novas tecnologias nas áreas da eletrônica e informática estimularam inovações de processos, produtos e técnicas nos novos tempos, que repercutiram na organização interna de fábricas e escritórios, tendo influência nas mudanças de qualificação e na combinação das velhas hierarquias na área da gerência tecnológica.

Estas inovações acabaram desencadeando uma revolução nas exigências de qualificação e naquelas definições profissionais simultaneamente cerceadas, mudando radicalmente procedimentos de administração e organização. Nestas condições, pode-se dizer que estas inovações de técnicas e processos, que naturalmente sempre retroagem na produtividade do trabalho, desencadearam uma 'revolução', que simultaneamente afetaram ensino e pesquisa, administração e gerência, assim como, a organização interna das fábricas e a administração. Dessa forma, o desenvolvimento da universidade é mudado basicamente<sup>5</sup>.

A pesquisa universitária permanece parte importante destas inovações. Contudo, ela fica estreitamente acoplada, tanto ao conhecimento básico, às aplicações e ao desenvolvimento, quanto às respectivas mudanças nas diferentes formas fabris. Estas interconexões foram discutidas no passado, sobretudo por J. Schumpeter, que as apresentou de tal maneira, que a universidade ficou simplesmente como pressuposto da descoberta e da inovação, enquanto

---

<sup>5</sup> KAMIEN, M. I., SCHWARZ, N. L., *Technology, More for Less?*, in WEINTRAUB, S. (ed.), *Modern Economic Thought*, Oxford, 1977. STAUDT, E., *Das Management von Innovationen*, Frankfurt, 1986. SPAETH, L., *Wende in die Zukunft*, Reinbeck bei Hamburg, 1985. ZAPF, W., *Ueber sociale Innovativen*, in *Soziale Welt*, Heft 1,2, 40jg; SCHROEDER, K.; FUHRMANN, F. U.; HERING, W., *Wissens- und Technologie-transfer*, Berlin, 1991. SCHROEDER, K. u.a., *Wissens- und Technologietransfer aus universitaerer Sicht. Ergebnis einer Befragung universitaerer Hochschullehrer*, Berlin, 1991.

os empresários ousados, que quiseram reforçar suas vantagens nos mercados, tomaram as inovações como meios de realização de lucros extraordinários. As novas tecnologias amadureceram-se comercialmente, mantendo inventores e engenheiros sob supervisão ou cooperação de empresários empreendedores, que, em geral, não possuíam qualquer formação universitária. A incorporação das novas tecnologias pelas pequenas e médias empresas pôs em xeque a tese schumpeteriana da Inovação, segundo a qual, às grandes fábricas monopólicas seriam dadas as melhores chances de incorporarem as novas tecnologias.

A importância das novas tecnologias e a possibilidade do seu uso monopólico obrigaram as grandes fábricas a possuírem suas próprias equipes de pesquisas, que se diferenciavam das pesquisas das universidades por sua proximidade aos problemas e objetivos produtivos, orientando, por conseguinte, suas pesquisas para a prática. Tais fábricas puderam financiar pesquisas direcionadas objetivamente, assegurando-se mesmo dos insucessos, isto é, também utilizando-as em seus múltiplos pacotes produtivos. Os altos salários fizeram com que os melhores cientistas preferissem estas fábricas monopólicas. Os aspectos negativos vieram da estrutura burocrática das fábricas, da rigidez da gestão e da pouca flexibilidade destas grandes empresas, assim como da unilateralidade dos pontos críticos da produção e do envelhecimento dos gestores e do pessoal especializado. Dependeria da atualidade da tecnologia e da fábrica, se a pesquisa exerceria influência direta nas inovações.

Até os anos sessenta, não há dúvida que as grandes empresas monopólicas tiveram suas vantagens na valorização da tecnologia e na sua transformação inovadora. Desde esta época, tais relações giraram a favor das pequenas e médias empresas, para as quais as pesquisas nas universidades começaram a favorecer. Com isso, passa a existir um referencial dinâmico das grandes para com as pequenas empresas. A tese schumpeteriana de favorecimento da grande empresa é objetada na própria realidade, reafirmando a antiga tese de que os empresários propensos ao risco, que inovam tecnologicamente (que transformam novas tecnologias em inovações), fazem-

no não em grandes empresas, senão nas pequenas e médias".

Cada inovação tem suas referências internas e externas. As relações externas, sobretudo, recebem suas influências das diferentes regulamentações estatais da tributação e da política econômica em geral. Elas têm acolhida nas discussões, elaborações e nas políticas de interesses de associações, sindicatos e empresas, referindo-se relativamente à ciência e à universidade, que toma os incentivos e descobertas do exterior e traduz em pesquisas próprias. Os estágios das pesquisas e dos interesses, e também as novidades tecnológicas, são colocados à disposição através dos chamados 'meios de impulso': exposições, literatura especializada, feiras, congressos, leis, patentes, etc. Aqui, a universidade ainda movimenta-se no quadro clássico da política e da representação de interesses, em que ela gera suas contribuições exatas e definidas nas pesquisas e nas ciências.

Contudo, nos novos tempos, o papel especial da universidade torna-se mais visível. Isso porque as grandes empresas monopólicas incorporam as inovações externas e internas muito limitadamente e as associações e os ministérios, influenciados por elas, tomam conhecimento da força potencial das novas inovações, apenas condicionalmente. As razões parecem ser que as forças de ponta perderam a amplitude de visão ou tiveram envelhecidos seus conhecimentos, subsistindo resistências mentais ou estruturais internas à inovação, ou então, que o processo decisório das empresas perderam em agilidade. Na política, isto aparece sob a forma de que os altos funcionários e os servidores públicos se impregnam de crescentes diletantismo e também carreirismo. Mas, também os pequenos e médios empresários, que teriam a capacidade intelectual e empresarial para reagir às novidades tecnológicas, estão sem espaço de movimento, porque a situação e os custos não lhes deixam espaços, lhes faltam informações, os conhecimentos são unilate-

---

<sup>6</sup> SCHUMPETER, J. A., *Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung, eine Untersuchung ueber Unternehmergewinn, Kapital, Kredit, Zins und den Konjunkturzyklus*, 6. Aufl., Berlin, 1965 (erst Aufl. 1911) und *Kapitalismus, Sozialismus und Demokratie*, 2. Aufl. Muenchen, 1950. HAUSCHILD, J., *Innovationsmanagement*; STAUDT, E., *Die betriebs wirtschaftliche Bedeutung von Innovation*, in SCHUSTER, H. J., *Handbuch des Wissenschaftstransfer*, Berlin, Heidelberg et al., 1990.

rais, lhes faltam capital ou prevalecem as inseguranças acerca da evolução dos mercados<sup>7</sup>.

Na Alemanha, as pequenas e médias empresas, na área da eletrônica e da informática, ganharam um novo espaço e relativizaram parcialmente o papel da grande empresa monopólica. Cerca de 60% dos ocupados trabalham nestas pequenas e médias formas de empresas. Estas empresas articularam, nas associações e no interior da hierarquia estatal, crescentes interesses e formaram uma grande fração no interior dos partidos conservadores, CDU, CSU e FDP. São-lhes atribuídas rápidas reações às oscilações de mercados e à introdução de novas tecnologias e, por outro lado, a pequena burocracia em seu interior permite-se correr riscos não admitidos em grandes empresas. Nesse contexto, agem especialistas e solitários. As comunicações informais facilitam decisões. Contudo, há freqüentemente problemas com financiamento e insuficiências na avaliação das pesquisas básicas e suas tendências iminentes.

Nestes contextos, seria o caso de se chamar o Estado, isto é, governos regionais, para apoiar tais empresas, também podendo a universidade assumir seu papel especial. Existem claramente em cada região relações objetivas entre as carreiras universitárias e as novas, pequenas e médias empresas. Está claro também que não são demandados, da universidade, as clássicas carreiras de ensino e pesquisa de economia nacional ou empresarial, de engenharias e ciências naturais ou de sociologia, não demandando, muito menos, as empresas tradicionais dos velhos ramos industriais, como têxtil, couro, construção civil, metalurgia, senão empresas modernas que se desenvolveram em 'nichos estratégicos', orientadas tecnologicamente, como eletrônica, laser, bioquímica e biotecnologia. À elas correspondem somente cien-

---

<sup>7</sup> SCHMALHOLTZ, H.; SCHOLZ, L., *Innovationen in der Industrie, Struktur und Entwicklung der Innovationsaktivitäten, 1979-1982*, Muenchen, 1989, und *Sind kleine oder grosse Unternehmen innovationsfreudiger? Ergebnisse empirischer Untersuchungen und statischer Tests*, in WEHLIG, H. G., *Innovation*, ed. Landeszentrale fuer politische Bildung, Baden- Wuerttemberg, Stuttgart, Berlin, Koeln, 1989. SCHROEDER, K. u.a., *Wissens-und Technologietransfer aus universitaerer Sicht. Ergebnis einer Befragung universitaerer Hochschullehrer*, Berlin, 1991.

tistas, que desenvolveram tais tecnologias e ramos do conhecimento, estendendo tais conhecimentos para a organização interna, estratégias de mercados, ocupação, política e marketing. É numa cooperação desta forma que, sem dúvida, torna-se possível o trabalho produtivo, a pesquisa e o ensino<sup>8</sup>.

#### ESCOLAS SUPERIORES E TRANSFERÊNCIAS DE PESQUISAS

A transferência de pesquisas não deve ser compreendida como relações soltas de professores com os agentes estatais ou empresariais, senão como entrelaçamento sistêmico entre diferentes instituições em diferentes níveis sociais. As conexões usuais são estabelecidas entre pesquisa e ensino e não entre a lógica imanente de pesquisa e exercício ou prática. Isto significa que as universidades devem se movimentar do amplo espectro das pesquisas básicas e da independência da ciência para o planejamento da pesquisa, bem como da sua transferência e, mais além das concessões, deve perseguir tarefas determinadas<sup>9</sup>.

Numa forma de transição para novas determinações funcionais de ciência e universidade, nos anos setenta e oitenta, governos estaduais, municipais e escolas superiores esforçaram-se em constituir os 'pólos de desenvolvimento' ou 'pólos tecnológicos', voltados para difundir informações especializadas, e também para incentivar projetos nas universidades e motivar os empresários para determinados desafios às universidades. Além disso, alguns estados da federação tomaram a iniciativa de estabelecer não somente programas de pontos crí-

---

<sup>8</sup> THIERSTEIN, A., *Theoretische Begründungen, Konzepte, Wirkungen und Grenzen staatlicher Forschungs-, Technologie- und Innovationspolitik fuer kleinere und mittlere Unternehmen*, Dissertation der Hochschule St. Gallen, Bamberg, 1988. SUESS, W., SCHROEDER, K., *Technik und Zukunft*, Opladen, 1988. ROTHWELL, R., *Inter-Firm Relationship and Technological Change, in Entrepreneurship and Regional Development*, Londres, 1989.

<sup>9</sup> KUHN, T. S., *Die Struktur wissenschaftlicher Revolutionen*, Frankfurt, 1973. KUHN, T. S.; KRUEGER, I. v. (ed.), *Die Entstehung des Neuen*, Frankfurt 1978. OEHLER, Ch., *Probleme der Forschungsplanung an den Hochschulen*, in WEINGART, P. (ed.), *Wissenschaftsforschung*, Frankfurt, 1973.

ticos para o fomento das inovações de tecnologias chaves, mas também objetivos da política de pesquisas. Todas estas iniciativas se deram num quadro de novas tecnologias e processos. O sentido delas foi motivar as universidades a se esforçarem por pesquisas e projetos de pesquisas, concorrendo umas contra outras.

Com isso, o 'processo de inovação' da economia deveria ser acelerado, devendo lucrar, sobretudo, as pequenas e médias empresas. Ademais, imaginava-se que as universidades se engrenariam fortemente com suas regiões, preocupando-se com a substituição dos 'velhos' ramos industriais, que migravam ou fechavam, pela instalação de novas e exitosas firmas. Pensava-se também, através destas medidas, melhorar as chances de trabalho dos profissionais universitários e dos pesquisadores cientistas profissionais, possibilitando a aproximação de diferentes grupos de interesses por meio das escolas superiores ou dos postos de cooperação. Uma tal 'abertura' da universidade viria a desencadear, de acordo com o pensamento dos planejadores, também sua reforma e mudança internas<sup>10</sup>.

As verbas de pesquisas do governo federal alemão foram elevadas. Anualmente foram investidos e distribuídos cerca de DM \$50 bilhões. A maior parte foi destinada às instituições de pesquisas das grandes e monopólicas empresas. Um terço destes recursos foram para as escolas superiores, isto é, para institutos de pesquisas independentes. Só esta distribuição de recursos das autoridades federais já sinalizava que se confiava no maior sucesso e relevância da pesquisa da grande indústria. E, que estaria garantida a possibilidade para as universidades se adaptarem às exigências da reorientação tecnológica da economia industrial, movendo-se em torno da questão da localização e do nível da produção<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> BUNDESREGIERUNG, *Bericht: Hochschulpolitische Zielsetzungen der Bundesregierung und Foerderung der Drittmittelforschung*, Bonn, 1995. BUNDESMINISTER FUER FORSCHUNG UND TECHNOLOGIE, *Bundesbericht Forschung 1984*, Bonn, 1984. BUNDESMINISTERIUM FUER FORSCHUNG UND TECHNOLOGIE, *Studie zur Wirkungsanalyse der Foerderungsmassnahme, "Forschungskoooperation zwischen Industrie und Wissenschaft"*, Bonn, 1987.

<sup>11</sup> BUHL, D., *Ueber die Schwierigkeiten der Forschungskoooperation zwischen Industrie und*

Com isso, os rumos das mudanças na estrutura da universidade foram indicados. Até então, as pesquisas básicas haviam sido independentes e referenciadas à sua própria lógica, isto é, comunicavam-se com os resultados e tendências mundiais destas mesmas pesquisas. Agora, passaram a ser erigidos os quadros de referências, as exigências e as finalidades. Com isso, ficou claro que a liberdade de ensino e pesquisa ficaria sob a pressão de necessidades sociais, que os tempos de ruptura políticos e técnicos acusariam. Apesar da autonomia universitária constitucional na Alemanha, a universidade está submetida como 'grande empresa' a uma socialização que se manifesta na pesquisa, sobretudo no ensino. À transferência de pesquisa submetem-se não somente empresas, governos ou 'critérios de racionalização', mas também a própria universidade é carregada numa associação de instituições e corporações, que são obrigadas a cooperarem entre si. Racionalização e institucionalização serão diferentes nas ciências econômicas e sociais, nas ciências naturais e nas engenharias<sup>12</sup>.

#### A UNIVERSIDADE DO FUTURO E SUA REFERÊNCIA COM O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Todas as análises e prognósticos sobre a transferência de tecnologia e de conhecimento indicam claramente que as universidades modernas se encontram num processo de mudança fundamental. Nesse caso, é sinalizado que somente as especialidades abertas às inovações estariam em condições de se adaptarem a tal processo e suas exigências sociais, enquanto as outras especialidades envelhecidas, tornar-se-iam inúteis e contraprodutivas. Isto não se aplica tanto às ciências naturais, mas sobretudo, às ciências sociais e humanas, desde que não participem da formação dos novos professores e suas especializações.

---

*Hochschulen*, in "Die Zeit", nº 2, 1985, s. 47. FEHRENBACH, G., "Sollen die Hochschulen zu Unterabteilungen der Industrie werden?", in Frankfurter Rundschau, von 18.12.1984.

<sup>12</sup> KLUGE, N., OEHLER, C., *Hochschulen und Forschungstransfer*, Kassel 1986. GERJETS, J., *Forschungspolitik in der B.R. Deutschland*, Koeln 1982. SCHUSTER, H. J., *Hochschule und Wirtschaft*, in SCHUSTER, H. J., *Handbuch des Wissenschaftstransfer*, Berlin, Heidelberg, 1990.

Algumas carreiras da economia, das ciências políticas, da filosofia e da sociologia perdem seus lugares tradicionais de críticos deste processo de mudanças, não podendo participar nem transportar ou alavancar, com suas colocações, as novas questões decorrentes deste processo. Com isso, estas novas orientações na universidade provocam um processo de cisão organizacional e acadêmica das universidades, entre áreas hábeis às inovações e as inábeis, improdutivas, que se distinguem imediatamente entre participação ou não nos vínculos sociais com financiamentos, encargos e capacidades de pesquisa, ensino e poder<sup>13</sup>.

Para poderem manter esta posição de intermediação entre as múltiplas exigências sociais e a capacitação de cientistas profissionais úteis, as universidades são obrigadas a ampliar as bases das pesquisas, bem como promover o trabalho interdisciplinar. Somente assim, pode-se garantir o debate entre cientistas e intelectuais oficiais de todos matizes e as novas gerações. Nesta tensão, agem pesquisa e ensino, adquirindo novo impulso na atualidade.

As necessidades de qualificação não decrescerão no futuro, ao contrário, crescerão ainda mais, aparecendo aí problemas com o recrutamento dos novos professores e do pessoal técnico-científico na economia e na administração, pois as mudanças no ensino e pesquisa nas universidades exigem novos conhecimentos técnicos e científicos, que somente com novo pessoal poderão ser cobertos. Estes novos deslocamentos tecnológicos, em quase todas as áreas sociais, compreendem cerca de 60% das profissões científicas, elevando, portanto, as necessidades de qualificação. Deve-se acrescentar que na Alemanha e no Brasil a estrutura de idade é desfavorável. Somente cerca de 30% do pessoal especializado abaixo dos 50 anos alcançaram posições de relevo nas universidades e na economia. Ao mesmo tempo, o número de estudantes do secundário e das escolas superiores tende a cair em cerca de 40%. Dessa forma, a tendência é que estarão disponíveis mais alternativas profissio-

---

<sup>13</sup> BOURDIEU, P., *Homo Academicus*, Frankfurt, 1988, s. 100, 149, 213 e 259.

nais simultaneamente à redução do pessoal acadêmico<sup>14</sup>.

Através da integração de diferentes mercados na Europa Ocidental, América do Norte e do Sul e da crescente concorrência, exatamente na área tecnológica, as escolas superiores estão obrigadas a reagir numa tripla direção. Elas precisam reforçar a cooperação interna entre as áreas especializadas. O trabalho conjunto (parcerias) entre universidades tensionadas precisa adquirir novas formas. O plano regional das relações entre universidade e economia precisa ser reforçado. Daí resultam novos perfis de qualificação, que primariamente devem ser incluídos nas universidades.

Mas estas exigências não estão postas apenas para as universidades. Também os empresários precisam compreender que o fator de educação social – universidade – facilita trabalhos de pesquisas, de reestruturação, e, principalmente, de viabilização (racionalização). Da mesma forma, deve ser dito que a política educacional do Estado e dos partidos devem apoiar esta realocação produtiva das universidades, não colocando-as sob riscos através de cortes financeiros ou intromissão irracional nos seus assuntos. Através de mudanças das leis e diretrizes das escolas superiores, o governo federal pode conceder novas liberdades para as universidades<sup>15</sup>.

A universidade do futuro terá por característica, por conseguinte, que as pesquisas básicas seguirão menos a orientação de ciências puras, adquirindo mais significado as relações recíprocas entre ciências aplicadas e técnicas, organização, invenção e ambiente. A distância entre trabalho científico e sua aplicação torna-se menor. As esco-

---

<sup>14</sup> ALLESCH, J.; AMANN, R.; PREISS – ALLESCH, *Wissenschafts – und Technologie – transfer an den Hochschulen*, TU – Dokumentation, Heft 25, Berlin 1984. SCHUSTER, H. J., *Hochschule und Wirtschaft*, in SCHUSTER, H. J., *Handbuch des Wissenschaftstransfer*, Berlin, Heidelberg, 1990.

<sup>15</sup> BUNDESMINISTERIUM FUER FORSCHUNG UND TECHNOLOGIE, *Studie zur Wirkungsanalyse der Foerderungsmassnahme, "Forschungskooperation zwischen Industrie und Wissenschaft"*, Bonn, 1987. BUNDESREGIERUNG, *Bericht zur Foerderung der Drittmittelforschung im Rahmen der Grundlagenforschung*, Bundesdrucksache 10/225. SCHUSTER, H. J., *Hochschule und Wirtschaft*, in SCHUSTER, H. J., *Handbuch des Wissenschaftstransfer*, Berlin, Heidelberg, 1990.

las superiores não estão somente compelidas para a economia, ao serviço público, à região e às relações sociais, mas também, para o estabelecimento de novas relações com a pesquisa e o ensino. Objetivos profissionais e definições de novas profissões acadêmicas encontram-se em mudanças. Transformações semelhantes experimentam também as relações internas entre responsáveis do corpo de docentes e categorias do estudantado. Todas as especialidades tornam-se otimistas da inovação e da cooperação, desenvolvendo críticas aos velhos referenciais, às velhas visões e à petrificação dos conservadores – deles só recentemente separados – que se opõem à aceleração da ‘economização’, racionalização ou estatização, isto é, à socialização da universidade, anunciando precauções. A universidade do futuro é, evidentemente uma formação em processo, cujo formato final ainda não foi encontrado.

Na Alemanha, ela se processa num quadro estatal de leis de diretrizes das escolas superiores, de medidas orçamentárias e de disposições financeiras. Primariamente, o Ministério para Ciência e Pesquisa e o Ministério de Economia influenciam os pontos críticos da pesquisa e das linhas de pesquisas. Ao lado do Estado, a economia privada coloca à disposição a maior parte dos recursos para pesquisas, podendo estabelecer os objetivos das linhas de pesquisas, através de seus próprios institutos de pesquisas, e de contratos de cooperação com institutos universitários, departamentos e a própria administração. Neste contexto, também atua a Comunidade da Pesquisa Alemã (DFG), que por iniciativa própria estabelece princípios e temas de pesquisas, os quais são escolhidos por amplos comitês de pareceristas – que se organiza numa espécie de autogestão da comunidade científica e pesquisadora. Apesar da amplitude dos temas, a DFG precisa dar espaço às correntes da época, procurando satisfazer a política científica do governo federal.

Além disso, existe também uma série de fundações públicas e privadas que incentivam e apoiam as pesquisas e os trabalhos científicos dos cientistas profissionais. No geral, pode-se dizer que as “pesquisas de inovações” são produtos e fundamentos do desenvolvimento tecnológico, razões pelas quais o Estado e a economia devem estabe-

lecer objetivos, qualidades e linhas de pesquisas, e, no caso da Alemanha, deve também assegurar a localização industrial, a ocupação dos fatores de produção da economia alemã e as exportações. A política de pesquisas assim determinada deixa pouco espaço para alternativas. Desta forma, a universidade do futuro traz a tendência de ser ainda mais estatizada (portanto, também politizada), trazendo para o ensino e a pesquisa as relações de poder que conformarão a instituição, os grupos de pesquisadores e os professores que virão a ser privilegiados, apontando para os recursos de pesquisas e projetos que serão prioritariamente administrados.

Contra tais determinações externas, a universidade tem pouco a apresentar. A independência da universidade não mais se afirma através da administração própria de seus grêmios, pois Estado, partidos e associações agem através do Conselho Curador ou do orçamento da universidade. Só os direitos estatutários dos professores e a garantia da manutenção mínima dos institutos e departamentos asseguram sua pouca autonomia. No geral, a universidade está compelida a apoiar, através de uma política científica e de pesquisa interna, a participação nos recursos de terceiros, mas também colocar à disposição recursos próprios para incentivar as pesquisas. Exemplarmente, o Departamento de Pesquisa da FU Berlim entende-se assim, como local de assessoramento e incentivo às pesquisas que servem Berlim.

Porém, também aqui as autoridades municipais têm possibilidades de múltiplas influências. De fato, por via da Comissão de Pesquisa, são administrados recursos na FU (cerca de 8 milhões de marcos anuais), que são redistribuídos aos projetos (recursos para material e pessoal), a título de incentivar novos pedidos de recursos de terceiros para a pesquisa, ou então, para apoiar aqueles projetos já financiados externamente (na verdade, recursos de contrapartida da FU). Ademais, cada departamento possui um orçamento de pesquisa que é distribuído internamente para cada professor. Sem dizer que do orçamento da direção central também podem ser deslocados recursos para financiar projetos de curto prazo.

Via DFG e outras fontes de recursos de terceiros são constituídas áreas de pesquisas especiais, nas quais diferentes projetos, de di-

ferentes departamentos trabalham conjuntamente. Estas pesquisas especiais pertencem às iniciativas das pesquisas consorciadas, que servem para estabelecer novos contatos e relações, através dos quais o Estado, a universidade e a economia geram novas relações e pontos críticos. Todas estas iniciativas e medidas devem levar a ciência a se confrontar com as diferentes instituições sociais, participando da socialização potencial da ciência e da pesquisa. Todos estes projetos de pesquisas, áreas especializadas e associações, administrados autonomamente, facilitam a penetração da divisão de trabalho nas universidades tradicionais, mas também satisfazem a colocação de pontos críticos e da política de pesquisa desde fora, agindo, assim, unilateralmente<sup>16</sup>.

#### ESCOLAS SUPERIORES E INICIATIVAS EMPRESARIAIS REGIONAIS

A política de pesquisa na República Federal Alemã é estabelecida tendo como referência as pesquisas de inovações da grande indústria. Com isso, o espaço regional ficou durante muito tempo desconsiderado. Nos anos setenta, a referência regional entra no campo de visão, e, significativamente, no momento em que também o significado das pequenas e médias empresas na economia nacional se torna visível. As inovações tecnológicas na informática e eletrônica e, simultaneamente, a reestruturação da tecnologia e organização das empresas deram a perspectiva regional. No entanto, foi muito difícil comprovar os interesses, motivos e pressupostos destas empresas, porque elas não deram nenhum ou muito pouco impulso para as pesquisas. Foram constituídos seminários, conferências, simpósios, feiras, lojas científicas, postos de transferência de tecnologias, grêmios de consultorias, etc., para que estabelecessem contatos com as empresas ou com as iniciativas regionais e postos administrativos estatais. Com isso, os próprios grupos de pesquisadores das universidades precisaram se reorganizar,

---

<sup>16</sup> WESTDEUTSCHE REKTORENKONFERENZ, *Die Zukunft der Hochschulen*, Bonn, 1988. WISSENSCHAFTSRAT, *Bericht ueber Drittmittel der Hochschulen* (vorlaeufige Ergebnisse), 1970, 1975, 1980, 1985, Koeln, 1986.

erigindo novas relações para que tomassem conhecimento dos problemas econômicos da região.

Num estudo sobre os primeiros trabalhos de pesquisas regionalmente orientados nas escolas superiores de Berlim, constatou-se que somente uma parte da universidade estava interessada por esta temática. No item “transferência de tecnologia e conhecimento da economia regional”, as especialidades simpáticas às inovações foram as principais, como nos demais itens do estudo. Nas especialidades, dominaram as ciências naturais, a medicina e as ciências da engenharia, enquanto as ciências sociais e humanas foram insignificantes. Significativo foi também nesse estudo que as áreas intensivas em pesquisas e exigentes de recursos de terceiros nas universidades, estiveram motivadas e direcionadas para acompanhar a economia regional nas pesquisas. Os professores e dirigentes de projetos pesquisados engajaram-se indiretamente nos pleitos por uma nova estrutura das escolas superiores, que garantisse uma melhora das instalações infra-estruturais básicas e uma redução dos encargos do ensino. Mostraram-se também favoráveis ao fortalecimento da incorporação da pesquisa no ensino.

Ainda neste estudo sobre as perspectivas da integração regional das universidades, o trabalho interdisciplinar foi saudado e também o fomento interno na universidade de grupos de pesquisas temporários para abordar determinados pontos críticos das pesquisas. Na cooperação de pesquisas (consorciamento), também foi aceito a conexão de Ministérios, Estados, DFG, fundações e empresas industriais, sem se questionar sobre dependência e unilateralidade de tal engajamento. No entanto, reconheceu-se que, neste contexto, a cooperação com a grande empresa ocorre melhor que a cooperação com as pequenas e médias empresas. O estudo acentuou também que, primariamente, as autoridades e associações tiveram grandes expectativas nos postos de transferências, mas, na realidade, estes foram produtivos apenas condicionalmente. Eles serviram, até então, primariamente, para que as iniciativas de pesquisas na universidade se reorientassem, enquanto o assessoramento das pequenas e médias empresas manti-

veram-se nas fronteiras. Também as consultorias e postos de apoio às inovações técnicas regionais não tiveram um bom andamento<sup>17</sup>.

Diferentemente da pesquisa na grande indústria, onde os problemas da inovação e da tecnologia na economia dominam e retroagem na pesquisa da universidade, na transferência de tecnologia e no conhecimento regional, a universidade precisa tomar a iniciativa, organizando feiras, consultorias ou postos de transferências para identificar-se com os problemas da região e com a problemática do empresariado. Além disso, o assessoramento e planejamento das inovações nas médias empresas mostraram-se difíceis. Aí, a administração estatal precisa dar garantias financeiras. Os projetos de pesquisas precisam suportar os custos das pesquisas e dos primeiros desenvolvimentos. Com isso, os projetos de pesquisas são empurrados para as iniciativas empresariais.

Assim, mostra-se no plano regional, na tensão entre pesquisa universitária e iniciativa empresarial, que a universidade precisa inspirar freqüentemente tais iniciativas ou colocá-las em marcha. A 'não transparência' do mercado, problemas financeiros e limites de conhecimento especializados dividem os empresários neste ambiente. Uns colocam em marcha seu próprio 'espírito de descobridor', propenso aos riscos e ganham novos mercados, não precisando para isto nem das inovações, nem dos postos de assessoramento das universidades. Outros, apesar do apoio, não vão para frente. Por isso, os postos de transferências, em suas relações com os financiadores públicos, são vistos mais como postos de alcance de subvenções estatais. Com isso, tais centros caem no descrédito, sendo caricaturados. Na verdade, no plano regional, há muito as universidades vêm trombando nas fronteiras da inovação de pesquisas<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> SCHROEDER, K. u.a., *Wissens – und Technologietransfer aus universitaerer Sicht. Ergebnis einer Befragung universitaerer Hochschullehrer*, Berlin, 1991.

<sup>18</sup> STAUDT, E., *Technologie und Regionalpolitik der Laender: Vom Leistungs und Subventionwettbewerb*, in List Forum, Bd. 14, 1987/1988. SCHUSTER, H. J., *Hochschule und Wirtschaft*, in SCHUSTER, H. J., *Handbuch des Wissenschaftstransfer*, Berlin, Heidelberg, 1990.

Contudo, há iniciativas na universidade vindas primariamente de áreas especializadas que ainda estão fora da prática de pesquisa. Inquietações políticas, originadas marginalmente nos partidos, associações, iniciativas civis ou movimentos sociais, são trazidas e trabalhadas cientificamente nas universidades. Crítica social, isto é, inventários das conexões sociais são aí apontados, atentando-se de que sejam apresentadas alternativas à lavagem cerebral consumista. Alguns temas relacionam-se ao radicalismo de direita, aos problemas da discriminação de diferentes grupos ou pessoas, às questões do asilo político e ao desemprego ou à segmentação social. Em resumo, os temas relacionam-se às contradições e aos resultados da orientação unilateral das inovações tecnológicas.

No contexto de tal forma de pesquisa, há iniciativas que não necessariamente desembocam em projetos de pesquisas, senão em apoios às áreas sociais, indo para muitos outros rumos. Por exemplo, podem destinar-se à iniciativas empresariais ou mesmo fundação de firmas, adquirindo múltiplas finalidades. Tais iniciativas buscam economizar conhecimento e engajamento, livrando-se da proteção do estado social, isto é, desvinculando-se da sociedade de formulários. E, elas estão empenhadas em oferecer oportunidades de trabalho aos estudantes que não se apresentam no mercado de trabalho normal. Ao mesmo tempo, são intermediadas experiências, são condicionadas as ascensões profissionais nas suas novas atividades, etc. Há freqüentemente estreitas conexões entre pesquisa e economia. No entanto, aí não se trata tanto de inovações tecnológicas, senão da abertura de novos campos para as profissões acadêmicas, para as quais cresce a demanda no mercado de trabalho. Estes projetos e empresas esforçam-se em superar as distâncias entre a capacitação e a definição profissional nas especialidades das ciências humanas, e também das ciências econômicas.

A fundação de firmas relaciona-se primariamente à firmas comerciais, pois aí o capital inicial é menor e a possibilidade de entrar nos vazios de mercado, maior. Campanha do chá, alimentos naturais, construções ecológicas, café nicaraguense, etc., são exemplos. São trazidos valores éticos, como justiça, solidariedade ou engajamento que justificam a predisposição aos riscos e mudanças de hábitos. Sobre tais

atividades são definidas freqüentemente as novas profissões. Estas firmas encerram atividades e novos mercados que estavam fora da prática das universidades. Elas são bem sucedidas, ali, onde as pesquisas de inovações fracassaram nos locais de transferência tecnológica. Estas iniciativas são importantes complementos da pesquisa de inovação para a FU-Berlim, porque as especialidades, até então inativas, passam a ser exigidas e porque aí é estabelecido uma razoável conexão entre pesquisa de projeto, projetos fomentados na área social e economia (racionalização) de interesses específicos<sup>19</sup>.

#### BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Lynaldo C.; ROCHA NETO, Ivan, *Estudo do Desequilíbrio Econômico Inter-Regional, Tema: Ciência, Tecnologia e Regionalização*, Brasília, 1994;
- \_\_\_\_\_. *O Atraso Científico e Tecnológico Brasileiro, CPI do Atraso Tecnológico*, Brasília, 1992;
- \_\_\_\_\_. *Matriz de Competência Técnico-Científica Nacional (Mimeo)*, Brasília, 1992;
- ALLESCH, J.; AMANN, R.; PREISS – ALLESCH, *Wissenschafts – und Technologie – transfer an den Hochschulen*, TU-Dokumentation, Heft 25, Berlin, 1984;
- AUMUELLER, U., *Industrieschule und urspruengliche Akkumulation in Deutschland*;
- WENZEL, F., *Sicherung von Massenloyalitaet und Qualification der Arbeitskraft als Aufgabe der Volksschule*, in NYSSSEN, F. Waldeyer (Hg.), *Schule und Staat im 18. und 19. Jabrbundert*, Frankfurt, 1974;
- AZEVEDO, F. de, *As Ciências no Brasil*, São Paulo, 1955;
- BALTHAZAR, A.; SCARICABAROZZI, R., *Modelos de Desenvolvimento Histórico das Ciências Naturais nos Países da América Latina*, 34<sup>a</sup> SBPC, Campinas, 1982;
- BLANKERTZ, H., *Bildung im Zeitalter der grossen Industrie*, Hannover, 1969;
- BORDIEU, P., *Homo Academicus*, Frankfurt, 1988, s. 100, 149, 213 e 259;

---

<sup>19</sup> SCARICABAROZZI, R. A., *Universidad, Ciencia y Sociedad en América Latina*, Buenos Aires, 1995. BALTHAZAR, A. e SCARICABAROZZI, R., *Modelos de Desenvolvimento Histórico das Ciências Naturais nos Países da América Latina*, 34<sup>a</sup> SBPC, Campinas, 1982. XAVIER, J. A., *A Universidade no Nordeste, em A Contemporaneidade da Questão Regional*, Paraíba, 1992.

- BRANDAU, H., *Die mittlere Bildung in Deutschland*, Weinheim, 1959;
- BUIHL, D., *Ueber die Schwierigkeiten der Forschungsk Kooperation zwischen Industrie und Hochschulen*, in "Die Zeit", nº 2, 1985, s. 47;
- BUNDESMINISTER FUER BILDUNG UND WISSENSCHAFT, *Zusammenarbeit zwischen Hochschule und Wirtschaft*, in *Bildung-Wissenschaft – Aktuell* 6, Bonn, 1985;
- BUNDESMINISTER FUER FORSCHUNG UND TECHNOLOGIE, *Bundesbericht Forschung 1984*, Bonn, 1984;
- BUNDESMINISTERIUM FUER FORSCHUNG UND TECHNOLOGIE, *Studie zur Wirkungsanalyse der Foerderungsmassnahme, "Forschungsk Kooperation zwischen Industrie und Wissenschaft"*, Bonn, 1987;
- BUNDESREGIERUNG, *Bericht zur Foerderung der Drittmittelforschung im Rahmen der Grundlagenforschung*, Bundesdrucksache 10/225;
- BUNDESREGIERUNG, *Bericht: Hochschulpolitische Zielsetzungen der Bundesregierung und Foerderung der Drittmittelforschung*, Bonn, 1995;
- CNPq – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO, *Relatório Institucional de Fomento – Investimentos na Formação de Recursos Humanos e Fomento à Pesquisa: Resultados dos Julgamentos dos Comitês Assessores em 1990, Programas Básicos*, Brasília, 1990;
- \_\_\_\_\_. *Quem é Quem – Sistema em Linha de Acompanhamento de Projetos*, Brasília, 1985;
- CUNHA, L. A., *A Universidade Temporã*, Rio de Janeiro, 1980;
- \_\_\_\_\_. *A Universidade Crítica*, Rio de Janeiro, 1989;
- \_\_\_\_\_. *A Universidade Reformanda*, Rio de Janeiro, 1989;
- FEHRENBACH, G., *Sollen die Hochschulen zu Unterabteilungen der Industrie werden?*, in *Frankfurter Rundschau*, von 18.12, 1984;
- FERNANDES, F., *Educação e Sociedade no Brasil*, São Paulo, 1966;
- \_\_\_\_\_. *Universidade Brasileira*, São Paulo, 1979;
- FERRI, M. G.; MOTOYAMA, S., *História das Ciências no Brasil*, São Paulo, 1979;
- GERJETS, J., *Forschungspolitik in der B.R. Deutschland*, Koeln, 1982;
- HAUSCHILD, J., *Innovationsmanagement*; STAUDT, E., *Die betriebswirtschaftliche Bedeutung von Innovation*, in Schuster, H. J., *Handbuch des Wissenschaftstransfer*, Berlin, Heideberg et al., 1990;
- HEYDORN, H. J., *Ueber den Widerspruch von Bildung und Herrschaft*, Frankfurt, 1979;
- HUMBOLDT, W. v., *Ideen zu einem Versuch, die Grenzen der Wirksamkeit des Staates zu bestimmen*, in *Werke in funef Baenden*, Bd. 5, Darmstadt, 1981;
- \_\_\_\_\_. *Idee, Individuum und Staatsgewalt*, Leipzig, 1985;
- JAGUARIBE, H., *Porque não se ha Desarrollado la ciencia en Am. Latina*, en SABATO, J., *El Pensamiento Latinoamericano en la Problemática Ciencia-*



- Tecnología, Desarrollo y Dependencia*, Buenos Aires, 1975;
- KAMIEN, M. I.; SCHWARZ, N. L., *Technology, More for Less?*, in WEINTRAUB, S., (ed.): *Modern Economic Thought*, Oxford, 1977;
- KIUGE, N.; OEHLER, C., *Hochschulen und Forschungstransfer*, Kassel 1986;
- KUHN, T. S., *Die Struktur wissenschaftlicher Revolutionen*, Frankfurt, 1973;
- KUHN, T. S., Krueger, L. v.(ed.), *Die Entstehung des Neuen*, Frankfurt 1978;
- LIMONGI, E., *Mentores e Clientelas da Universidade de São Paulo e A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo: em MICELLI, S. (Org.): História das Ciências Sociais no Brasil*, São Paulo, 1989;
- LITTE, T., *Das Bildungsideal der deutschen Klassik und die moderne Arbeitswelt*, Bochum (o. J.);
- LOPES, S., *Escola Politécnica: Uma Experiência de Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Nordeste*, Campina Grande, 1995;
- MENZE, C., *Die Bildungsreform W. v. Humboldts*, Paderborn, 1959;
- MICELLI, S., (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, São Paulo, 1989;
- MICHAEL, B.; SCHEPP, H. H., *Politik und Schule – von der Franzoesischen Revolution bis zur Gegenwart*, Bd. 1, Frankfurt, 1971;
- OEHLER, Ch., *Probleme der Forschungsplanung an den Hochschulen*, in Weingart, P. (ed.): *Wissenschaftsforschung*, Frankfurt, 1973;
- OLIVEIRA, F. B., *Pós-Graduação, Educação e Mercado de Trabalho*, Campinas, 1995;
- PAIVA, V.; Warde, M. J. (org.), *Dilemas do Ensino Superior na América Latina*, Campinas, 1994;
- PEREIRA, I., *Tópicos da Universidade Brasileira*, Paraíba, 1995;
- RABEHL, B., *Am Ende der Utopie*, Berlin, 1988;
- \_\_\_\_\_. *Idee und Realität der brasilianischen Universität (Manuskript)*, Campina Grande, 1990;
- RIBEIRO, D., *A Universidade Necessária*, São Paulo, 1969;
- ROTHWELL, R., *Inter-Firm Relationship and Technological Change*, in *Entrepreneurship and Regional Development*, Londres, 1989;
- SCARICABAROZZI, R. A., *Universidad, Ciencia y Sociedad en América Latina*, Buenos Aires, 1995;
- SCHIFSKY, H., *Einsamkeit und Freiheit*, Muenchen, 1963;
- SCHMALHOLTZ, H.; SCHOLZ, L., *Innovationen in der Industrie, Struktur und Entwicklung der Innovationsaktivitäten, 1979-1982*, Muenchen, 1989;
- \_\_\_\_\_. *Sind kleine oder grosse Unternehmen innovationsfreundiger? Ergebnisse empirischer Untersuchungen und statischer Tests*, in WELTIG, H. G., *Innovation*, ed. Landeszentrale fuer politische Bildung, Baden-Wuerttemberg, Stuttgart, Berlin, Koeln, 1989;
- SCHROEDER, K. u. a., *Wissens – und Technologietransfer aus universitaerer Sicht. Ergebnis einer Befragung universitaerer Hochschullehrer*, Berlin, 1991;
- SCHUMPETER, J. A., *Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung, eine Untersuchung*

- ueber Unternehmergewinn, Kapital, Kredit, Zins und den Konjunkturzyklus*, 6. Aufl., Berlin, 1965 (erst Aufl. 1911);
- \_\_\_\_\_. *Kapitalismus, Sozialismus und Demokratie*, 2. Aufl. Muenchen, 1950;
- SCHUSTER, H. J., *Hochschule und Wirtschaft*, in SCHUSTER, H. J., *Handbuch des Wissenschaftstransfer*, Berlin, Heidelberg, 1990;
- SCHWARTZMAN, S., *Formação da Comunidade Científica no Brasil*, São Paulo, 1979;
- SPAET, L., *Wende in die Zukunft*, Reinbeck bei Hamburg, 1985;
- SPRANGER, E., *W.v. Humboldt und die Reform des Bildungswesens*, Tuebingen, 1960;
- STAUDI, E., *Das Management von Innovationen*, Frankfurt, 1986;
- \_\_\_\_\_. *Technologie und Regionalpolitik der Laender: Vom Leistungs- und Subventionwettbewerb*, in List – Forum, Bd. 14, 1987/1988;
- SUESS, W.; SCHROEDER, K., *Technik und Zukunft*, Opladen, 1988;
- \_\_\_\_\_. *Die betriebswirtschaftliche Bedeutung der Innovation*, in SCHUSTER, H. J., *Handbuch des Wissenschaftstransfer*;
- THERSTEIN, A., *Theoretische Begrueudungen, Konzepte, Wirkungen und Grenzen staatlicher Forschungs-, Technologie- und Innovationspolitik fuer kleinere und mittlere Unternehmen*, Dissertation der Hochschule St. Gallen, Bamberg, 1988;
- THIJE, H., *Die Politizierung der Erziehung*, Frankfurt, 1973;
- VAZ, H. de Lima, *Cultura e Universidade*, Petrópolis, 1966;
- XAVIER, J. A., *A Universidade no Nordeste*, em *A Contemporaneidade da Questão Regional*, Paraíba, 1992;
- WALDEYER, H., *Zur Entstehung der Realschulen in Preussen im 18. Jahrhundert bis zu den dreissiger Jahren des 19. Jahrhunderts*, in: NYSSSEN, F., Waldeyer, H., *Schule und Staat im 18. und 19. Jahrhundert*, Frankfurt, 1973;
- WESTDEUTSCHE REKTORENKONFERENZ, *Die Zukunft der Hochschulen*, Bonn, 1988;
- WISSENSCHAFTSRAT, *Bericht ueber Drittmittel der Hochschulen (vorlaeufige Ergebnisse)*, 1970, 1975, 1980, 1985, Koeln, 1986;
- \_\_\_\_\_. *Empfehlungen des Wissenschaftsrats zu den Perspectives der Hochschulen in den neunziger Jahren*, Koeln, 1988;
- ZAPE, W., *Ueber sociale Innovatinen*, in *Sociale Welt*, Heft 1,2, 40jg;
- SCHROEDER, K.; FUHRMANN, F. U.; THERING, W., *Wissens – und Technologie – transfer*, Berlin, 1991.

## AGRICULTORES EM TEMPO PARCIAL NO OESTE AFRICANO: O CASO DA PROVÍNCIA DO ESTUÁRIO NO GABÃO<sup>1</sup>

Dalva Maria da Mota<sup>2</sup>

Nathalie Besson<sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

O Gabão é um pequeno país de 267.000 Km<sup>2</sup>, para uma população de cerca de 1.100.000 habitantes. Esta população se divide em nove províncias, onde a do Estuário é a mais importante e comporta 30% da população total do país, sendo que, 24% destes vivem na capital, Libreville. As principais atividades econômicas do país são a exploração de madeira e o petróleo.

O meio rural da província do Estuário se caracteriza por uma atividade agro-florestal familiar, orientada principalmente para a produção de culturas alimentares, como mandioca e banana, destinadas ao autoconsumo.

Nas proximidades da maior cidade do país, Libreville, pratica-se uma agricultura itinerante de desmatamento e queima, onde o único

---

<sup>1</sup> Texto elaborado a partir da pesquisa *"Agriculture itinérante et enjeux fonciers dans la province de l'Estuaire, Gabon"*, desenvolvida pelo INRA-Montpellier e IGAD-Gabão em junho/agosto de 1996.

<sup>2</sup> Pedagoga, M.Sc., EMBRAPA/CPATC, Caixa Postal 44, CEP 49001-970, Aracaju-SE.

<sup>3</sup> Eng.-Agr., 14 rue du bois de Fouilloux 17530 Arvert- France.

modo de conservação do solo é o pousio e o principal meio de produção é a força de trabalho familiar. Mesmo nestas árduas condições de produção (instrumentos rudimentares, não utilização de insumos, longa distância dos plantios, força de trabalho predominantemente feminina e com idade avançada), esta agricultura é suficiente para, a partir de uma unidade reduzida de produção, suprir uma unidade de consumo, normalmente ampliada pelos membros que residem na zona urbana.

Libreville constitui um importante pólo de atração para a população rural que busca trabalho mais remunerador e menos duro que a agricultura, como também uma melhor oferta de serviços e infraestruturas, como educação, serviços de saúde e lazer.

A disparidade observada entre os níveis de vida rural e urbano é conseqüência de uma política agrícola que privilegiou o setor agroindustrial em detrimento dos pequenos camponeses e que provocou uma crise na agricultura do país. A participação da agricultura no PIB é de apenas 7% e o Gabão depende de outros países como Camarões, Congo, Guiné Equatorial, França, etc., para suprir as suas necessidades de produtos alimentares.

Como conseqüência, a população economicamente ativa do país tem pouco interesse nas atividades agrícolas e prefere tentar outras possibilidades ocupacionais na cidade. Recentemente, no entanto, a degradação das condições econômicas do país, como reflexo da crise mundial, limitou o campo de trabalho urbano e surgiu um novo interesse pela atividade agrícola por aqueles que habitam na cidade. Este retorno pode ser definitivo ou parcial. O objetivo deste trabalho é analisar o segundo caso, ou seja, o retorno à terra em tempo parcial na província do Estuário no Gabão.

## METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada segundo duas abordagens. Na primeira, a unidade de trabalho foi o povoado. Para isto, 14 povoados foram escolhidos segundo os critérios de localização, tamanho, diversidade étnica, atividades econômicas e distância da capital. Em cada um dos

povoados uma entrevista semi-aberta coletiva foi realizada com diferentes membros, como autoridades, participantes de associações, camponeses, extensionistas, etc. Esta primeira abordagem permitiu adquirir uma visão geral da dinâmica histórica, social e econômica do povoado, bem como explicitar os objetivos da pesquisa e firmar contatos para as próximas atividades.

A segunda etapa teve como objetivo aprofundar os conhecimentos específicos ao tema e se desenvolveu em nível individual através de diferentes instrumentos, como questionários, entrevistas, histórias de vida e jornadas de imersão. Os questionários foram aplicados a 45 camponeses e as entrevistas e histórias de vida a apenas aqueles que desenvolviam a agricultura em tempo parcial, no total de 12 camponeses. As informações pesquisadas eram relativas, principalmente, às estratégias fundiárias, trajetórias de vida, organização do trabalho e conflitos inerentes à inserção parcial no meio rural. Esta abordagem foi complementada pela construção de mapas do território de dois povoados onde a presença dos agricultores em tempo parcial é mais representativa numericamente. Diferentes pessoas que conheciam a estrutura social das áreas em estudo foram envolvidas, como membros das primeiras famílias residentes, pessoas importantes nos mecanismos de tomada de decisão, camponeses, etc.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PROVÍNCIA DO ESTUÁRIO

O regime climático da região do Estuário é do tipo equatorial de transição, caracterizado por uma abundância de chuvas, 2.000 à 3.800 mm/ano, onde as máximas são registradas em outubro-novembro, e pela existência de uma estação seca marcada de junho a setembro. As temperaturas são quase constantes e oscilam em torno de 26°C.

O relevo da região é ondulado e constituído por um conjunto de pequenas colinas de forma convexa, separadas por depressões úmidas. A rede hidrográfica é densa, mas a maior parte dos rios e cursos de água são temporários e secam na estação seca. Os solos são

ferrolíticos, profundos e o potencial agronômico, com relação à fertilidade dos solos sobre cobertura florestal, é fraco.

No meio rural há uma diversidade de atividades, onde as mais importantes são: agricultura tradicional, a pesca e a exploração madeireira. As duas primeiras atividades são conduzidas por camponeses com finalidade do autoconsumo. A terceira atividade é desenvolvida por empresas privadas ou do Estado, que utilizam mão-de-obra camponesa, em particular masculina, como assalariada.

A população do Estuário está estimada em 462.086 habitantes (RICHARD e LEONARD, 1993), ou seja, 30% da população total do país, sendo que deste total, 24% concentram-se na capital. A densidade populacional, em torno de 20 habitantes/km<sup>2</sup> é superior àquelas de outras províncias do País. Esta população é igualmente heterogênea do ponto de vista étnico, com a presença das etnias Fangs, Bapunu, Banzebi, Massangu, Mitsogho, Bafungu, Bapuvi e outras que coabitam nesta região costeira. O Estuário é um lugar de misturas étnicas, mas também uma zona receptora de imigrantes provenientes de outros países africanos.

Os povoados da região do Estuário se localizam ao longo das estradas principais e secundárias. Eles se organizam em três espaços distintos. Esses três espaços são sucessivamente uma zona de habitação, uma segunda zona constituída pelas parcelas cultivadas ou terrenos em pousio e uma terceira constituída por parcelas também em cultivo e pousio de longa duração e, sobretudo, floresta secundária.

A organização da utilização das diferentes zonas depende do poder local, em geral organizado segundo um duplo sistema administrativo e tradicional. O primeiro, formado por chefes de povoado, designados pela administração pública. O segundo, formado pelos representantes das famílias fundadoras do povoado, ou seja, os primeiros habitantes.

Em nível organizacional, são as organizações familiares que predominam segundo as características culturais étnicas (matrilinear ou patrilinear). Existem também modos de organização intra-étnicos, concernentes, sobretudo, às festividades mais recentes, como

por exemplo, a festa da independência do País, que coexistem sob a organização do poder local oficial.

#### TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NA AGRICULTURA GABONESA

##### *1. Uma nova agricultura no meio rural gabonês?*

Uma agricultura em tempo parcial é uma atividade desenvolvida por um dos membros responsáveis pela família, em um povoado geralmente próximo à capital, Libreville, onde normalmente exerce uma ocupação profissional em tempo integral ou parcial. A memória oral afirma que estes agricultores passaram a existir depois de 1985/86. Este período coincide com o início da recessão econômica do País, que culminou com a desvalorização da moeda nacional e originou uma acentuação do nível de desemprego na cidade, com a conseqüente baixa do poder de compra dos seus habitantes.

A decisão de desenvolver uma agricultura em tempo parcial não é uma decisão individual, mas uma estratégia familiar. Esta estratégia é concernente ao casal e aos filhos. A adoção desta estratégia tem por objetivo a satisfação das necessidades da família em produzir, ela mesma, uma parte dos produtos alimentares que consomem ou cria um excedente de renda pela venda desta produção. O resultado é a preservação de um nível de vida superior àquele que apenas a atividade assalariada permitiria. A agricultura em tempo parcial é a atividade que permite à família desenvolver outras atividades ao mesmo tempo e se desenvolver segundo a disponibilidade de tempo de seus membros e das suas necessidades. Assim, homens e mulheres podem conservar, ao mesmo tempo, um trabalho assalariado na cidade e um trabalho em tempo parcial no campo.

Estes agricultores desenvolvem duplamente ou até mesmo triplamente (no caso de mulheres que acumulam um trabalho assalariado na cidade, agricultura em tempo parcial e as atividades domésticas) as suas atividades.

## *2. Quem são os agricultores em tempo parcial?*

Estes novos agricultores têm trajetórias de vida análogas. Em geral, se situam na faixa etária de 35 a 50 anos, período de plena atividade profissional. Pertencem todos a etnias que não são dos primeiros fundadores da região do Estuário (os primeiros habitantes são da etnia Fangs). Por este motivo, são considerados estrangeiros no meio rural onde cultivam, mesmo que já habitem nesta região há muitos anos. Todos os entrevistados migraram dos seus povoados de origem com a idade de 12 a 20 anos, para estudar na cidade (os homens) ou para se casar (as mulheres). Nascidos no mundo rural, eles o abandonaram em busca de novas oportunidades na cidade e, uma vez nesta, se defrontaram com a necessidade de retornar, mesmo que parcialmente, para assegurar a sobrevivência das suas famílias. As suas trajetórias de vida têm um percurso rural, urbano e urbano-rural.

Como elementos de diferenciação, constatou-se que as mulheres são as mais freqüentes agricultoras em tempo parcial. Algumas delas desenvolviam, anteriormente, a atividade de empregada doméstica, mas diante da possibilidade de desenvolver uma atividade agrícola, a abandonaram e se dividem entre a família e a agricultura. Outras mulheres continuam alternando a atividade assalariada (doméstica, enfermeira, secretária) durante a semana, com a atividade agrícola durante os finais de semana, especialmente no sábado. O tempo livre que resta, às noites e domingos, é dedicado às atividades familiares. Os homens, em todos os casos pesquisados, têm um emprego público.

## *3. Modos de acesso à terra*

O modo de acesso à terra para os agricultores em tempo parcial é variável, mas não difere das condições de acesso à terra pelos camponeses habitantes do povoado, que pertencem a outras etnias que não àquela fundadora do mesmo. Os elementos que mais influenciam os modos de acesso são a grande procura por terra nas proximidades da capital e as diferentes compreensões étnicas quanto ao seu uso.

### 3.1. *Apropriação da floresta secundária*

Segundo a compreensão tradicional de propriedade, para as diferentes etnias (com exceção dos Fangs), a primeira exploração da floresta confere um direito inalienável e transmissível por herança. Da mesma maneira que os camponeses residentes, os agricultores em tempo parcial podem se apropriar destas terras. Em geral, são terras distantes das sedes dos povoados, há mais de uma hora e meia de caminhada. No momento da pesquisa esta forma de acesso era exercitada por 38% dos entrevistados e as terras não eram reivindicadas pelos membros da etnia Fangs. Mas, à proporção que a pressão fundiária aumenta, existe uma tendência de reivindicação dessas terras para os herdeiros, que tenderão a buscar os seus direitos de primeiros fundadores. Para os membros dessa etnia, que são fundadores de numerosos povoados no Estuário, o direito de propriedade fundiária não se limita aos campos cultivados, mas englobam igualmente a floresta próxima ao povoado, nos limites estabelecidos pelos fundadores de povoados vizinhos. Assim, a tolerância de ocupação dessas terras por outras etnias tende a ser temporária. Já é possível constatar conflitos pelas discordâncias em torno dos limites de parcelas de cultivo.

### 3.2. *Atribuição de terra por um parente habitante do povoado*

A atribuição de uma parcela de terra por um membro da família é o modo tradicional por excelência de acesso à terra. Os agricultores em tempo parcial não são excluídos deste modo, mas apenas 12% o utilizavam. A única condição é possuir um parente no povoado e a atribuição se desenvolve segundo as normas em vigor.

### 3.3. *Locação*

A locação de parcelas é o modo de acesso à terra por 25% dos agricultores em tempo parcial. A duração de locação não excede um ciclo de cultivos (em geral, o ciclo de produção da mandioca). O preço é negociado entre as duas partes e varia em função da distância e do tamanho da parcela. A locação é cada vez mais praticada nos povoados próximos à Libreville e a concepção da terra como um bem da natureza, que podia ser doado a quem necessitasse para trabalhar, mesmo que dentro de uma mesma etnia, começa a ser substituída por

uma concepção de mercado.

### 3.4. *Compra*

A pesquisa constatou que a compra é o modo de acesso à terra para 25% dos agricultores em tempo parcial. Uma parcela de terra, de um mesmo tamanho, pode ser vendida a 60 km de Libreville pelo mesmo preço pelo qual é alugada a 30 km. No entanto, a venda não se pratica em todos os povoados pesquisados, chegando mesmo a ser proibida em alguns dos povoados pelos seus fundadores. Caso contrário, eles são os únicos a se considerarem com o direito de vendê-la. Essas diferenças observadas de um povoado a outro, são estreitamente ligadas à distância em relação à capital. Quanto mais longe do centro urbano, mais a terra é disponível, o seu potencial agrônômico é elevado e a pressão fundiária é menor. Nessa situação, a terra ainda é considerada um patrimônio social, que deve estar acessível a todos que têm necessidade, sem contrapartidas e dentro das normas do direito consuetudinário.

• A demanda crescente por terra nas zonas de perímetro urbano modificou a concepção tradicional de uso da terra e impôs novas dificuldades aos agricultores em tempo parcial.

## 4. *Atividades agrícolas e organização do trabalho*

### 4.1. *Uma agricultura em tempo parcial*

As atividades dos agricultores em tempo parcial são organizadas de maneira que a sua presença diária nos campos de cultivo seja dispensável. O tempo que esses agricultores dedicam à agricultura limita-se aos sábados, para aqueles que têm outras atividades na cidade, e não excede três dias por semana, para as mulheres que não têm uma atividade assalariada. Em conseqüência, os seus cultivos são geralmente menores que aqueles dos camponeses residentes. Em período de forte demanda de trabalho, a família se organiza para passar o fim de semana no povoado, em uma pequena casa construída provisoriamente próxima ao campo de cultivo ou na casa de algum parente. Os dias de trabalho são definidos em função das necessidades agrícolas (desmatamento, queima, plantio), das necessidades de alimento da fa-

mília e da disponibilidade de dinheiro para pagar o transporte de ida e volta da cidade ao campo. Os períodos de férias são relacionados à maior frequência da família no meio rural.

#### 4.2. *As práticas agrícolas*

Do ponto de vista cultural, as práticas dos agricultores em tempo parcial são idênticas àquelas dos camponeses residentes. As estratégias de produção variam em função das possibilidades agroecológicas e técnicas, fundiárias, humanas e financeiras.

Os agricultores optam pelo cultivo dos produtos que melhor se adaptam às condições naturais. Assim, a mandioca, que é uma planta rústica e que produz mesmo em solos pobres, é encontrada em todos os povoados onde a densidade populacional é alta e a prática de pousio é de curta duração. A banana, que é uma cultura exigente em água e elementos minerais, só pode ser cultivada após o desmatamento da floresta secundária ou nas depressões mais úmidas e mais férteis que as colinas. Estas, em geral, destinadas à mandioca. A cana-de-açúcar é plantada nos mesmos solos que a mandioca, mas a sua produção se destina exclusivamente à transformação em suco, que dará origem ao vinho de cana, bebida muito apreciada. A escolha desses produtos pelos agricultores em tempo parcial e pelos camponeses residentes depende, em boa parte, das condições agroecológicas ou técnicas.

O segundo fator determinante é a disponibilidade de terra, considerando que os agricultores em tempo parcial são bens mais numerosos nos povoados próximos da capital. Assim, a pressão exercida sobre a terra, nos perímetros urbanos, limita a superfície cultivada para esses agricultores. Nos povoados localizados mais longe da capital, a terra é mais disponível e as superfícies cultivadas são maiores. No entanto, as dificuldades de deslocamento são um empecilho. Observa-se uma correlação entre disponibilidade e nível de fertilidade do solo: quanto mais longe da capital, os solos são mais férteis e acessíveis aos agricultores.

O terceiro fator é a disponibilidade da força de trabalho, que influencia na organização de produção. A divisão social do trabalho

agrícola entre homens e mulheres é a mesma para os agricultores em tempo parcial e os camponeses residentes. O homem, com os filhos, são responsáveis pelas atividades de abate e desmatamento e a mulher, com as filhas, se ocupam da plantação, das limpas, da colheita e do transporte dos produtos. Qualquer um desses tipos de agricultores utiliza mão-de-obra temporária assalariada para o abate e o desmatamento e, algumas vezes, para as limpas. O emprego dessa mão-de-obra suplementar permite aumentar as superfícies cultivadas e escolher produções mais exigentes em trabalho, como é o caso da banana. A mão-de-obra contratada provém, geralmente, dos povoados onde estão instaladas as plantações.

Constata-se que cada um dos agricultores em tempo parcial possui uma capacidade financeira de investir na agricultura (compra ou locação de terras, emprego de mão-de-obra assalariada), mas faz a sua escolha segundo a orientação que deseja dar a sua atividade: consumo familiar ou venda.

#### *4.3. Estratégias de produção: consumo familiar ou comercialização dos produtos agrícolas*

A preocupação dos agricultores em tempo parcial é assegurar um complemento alimentar para suas famílias, seja através do cultivo de produtos alimentares, seja através da produção para venda. As duas estratégias permitem amenizar as dificuldades enfrentadas pelos baixos salários percebidos na zona urbana.

Após cada dia de trabalho o produtor transporta uma quantidade de mandioca e banana para a alimentação da família. Uma pequena parte dessa produção é vendida na margem da estrada ou em um mercado da cidade. A quantidade vendida é avaliada em função das necessidades alimentares da família e permite o pagamento do transporte dos produtos e do seu transportador. Essa estratégia de produção é mais freqüente nos povoados próximos a Libreville, onde a pressão fundiária e o baixo nível de fertilidade dos solos limitam as superfícies e os rendimentos. Setenta e cinco por cento dos agricultores em tempo parcial desenvolvem essa estratégia.

Alguns produtores, (em torno de 25%) adotam uma estratégia

oposta e investem na agricultura, com a utilização predominante de mão-de-obra assalariada para a produção de banana ou mandioca em superfícies maiores. Das quantidades produzidas, cerca de 90% são destinadas à venda. A comercialização se dá diretamente através de comerciantes. Mesmo se a maior parte da produção for vendida, as necessidades alimentares da família serão satisfeitas.

## 5. A Construção de uma Identidade Social

### 5.1. A auto-imagem dos agricultores em tempo parcial

A maneira de se ver desses agricultores é muito influenciada pela sua falta de inserção social nos povoados onde realizam suas plantações. Na tradição africana, fazer parte de uma estrutura social rural é o reconhecimento de uma identidade social bem definida, que permite o acesso a um território de habitação, de produção e de participação na vida rural, nos aspectos religioso, de lazer, etc.

Os agricultores não residentes são exteriores a essa organização e se reconhecem como pessoas que tiveram a necessidade de abandonar seus povoados, suas famílias e seus campos tradicionais de cultivos em busca de uma melhoria de suas condições de vida. Essa busca, no entanto, não foi suficiente para atender as suas necessidades e os obriga a buscarem outras atividades em um território 'estrangeiro'.

A forma de se ver é muito diferente entre os homens e as mulheres que fazem esse tipo de agricultura. Os primeiros se vêm de uma forma muito negativa, especialmente por serem considerados 'estrangeiros', ou seja, devido ao fato de não serem originários da região do Estuário. Para eles o fato dos camponeses residentes terem direito a um quintal, um campo de cultivo mais próximo, o reconhecimento de pertencerem ao povoado e o fato de estarem sempre presentes, são elementos importantes de diferenciação. Assim se referem a estas condições:

"A gente representa uma ameaça para os camponeses quando a gente ocupa um lugar para cultivar";

"Minha produção mais fraca do que aquela de quem está no campo todo tempo";

“As pessoas que ficam aqui têm tempo de fazer agricultura, eles são melhor organizados porque todos os dias eles estão presentes, eles produzem mais porque eles têm muitos cuidados”.

Para as mulheres, a possibilidade de desenvolver uma atividade agrícola, mesmo que em tempo parcial, é muito importante e esta apreciação é influenciada pelo exercício da sua capacidade de reprodutora da família, muito valorizada socialmente e também pelo fato de ter um trabalho que valoriza sua experiência. Assim, elas afirmam que:

“Fazer agricultura é produzir a comida para a família, mas é também uma coisa do coração”;

“Sempre a gente tem disponibilidade de alimento para família. Quando falta qualquer coisa na minha casa a gente vem e pega aqui e aí tem o que comer”;

“(O único inconveniente é a distância, o preço do transporte. É difícil de fazer um campo como a gente quer porque a gente não está o tempo todo aqui”.

### *5.2. A visão dos camponeses residentes sobre os agricultores em tempo parcial*

Em geral, os camponeses residentes têm uma visão negativa sobre os agricultores em tempo parcial, especialmente porque eles não têm nenhuma inserção social, eles pertencem a outro grupo social, são portadores de uma outra cultura e de hábitos diferentes.

Sob o aspecto da produção, eles são considerados como menos produtivos, pois eles vêm de maneira irregular e não têm uma capacidade de trabalho que lhes permita fazer grandes cultivos. Têm também a reputação de provocar diferentes tipos de conflitos, como ultrapassar os limites de seus cultivos, principalmente porque são provenientes de outras etnias e têm compreensão diferente sobre a utilização da terra. Os camponeses residentes afirmam que:

“Os agricultores mais importantes são aqueles que habitam aqui, porque eles são do lugar, não são estrangeiros, eles têm muita participa-

ção dentro do povoado, eles conhecem as coisas. Os estrangeiros fazem as suas plantações aqui mas habitam fora...”;

“O agricultor nativo participa de tudo do povoado, ele tem um trabalho diferente porque ele cultiva todos os dias, ele tem um grande campo, ele conhece melhor o seu trabalho...”;

“O estrangeiro saiu do seu lugar para Libreville, e depois vem pra cá, mas não respeita os limites e certos hábitos dos primeiros habitantes”.

A maneira como os agricultores em tempo parcial são vistos provocou o estabelecimento de diferentes formas de controle de utilização da terra, especialmente na região próxima a Libreville. Em consequência, é cada vez mais difícil ter acesso à terra e os agricultores de tempo parcial são obrigados a pagar ou a se estabelecer distante dos seus lugares de habitação. Essa situação tem provocado uma baixa dos rendimentos e um aumento da jornada de trabalho.

A visão dos dois tipos de atores rurais, aqui em análise, contribui ao reconhecimento da categoria social de agricultores em tempo parcial como um sujeito que se divide entre um tipo de vida rural e urbana. Sob o aspecto rural, suas atividades se resumem à agricultura, mas de uma forma parcial, que não permite sua participação em outras esferas, como por exemplo, as cerimônias e lazer. Sob o aspecto urbano, suas atividades são mais numerosas e sua inserção social mais importante. É na cidade que eles têm residência, que passam a maior parte do tempo, que têm acesso aos serviços como escola, serviços de saúde e lazer. Eles têm uma dupla identidade que depende de características rurais e urbanas.

## CONCLUSÕES

Uma nova categoria social surge nos últimos dez anos na região do Estuário e tende a se acentuar em face das dificuldades econômicas enfrentadas pelos habitantes da zona urbana, especialmente

o crescimento do desemprego.

Socialmente, o trabalho feminino é valorizado para o desempenho desta nova função, pela possibilidade de multiplicação das suas atividades no mundo rural e urbano, e a família se beneficia duplamente dessa situação.

O desenvolvimento desse tipo de agricultura ocasionou modificações profundas na organização tradicional da estrutura fundiária em face da demanda crescente por terra, chegando mesmo, em algumas partes, a haver a substituição dos direitos tradicionais de uso por um sistema de mercado, como venda e locação. A evolução de uma concepção social a uma concepção econômica para o acesso à terra se estende progressivamente de Libreville para o interior do país.

Parte dos agricultores em tempo parcial estão dispostos a investir na agricultura, mas a grande maioria desenvolve suas atividades de forma tradicional. Mesmo assim, é nesse grupo que se observa uma maior abertura às inovações técnicas ou econômicas para compensar as pequenas áreas cultivadas, também como forma de assegurar a continuidade da atividade e ter mais segurança no aspecto de acesso à terra.

Praticar uma agricultura em tempo parcial em paralelo às transformações da estrutura fundiária, podem constituir passos importantes e irreversíveis a uma evolução técnica e econômica da agricultura gabonesa, indicando inclusive a adoção de sistemas de produção mais intensivos e sedentarizados.

#### BIBLIOGRAFIA

- BESSON, N.; KOTTE, B. ; MOTA, D.; SIDIBE, M.; YONKEU, S., *Agriculture itinérante et enjeux foncier dans la province de l'Estuaire, Gabon*-Montpellier, 1996, 89p., (ICRA/IGAD, Documento de trabalho n° 55);  
JOUVE, P., *Le diagnostic du milieu rural de la région à la parcelle*, Approche systematique des modes d'exploitation agricole du milieu, Paris, 1992, 40p., (CNEARC, Etudes et travaux, 6);  
RICHIARD, A.; LEONARD, G., *Le Gabon – géographie active*, Libreville: Institut Pedagogique National, EDICEF-EDIG, 1993, 520p.;  
ROSTIAUX, S., *Etude des systèmes de production de la zone Nkoltang – Ntomb province de l'Estuaire (Gabon)*, ESAT-CNEARC, Montpellier, 1993, 60p.

## A NOVA HISTÓRIA, SEUS TEMAS E MÉTODOS: UM DIÁLOGO COM A ANTROPOLOGIA

*Gervácio Batista Aranha<sup>1</sup>*

### APRESENTAÇÃO

O tema deste trabalho está no centro do debate historiográfico hoje. Até porque, a importante questão da interdisciplinaridade no âmbito das ciências sociais encontra, na relação entre história e antropologia, talvez a mais profícua das experiências interdisciplinares hoje existentes.

Também é importante considerar que muito do que tem se renovado em termos de produção historiográfica, nessas últimas três décadas, passa por essa experiência interdisciplinar. Basta lembrar, a esse respeito, que inúmeras das novas temáticas, hoje abraçadas por historiadores culturais, têm a ver com a influência que veio da disciplina vizinha, assim como, a forma de abordá-las também tem tudo a ver com essa influência.

Para dar conta do debate que gira em torno dessa experiência interdisciplinar, o trabalho consta de dois itens. No primeiro, discorro sobre essa experiência chamando a atenção, particularmente, para a emergência das novas temáticas em sua correlação com a cultura e para o tratamento simbólico usado em sua abordagem.

---

<sup>1</sup> Professor da UFPB e doutorando em História na UNICAMP.

No segundo, procuro esclarecer, através de uma amostragem de textos já consagrados de dois historiadores culturais, a questão de como a linguagem simbólica tem sido apreendida de diferentes modos por profissionais da história. No decorrer dessa amostragem, alguns elementos são acrescidos à discussão levada a efeito no item anterior e alguns pontos aí discutidos adquirem maior precisão.

O que importa, para fins deste trabalho, é recuperar um aspecto que considero fundante no âmbito do que temos considerado, genericamente, sob a designação de nova história. Refiro-me à relação entre história e antropologia do ponto de vista do aspecto que tem marcado profundamente, com tal aproximação, o saber/fazer historiográficos: a inspiração para certos temas culturais e a sua abordagem através do manejo das formas simbólicas.

A impressão que eu tenho é que essa questão da incorporação das formas simbólicas relacionadas às temáticas culturais hoje em evidência, fruto de um diálogo com a antropologia, é de tal importância que ultrapassa as possíveis fronteiras – com seus respectivos pontos convergentes e/ou divergentes – que possam ser estabelecidas entre autores ou vertentes historiográficas acerca de como deve se processar a elaboração do conhecimento histórico.

Assim, em que pesem as tensões que envolvem a aproximação entre história e antropologia, que assume diferentes significados, para diferentes profissionais desses dois campos do saber – não raro entre os próprios pares –, há que se reconhecer, do ponto de vista dos profissionais da história, que todos parecem estar de acordo quanto a um ponto: o de que essa aproximação tem sido um dos suportes para a renovação historiográfica ocorrida nos últimos anos.

Mas, é importante evidenciar que a abordagem aqui encetada encerra o ponto de vista do historiador. Trata-se, pois, de um diálogo da história para com a antropologia (talvez fosse mais apropriado afirmar: com as antropologias), em que serão resgatadas suas convergências e divergências, mas um diálogo marcado por reflexões, levadas a efeito por profissionais da história. Daí, a constatação de que o trabalho visa, na verdade, responder a seguinte questão: até onde a história pode avançar com os ensinamentos da antropologia?

## 1. AS NOVAS TEMÁTICAS E SUA APREENSÃO SIMBÓLICA

Uma primeira reflexão acerca do nível simbólico presente no trabalho de história pode ser buscado em Giovanni Levi, para o qual a nova história surge como um campo de investigação em que

“O historiador não está simplesmente preocupado com a interpretação dos significados, mas antes em definir as ambigüidades do mundo simbólico, a pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e também recursos materiais”<sup>2</sup>.

Afirmar que a preocupação dos novos historiadores é definir as “ambigüidades do mundo simbólico” ou a “pluralidade das possíveis interpretações desse mundo”, etc., encerra uma crítica radical de certos modelos explicativos, tais como o marxismo, haja visto que a idéia de símbolo não estava na ordem do dia para quem se arvorava como estudioso de um “real concreto” ou de um “mundo de concreticidade”, e menos ainda a idéia de pluralidade para quem se arvorava como detentor de verdades “incontestáveis e/ou unívocas”.

É certo que Levi não reflete explicitamente, no texto citado, sobre a relação entre história e antropologia. Na verdade, sua preocupação é apenas demonstrar o caráter de experimento da microhistória, chamando a atenção para a inexistência de um “corpo de ortodoxia” de que possa se valer. Contudo, ao escrever que os novos historiadores se preocupam em definir as “ambigüidades do mundo simbólico” ou a “luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos”, não há dúvida que temos, aqui, um diálogo implícito com a antropologia<sup>3</sup>. Mesmo que Levi esteja ende-

---

<sup>2</sup> LEVI, Giovanni, *Sobre a Micro-História*, in BURKE, Peter (org.), *A Escrita da História: Novas Perspectivas*, Tradução de Magda Lopes, São Paulo, Editora Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 136.

<sup>3</sup> Mesmo que Levi esteja endereçando, no trecho citado, uma crítica aos modelos explicativos que se valiam de um corpo de ortodoxia, o autor deixa antever, nas entrelinhas, já uma crítica também a uma certa nova história influenciada pelo antropólogo norte-americano Clifford Geertz. Esse sentido implícito está inscrito na frase: “o historiador não está simplesmente preocupado com a interpretação dos significados...”. Em todo caso, esse sentido implícito só o entende quem tiver acesso ao texto na íntegra.

reçando, no trecho citado, uma crítica aos modelos explicativos que se valiam de um “corpo de ortodoxia”, o autor deixa antever, nas entrelinhas, já uma crítica também a uma certa nova história, influenciada por um certo ramo da antropologia cultural norte-americana, qual seja, a antropologia interpretativa de Clifford Geertz. Esse sentido implícito está inscrito na frase: “o historiador não está simplesmente preocupado com a interpretação dos significados...”. Em todo caso, esse sentido implícito só o entende quem tiver acesso ao texto na íntegra.

Já Carlo Ginzburg, ao contrário, é totalmente explícito a respeito. Refletindo sobre a abordagem de novos temas, ele mostra que a tendência de se tomar como objeto de estudo grupos subalternos, a exemplo de camponeses e mulheres, teria levado os historiadores a se aproximarem da antropologia e, conseqüentemente, de temas que antes eram estudados basicamente por antropólogos, como por exemplo, a feitiçaria<sup>4</sup>.

E tratar de temas que antes eram considerados marginais, como a feitiçaria, sua importância reside menos na capacidade de torná-los ‘respeitáveis’, como um tema histórico, do que em abordá-los do ponto de vista de seu caráter simbólico. O importante livro de Macfarlane sobre a feitiçaria em Essex, de 1970, seria válido sob inúmeros aspectos, menos por passar ao largo da questão simbólica. Isto porque,

“Na realidade, Macfarlane examinava a idade e o sexo dos acusados de bruxaria, os motivos da acusação, sua relação com os vizinhos e a comunidade de modo geral; porém, quase não se detinha nas coisas em que aqueles homens e mulheres declaravam acreditar. Nem mesmo o contato com a antropologia<sup>5</sup> induzia a analisar internamente as crenças das vítimas da perseguição”<sup>6</sup>.

Percebe-se, por assim dizer, que para Ginzburg, Macfarlane em-

---

<sup>4</sup> Cf. GINZBURG, Carlo. *História Noturna: Decifrando o Sabá*, Tradução de Nilson Moulin Louzada, São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 10.

<sup>5</sup> Essa referência à antropologia tem a ver com o fato de que o estudo de Macfarlane teria sido inspirado no já clássico livro de E. Evans Pritchard sobre a feitiçaria entre os Azandes (Cf. GINZBURG, Carlo. *História Noturna: Decifrando o Sabá*. Op. Cit., p. 12).

<sup>6</sup> GINZBURG, Carlo. *História Noturna: Decifrando o Sabá*. Op. Cit., p. 12.

pobrece a abordagem ao não dispensar a devida atenção ao que, em linguagem antropológica, pode ser chamada de visão dos 'nativos', isto é, a visão das vítimas de acusação de bruxaria. Em outras palavras, Macfarlane é criticado por não ter dado atenção suficiente, em seu estudo sobre a bruxaria, sobre o aspecto da crença, exatamente o aspecto que exige uma leitura pouco usual, porquanto, normalmente expressa-se por meio da linguagem simbólica.

O desinteresse de Macfarlane pela dimensão simbólica da crença não significa, necessariamente, um distanciamento em relação à antropologia. Significa, isto sim, que a antropologia que o influencia é que não dispensa a devida atenção à linguagem simbólica, porquanto é uma antropologia de cunho funcionalista<sup>7</sup>.

Crítica idêntica é endereçada ao consagrado trabalho de Keith Thomas, um estudo sobre a religião e o declínio da magia. Este autor teria dado pouca atenção aos aspectos simbólicos relacionados ao seu objeto de estudo. Carlo Ginzburg, ao avaliar a crítica referida, mostra que o próprio Keith Thomas admitiu sua pouca sensibilidade para os significados simbólicos em relação ao tema<sup>8</sup>. Ao responder as críticas que lhe endereçam, Thomas teria observado, como se fora uma desculpa, que, enquanto os historiadores estão familiarizados com a noção de "estruturas sociais profundas", estão pouco habituados a "questionar as estruturas mentais invisíveis, sobretudo quando estas se referem a sistemas de pensamento rudimentares, mal documentados, expressos apenas de maneira fragmentária"<sup>9</sup>.

Como se percebe facilmente, Keith Thomas faz alusão, no trecho citado, às diferenças de perspectiva entre história e antropologia. Embora não mencione a palavra antropologia, está claro que é a este campo do saber que ele remete ao informar que os historiadores não estão habituados a "questionar as estruturas mentais invisíveis...".

Mas em que pese a resistência de Keith Thomas em conceder maior atenção ao simbolismo da magia popular, que ele evita, dando

---

<sup>7</sup> Cf. Id. *Ibid.*, p. 14.

<sup>8</sup> Cf. Id. *Ibid.*, p. 14.

<sup>9</sup> Citado em GINZBURG, Carlo. *Id. Ibid.*, pp. 14-15.

a entender que manejar com esse simbolismo é manejar com “estruturas mentais invisíveis” próprias da antropologia, termina por reconhecer sua importância.

“Num nível menos acessível, todavia, reconheço que é preciso atribuir mais justiça ao simbolismo da magia popular. A mitologia da feitiçaria – o vôo noturno, a escuridão, a metamorfose em animais, a sexualidade feminina – nos diz algo sobre os critérios de valor das sociedades que nela acreditavam, os limites que pretendiam manter, o comportamento dos instintos que imaginavam dever reprimir (...)”<sup>10</sup>.

Esse reconhecimento, no entanto, é tímido em Keith Thomas. O autor parece, realmente, não saber manejar os aspectos relacionados à linguagem simbólica. Isto fica claro na crítica que lhe é endereçada por Ginzburg, em que este afirma ser significativo que ele (Thomas) tenha descartado a possibilidade de, “pelo menos em parte, alcançar por meio do sabá as ‘estruturas mentais invisíveis’ da magia popular”<sup>11</sup>.

Se autores como Macfarlane e Keith Thomas negligenciaram uma investigação sobre os elementos simbólicos do sabá, essa negligência teria ocorrido pelo fato desse fenômeno não existir enquanto culto organizado ou de não existirem provas a esse respeito. Assim, esses autores não estariam dispostos a encarar uma investigação sobre algo tão fluido, como o mito do sabá<sup>12</sup>. Quer dizer, o simples fato de não ser possível abordar o sabá enquanto um culto organizado, isto é, enquanto um rito ou prática ritual, teria levado os autores mencionados a negligenciarem os elementos simbólicos da crença nesses ‘encontros’ noturnos, conhecidos como sabá.

Mesmo que homens e mulheres, em alguns casos, tenham se reunido para celebrar certas práticas mágicas relacionadas ao sabá, tudo leva a crer que “eventos do gênero” seriam exceções. É que a maioria das descrições sobre o sabá, não obstante possua valor documental,

---

<sup>10</sup> Citado em GINZBURG, Carlo. Id. *Ibid.*, p. 15.

<sup>11</sup> Cf. Id. *Ibid.*, p. 15.

<sup>12</sup> Cf. Id. *Ibid.*, p. 18.

não fornece provas sobre sua existência enquanto culto organizado. Acontece que essas descrições estariam a documentar mitos, e não ritos<sup>13</sup>.

Dessa forma, se é verdade que as descrições do sabá documentam mitos e não ritos, seria impossível tomá-las como descrições rituais ou como prova de um culto organizado. Isto explicaria, por exemplo, porque certos autores excluem, em suas pesquisas sobre feitiçaria, os “elementos mais embaraçantes”, isto é, os elementos simbólicos, atribuindo ao sabá o caráter de evento. Refletindo a respeito, Carlo Ginzburg nega, de forma taxativa, esse caráter de evento atribuído ao sabá.

“A realidade física das reuniões de feitiçaria não recebe nenhuma confirmação (nem mesmo por via analógica) dos processos contra os benandanti. Estes declaravam de forma unânime que saíam à noite ‘invisivelmente’, com o espírito abandonando o corpo. Só num caso os misteriosos desmaios deixam de perceber a existência de relações reais, cotidianas, talvez de tipo sectário. Não se pode comprovar em termos definitivos a possibilidade de que os benandanti se reunissem de maneira periódica antes de enfrentar as experiências alucinatórias, de caráter individual, descritas em suas confissões”<sup>14</sup>.

Assim, para o autor citado, expressões do tipo “existência de bruxaria” são pouco felizes, porque remetem à confusão, já mencionada acima, entre mitos e ritos ou, o que dá no mesmo, entre crenças enquanto um “complexo coerente e difuso” e “grupo organizado de pessoas” que se reúne para praticá-las<sup>15</sup>.

E, negar o caráter de evento ou de culto organizado atribuídos ao sabá implica, na perspectiva em apreço, fazer opção pelas formas simbólicas que envolvem o fenômeno e, em especial, pelas formas simbólicas comparadas entre diferentes sociedades, mesmo que estejam “separadas por milênios” e pertençam a “âmbitos es-

---

<sup>13</sup> Cf. Id. *Ibid.*, p. 19.

<sup>14</sup> Id. *Ibid.*, p. 20.

<sup>15</sup> Cf. Id. *Ibid.*, p. 20.

paciais e culturais” distintos<sup>16</sup>.

A aproximação com a antropologia ou, para ser mais preciso, com uma certa antropologia, é bastante óbvia. Trata-se da constatação de que a busca das formas simbólicas análogas, em sociedades tão diferentes no tempo e no espaço, é dada pela aproximação com a antropologia estrutural simbólica, cuja maior referência é a obra de Claude Lévi-Strauss. De fato, a influência da antropologia estrutural simbólica, nos termos em que é desenvolvida por este autor francês, é por demais visível na obra do historiador italiano Carlo Ginzburg. Senão, em relação a todos os seus trabalhos, mas em relação ao seu último grande trabalho publicado. “As convergências entre o programa de pesquisa delineado por Lévi-Strauss e o livro que escrevi [referência ao livro *História Noturna: Decifrando o Sabá*] me parecem bastante fortes”<sup>17</sup>.

É certo que Ginzburg tem reservas em relação à antropologia, haja visto que insiste na idéia de que é preciso resolver, em “chave histórica”, aquilo que não estaria no horizonte da antropologia, pelo menos não na perspectiva, por exemplo, de Lévi-Strauss, cujo programa tende a privilegiar a “profundidade abstrata da estrutura”<sup>18</sup>. Não é menos certo, porém, que sua recusa em encerrar seu estudo sobre o

<sup>16</sup> A comparação em história é sempre algo difícil, um risco, especialmente do tipo que é feita por Carlo Ginzburg. De fato, constitui um enorme “risco” procurar decifrar o sabá na Europa, buscando pontos de aproximação ou de similitude em outros lugares, distantes no tempo e no espaço. Fiquei me perguntando sobre o porquê da insistência de Ginzburg em mostrar ressonâncias do fenômeno num passado remoto. Não seria mais interessante tomar cada uma dessas “ressonâncias” como objeto próprio de estudo, ou seja, tomar como objeto de estudo o xamã em tal ou qual lugar, etc., ao invés de querer aproximá-lo do sabá à européia? Afinal de contas, trata-se de sociedades distantes do ponto de vista temporal e espacial e, conseqüentemente, diferentes do ponto de vista cultural. Fico me perguntando: não será um enorme risco comparar crenças ou mitos – por mais semelhantes que possam parecer – situados em momentos históricos diferentes, cujos atores sociais eram culturalmente distintos? E o que dizer do significado que esses mitos podem ter assumido para esses diferentes atores sociais? Será que os motivos que levavam uma sociedade a aceitar/rejeitar a crença no sabá eram também idênticos? Infelizmente, essas são questões que parecem não estar respondidas de forma convincente por Carlo Ginzburg.

<sup>17</sup> GINZBURG, Carlo, *História Noturna: Decifrando o Saba*. Op. Cit., p. 35.

<sup>18</sup> Cf. Id. *Ibid.*, p. 35.

sabá, numa certa temporalidade ou em fronteiras temporais<sup>19</sup>, parece aproximá-lo sobremodo da antropologia estrutural já referida, não obstante insista que o livro que escreveu situa-se numa faixa intermediária, entre a “profundidade abstrata da estrutura” e a “concretude superficial do evento”<sup>20</sup>. Com esse seu “nem tanto nem tão pouco”, ele dá a entender que extrapolou o estruturalismo antropológico, mas sem deixar de ser estruturalista.

Outros autores também refletiram a respeito, isto é, também saíram em defesa da aproximação entre história e antropologia, mostrando até onde os historiadores podem avançar com essa aproximação. Darnton, por exemplo, chama a atenção, por um lado, para o fato de que se os antropólogos, ao tentarem uma definição de cultura, explodem numa “guerra de clãs”, por outro, eles partilham algo em comum ou uma orientação geral em que todos estariam de acordo, a de que procuram valorizar o ponto de vista do nativo, para entender o significado inscrito em sua visão de mundo<sup>21</sup>. É que os antropólogos “trabalham a partir da crença de que os símbolos são partilhados, como o ar que respiramos ou, para adotar sua metáfora preferida, a linguagem que falamos”<sup>22</sup>.

Essa ênfase que os antropólogos imprimem à dimensão simbólica ou essa tentativa de buscar o significado inscrito no ponto de vista do nativo, parece ser o que falta aos historiadores sociais que estabelecem uma correlação com o cultural. Isto fica claro na crítica que

---

<sup>19</sup> Não é à toa que o livro *História Noturna: Decifrando o Sabá*, não apresenta qualquer datação no próprio título. Neste sentido, este livro está em discordância com *Os Andarilhos do Bem...*, outro livro do autor que versa sobre o mesmo tema, não obstante tenham sido publicados em momentos distintos. Este último, bem anterior em relação ao primeiro, remete ao tema da feitiçaria encerrando-o num espaço circunscrito (o Friul) e numa temporalidade também circunscrita (séculos XVI e XVII), tal como teria ocorrido com os estudos de certos mitólogos gregos (Cf. GINZBURG, Carlo, *História Noturna: Decifrando o Sabá*, Op. Cit., pp. 31-32).

<sup>20</sup> Cf. Id. Ibid., p. 35.

<sup>21</sup> Cf. DARNTON, Robert, *Conclusão*. In DARNTON, Robert, *O Grande Massacre de Gatos e Outros Episódios da História Cultural Francesa*, Tradução de Sônia Coutinho, 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1986, pp. 332-333).

<sup>22</sup> Id. Ibid., pp. 332-333.

Darnton endereça a Keith Thomas, referente ao estudo deste último, já referido acima. Ocorre que Thomas

“Começa seu magistral *Religion and the Decline of Magic* com um capítulo sobre as duras e incertas condições da vida nos séculos XVI e XVII, quando florescia a feitiçaria, e termina com um capítulo sobre a melhora das condições do século XVIII, quando ela desapareceu. Parece sugerir que as condições sociais determinaram as crenças populares”<sup>23</sup>.

Não obstante reconheça que Keith Thomas recuou dessa perspectiva de derivação (à base de um mero “estímulo-resposta?”), Darnton explica que esse método não tem sustentação, ou seja, é visível a fragilidade de um método que procura explicar a cultura como mera derivação de uma ordem social dada<sup>24</sup>. De modo que, o citado autor mostra as dificuldades que os historiadores enfrentam ao tentarem ingressar na história social em sua correlação com a cultura. Daí, sua afirmação de que talvez uma saída para essas dificuldades se resolva com a aproximação entre história e antropologia<sup>25</sup>. Embora não seja explícito a respeito – pelo menos não no texto acima citado –, Darnton deixa subentendido, contudo, que essas dificuldades só podem ser enfrentadas se os historiadores se voltarem para os sistemas de significações, o que equivale a dizer, se eles passarem a se preocupar com os significados simbólicos inscritos nas ações dos vários atores sociais, ao invés de simplesmente derivarem a cultura de uma ordem social dada.

Em todo caso, Darnton tem dúvida sobre os resultados dessa aproximação entre história e antropologia, não obstante registre antropólogos que se voltam para a história e historiadores que realizam trabalhos antropológicos.

“Continua pouco claro o caminho para uma história inteiramente antropológica e duvido que os historiadores possam encontrar essa his-

---

<sup>23</sup> Id. Ibid., p. 331.

<sup>24</sup> Cf. Id. Ibid., p. 332.

<sup>25</sup> Cf. Id. Ibid., p. 332.

tória tomando de empréstimo fragmentos da disciplina vizinha, ou mesmo uma metodologia plenamente desenvolvida”<sup>26</sup>.

Ao meu ver, essa aproximação entre história e antropologia pode ser positiva sob inúmeros aspectos. Contudo, isto não significa a possibilidade de se ter uma história inteiramente antropológica ou uma antropologia inteiramente histórica. Até porque, são campos do saber cuja natureza leva os pesquisadores respectivos a se relacionarem de forma distinta com os informantes à sua disposição. Enquanto os antropólogos colhem o ponto de vista “nativo”, através de um contato direto com os atores sociais envolvidos na trama da existência cotidiana, os historiadores, ao contrário, só podem entrar em contato com o ponto de vista “nativo”, através do testemunho colhido no trabalho de arquivo.

Este é apenas um exemplo do quanto é distinto o trabalho dos pesquisadores das duas áreas. Me parece, assim, que os pesquisadores, das respectivas áreas, podem se aproximar reciprocamente da disciplina vizinha, para tirar lições de métodos assimiláveis ao seu próprio trabalho, como, por exemplo, a lição que os historiadores têm buscado na antropologia, qual seja, a que assenta na busca das significações inscritas na ação e no pensamento dos homens e mulheres estudados. Quer dizer, a incorporação dessa idéia por parte dos historiadores deveu-se a aproximação entre história e antropologia, assim como outras lições de método podem ser partilhadas entre os profissionais das duas áreas.

Mas voltando ao tema deste item, algumas reflexões a mais podem ser reveladoras. É evidente que esse diálogo entre história e antropologia pressupõe, o tempo todo, uma abertura da história para novas temáticas, em particular, para temáticas relacionadas à cultura. Sem essa abertura, acredito que esse diálogo sequer existiria. Assim, quando se fala em dimensão simbólica na história, talvez não se faça necessário acrescentar que a referência remete diretamente à história cultural ou à história social em sua correlação com a cultura. De for-

---

<sup>26</sup> Id. *Ibid.*, p. 332.

ma que, incorporar aspectos simbólicos tem a ver diretamente com a renovação historiográfica ocorrida nesses últimos anos.

É, como não poderia deixar de ser, gostaria de destacar aqui o papel desempenhado por dois historiadores para a renovação historiográfica referida, ambos com lugar garantido no centro do debate que leva os historiadores a refletirem sobre o papel da cultura na mudança histórica. Refiro-me a Natalie Zemon Davis e a E. P. Thompson<sup>27</sup>.

Refletindo sobre alguns textos desses dois autores, Suzanne Desan mostra que eles estão entre os historiadores sociais que passaram a analisar, a partir da década de 1970, as percepções culturais populares. Constatamos que os historiadores sociais, em conjunto, procuram ampliar a análise para além da demografia e dos estudos sócio-econômicos da vida da classe baixa, conferindo voz e vida a camponeses e artesãos ao estudarem sua mentalidade, sendo que, Thompson e Davis são citados como exemplos de autores que “alcançaram prestígio estudando ou fazendo uma análise do comportamento e atitude populares, levando-os a uma nova abordagem cultural da história social”<sup>28</sup>.

Em que pese não ser explícita a respeito, Desan parece querer demonstrar que esse “voltar-se” para a cultura aproxima os citados autores da antropologia. Senão diretamente, mas pelo uso de uma certa linguagem antropológica, inscrita na frase “análise do comportamento e atitude populares...”. Embora implícito, esse

---

<sup>27</sup> De acordo com Suzanne Desan, hoje é impossível estudar a “reforma sem ter lido Davis ou estudar a Revolução Industrial sem uma leitura atenta de Thompson”. Enquanto Davis ampliou o estudo da Reforma para além do teológico, conseguindo realizar uma história social e o exame da religiosidade popular, combinando aspectos da *Histoire des Mentalités* dos Annales, com aspectos da antropologia simbólica, Thompson reformou o estudo da Revolução Industrial, reformulando amplamente o debate sobre a metodologia marxista (Cf. DESAN, Suzanne, *Massas, Comunidade e Ritual na Obra de E. P. Thompson e Natalie Davis*. In HUNT, Lynn (org.), *A Nova História Cultural*, Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 1992, pp. 65-66).

<sup>28</sup> Cf. DESAN, Suzanne, *Massas, Comunidade e Ritual na Obra de E. P. Thompson e Natalie Davis*. In HUNT, Lynn (org.), *A Nova História Cultural*, Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 1992, p. 63.

sentido parece estar presente na seguinte avaliação do papel jogado pelos dois autores:

“De acordo com sua ênfase sobre o papel da cultura, Thompson e Davis deram mais atenção aos aspectos ritualizados e teatrais da ação das massas enquanto expressão cultural e comunitária: focalizaram basicamente o significado, as motivações e os meios de legitimar a ação coletiva violenta”<sup>29</sup>.

Mas se, aqui, apenas alguns sinais indicam ou deixam antever uma aproximação entre história e antropologia, inscritas em frases do tipo “deram atenção [referência a Thompson e Davis] aos aspectos ritualizados e teatrais da ação das massas...”, etc., há momentos em que essa aproximação é visível e se revela explicitamente.

No que se refere a Natalie Zemon Davis, certa apreciação de um texto de sua autoria mostra que ela desde cedo voltou-se para a antropologia cultural. Foi aí que ela teria buscado inspiração, por exemplo, para a reflexão em torno dos rituais secretos dos “sindicatos primitivos”, o mesmo acontecendo, a posteriori, ao buscar inspiração para a compreensão dos elementos simbólicos da prática religiosa<sup>30</sup>.

Daí o fato de que a obra de Davis reflete a influência de uma gama de antropólogos simbólicos, tais como Clifford Geertz e Mary Douglas, dentre outros<sup>31</sup>. A influência da antropologia simbólica na obra desta autora é realmente marcante. Lendo atentamente um ensaio de sua autoria, intitulado *Ritos de Violência*, percebi que essa influência está presente em cada página, haja visto o forte acento no simbolismo com que as multidões do século XVI praticavam a violência para afirmar sua crença religiosa.

Os exemplos desse simbolismo se multiplicam no texto mencionado. Para citar apenas dois exemplos, um referente às multidões católicas, outro às protestantes, temos:

---

<sup>29</sup> Id. Ibid., p. 53.

<sup>30</sup> Cf. Id. Ibid., pp. 70-71.

<sup>31</sup> Cf. Id. Ibid., p. 70.

“O significado religioso da destruição pela água ou pelo fogo é suficientemente claro. Os rios que receberam tantos cadáveres protestantes não são apenas túmulos coletivos convenientes; são temporariamente uma espécie de água benta, uma característica essencial dos ritos católicos do exorcismo. O Fogo que destrói a casa do boticário protestante em Montpellier deixa atrás de si não o cheiro da morte do herege que a multidão tinha enforcado, mas de especiarias, pairando no ar durante dias como incenso”<sup>12</sup>.

Se a água que recebia cadáveres protestantes tornava-se simbolicamente água benta, porquanto purificada; se o significado simbólico inscrito nas ações violentas das multidões católicas é por demais visível e Davis teve sensibilidade para expressá-lo com tanta clareza, não é menos visível o simbolismo presente nas ações violentas das multidões protestantes e não é menor a sensibilidade desta autora para expressá-lo com clareza. É que para as multidões protestantes, não basta mostrar que os objetos de culto dos católicos não têm poder mágico.

“Não é suficiente limpar pela rápida e enérgica demolição, não é suficiente purificar pela grande queima pública de imagens, como em Albiac, com as crianças da cidade recitando cerimonialmente os Dez Mandamentos em torno do fogo. A linha entre o sagrado e o profano foi também redesenhada ao atirar-se a hóstia sagrada aos cães, ao assar-se o crucifixo sobre uma escarradeira, ao usar-se óleo santo para engraxar botas e ao deixar-se excremento humano nas pias de água benta e em outros objetos religiosos”<sup>13</sup>.

Vemos, assim, que as multidões protestantes se valem do “simbolismo da purificação” pelo fogo ao promoverem a “queima pública de imagens”. Mas, mais que isto, se valem de um estranho simbolismo ao tentarem desacreditar a religião do outro, como no ato de “assar-se” um crucifixo sobre uma escarradeira – como se quisessem

---

<sup>12</sup> DAVIS, Natalie Zemon, *Ritos de Violência*. In DAVIS, Natalie Zemon, *Culturas do Povo: Sociedade e Cultura no Início da França Moderna*, Tradução de Marisa Corrêa, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, pp. 149-150.

<sup>13</sup> Id Ibid., p. 150.

com isto, desfazer um símbolo com outro símbolo? – ou no de “atirar-se a hóstia sagrada aos cães”, etc.

Ao meu ver, não poderia haver maior clareza quanto à influência da antropologia simbólica na obra de Davis. Ela é uma historiadora que ao estudar um dos seus temas preferidos, a religiosidade popular no início da França moderna, soube explorar muito bem as lições que tirou de seu namoro com a antropologia referida: no caso, partir em busca dos significados simbólicos inscritos nas ações dos crentes. Todavia, Davis não teria se aproximado dos antropólogos simbólicos sem reservas. Suzanne Desan, por exemplo, mostra que Davis critica, particularmente, a tendência da antropologia em ignorar a transformação, explicando-se, dessa forma, a preocupação desta última em “combinar *insights* antropológicos com uma maior sensibilidade à dinâmica histórica”<sup>34</sup>.

No que diz respeito a Thompson, tudo leva a crer que a influência da antropologia não se faz sentir de forma tão marcante. Admite-se, inclusive, que suas principais obras não refletem uma influência direta da disciplina vizinha<sup>35</sup>. Contudo, ele não teria sido totalmente alheio a essa influência, especialmente em se tratando do último Thompson enquanto historiador<sup>36</sup>. Daí que aliando-se a Keith Thomas e a Natalie Zemon Davis, em 1977, declarou, no seu “*Folclore, Anthropology, and Social History*”:

“Para nós, o impulso antropológico é percebido, sobretudo, não na criação de modelos, mas na demarcação de novos problemas, no modo de ver, com novos olhos, os velhos problemas, numa ênfase em normas ou sistemas de valor e rituais, na atenção às funções expressivas das formas de tumultos e distúrbios e nas expressões simbólicas de autoridade, controle e hegemonia”<sup>37</sup>.

---

<sup>34</sup> DESAN, Suzanne, Op. Cit., p. 70.

<sup>35</sup> Cf. Id. Ibid., p. 71.

<sup>36</sup> A partir da década de 1980, como é sabido, Thompson praticamente abandona a arena da produção historiográfica e passa a se dedicar a outras “arenas” de luta, como vemos nas referências a um Thompson pacifista.

<sup>37</sup> Citado em DESAN, Suzanne, Op. Cit., p. 71.

De fato, o “último” Thompson em termos de produção historiográfica, parece cada vez menos alheio a certas questões próprias da antropologia, como essa que remete ao estudo das “expressões simbólicas de autoridade, controle e hegemonia”. Por exemplo, num consagrado ensaio de 1978, intitulado “*Luta de Classes sem Classes?*”<sup>38</sup>, é nítida a influência da antropologia. Refletindo sobre certos traços tradicionais da cultura operária do século XVIII na Inglaterra, Thompson supõe que um desses traços, em determinadas regiões, reside na outorga de motivações não econômicas frente à diretamente monetária. Daí sua afirmação de que uma ou outra vez, o exame de formas de comportamento relativas à cultura operária oitocentista, leva à necessidade de se “decifrar” esse comportamento e à descoberta das regras invisíveis da “ação”, distintas da que o historiador da classe operária espera encontrar<sup>39</sup>.

Ora, o que significa, no caso em apreço, “decifrar” comportamentos e “descobrir” regras invisíveis da ação, senão uma atitude tomada da antropologia? De maneira que os termos acima indicam exatamente a busca de inspiração na antropologia, haja visto que o que se procura “decifrar” e “descobrir” é o significado simbólico à maneira dos antropólogos.

Tanto é assim que, Thompson diz compartilhar de algumas das preocupações do historiador dos séculos XVI e XVIII no que se refere a uma orientação da antropologia. Essa orientação estaria presente, por exemplo, ao decifrar a “música escabrosa”, a “venda da esposa” ou ao estudar o “simbolismo do protesto”<sup>40</sup>.

Os exemplos de um Thompson que busca inspiração na antropologia se multiplicam no texto mencionado. Para não me alongar muito, basta considerar um trecho, que faz a defesa da incorporação dos aspectos simbólicos aos trabalho do historiador.

---

<sup>38</sup> O texto aqui referido é o da tradução em espanhol, incorporado à conhecida coletânea de ensaios, intitulada *Tradición, Revuelta e Consciencia de Clase*.

<sup>39</sup> Cf. THOMPSON, E. P. *Lucha de Clase sin Clase?* In THOMPSON, E. P., *Tradición, Revuelta e Consciencia de Clase: Estudios sobre la Crisis de la Sociedad Preindustrial*, Tradução de Eva Rodríguez, Barcelona, Editorial Crítica, 1989, p. 46.

<sup>40</sup> Cf. Id. *Ibid.*, p. 46.

“Al menos debemos retornar al siglo XVIII prestando tanta atención a la contienda simbólica de las calles como a los votos de la Cámara de los Comunes. Estas contiendas aparecen en todo tipo de formas y lugares inesperados”<sup>41</sup>.

É para citar um único exemplo, gostaria de resgatar em Thompson o simbolismo presente em certas atitudes da multidão jacobina para com o rei Jorge I, na Inglaterra do começo do século XIX. Trata-se do significado atribuído pela multidão ao nabo, vegetal que se tornara símbolo do referido governante.

“El nabo era, por supuesto, el emblema particular de Jorge I elegido por la multitud jacobita cuando estaban de buen humor; cuando estaban de mal humor era el rei cornudo, y se empleaban los cuernos en lugar del nabo”<sup>42</sup>.

Creio que não poderia haver maior clareza, no texto citado, quanto a uma aproximação de Thompson para com a antropologia, em particular, no que toca ao recorte feito neste trabalho, a incorporação dos aspectos simbólicos ao trabalho de história.

Há que se considerar, todavia, que Thompson tem sérias reservas relativamente a essa aproximação entre história e antropologia. É isto ocorre, tudo leva a crer, em função do forte vínculo que ele mantém com a história social e, aliado a isto, em razão de toda uma tradição empirista que embasa essa vertente historiográfica. Isto explica o fato de que

“Desconfiado das comparações interculturais ou das amplas generalizações relativas a sistemas de símbolos, criticou, por exemplo, as abordagens antropológicas de Alan Macfarlane e Gareth Stedman Jones por sua falta de especificidade histórica e pelo uso de ‘tipologias’ abstratas e não históricas que carecem de rigor empírico”<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> Id. *Ibid.*, p. 65.

<sup>42</sup> Id. *Ibid.*, p. 53.

<sup>43</sup> DESAN, Suzanne, *Op. Cit.*, p. 71.

Significa dizer, se Thompson busca inspiração na antropologia para fins de incorporação dos aspectos simbólicos inscritos nas ações dos atores sociais que analisa – aspectos simbólicos cujos significados nem sempre são visíveis –, ele toma o cuidado de evitar as “amplas generalizações relativas a sistemas de símbolos”, isto é, ele toma cuidado para com as “tipologias abstratas”, do tipo que são “aplicáveis” a qualquer sociedade, em qualquer tempo e lugar. Enfim, ele busca inspiração na antropologia para decifrar o significado simbólico inscrito na ação dos homens, mas o faz em relação a essa ação situada em determinado tempo e lugar. Com isto, ele evita empobrecer seu trabalho com as generalizações próprias de uma certa antropologia estrutural simbólica ou de uma antropologia que passa ao largo da transformação histórica.

Uma última reflexão, para encerrar este item, eu a farei relativamente ao que tem sido designado como antropologia histórica ou história antropológica, desenvolvida no âmbito da “escola” dos *Annales*. André Burguière, ao analisar o assunto, chega ao ponto de afirmar que “assistimos, desde a constituição da escola dos *Annales*, não ao nascimento, mas ao renascimento de uma história antropológica”<sup>44</sup>.

E por que renascimento? Porque os *Annales* teriam feito ressurgir o programa de uma história antropológica que remonta aos séculos XVIII e XIX. O primeiro precursor, do tempo das Luzes, foi Legrand D’auassy, cujo programa de uma “história social dos costumes dos franceses” ficou incompleto, conquanto ele só pôde levar a efeito a primeira parte, sobre uma “história da alimentação” que é, “ao mesmo tempo, uma história dos produtos, das técnicas e dos comportamentos alimentares”<sup>45</sup>.

O segundo precursor de uma história antropológica na França, este no século XIX, foi Jules Michelet. Por exemplo: “Quando ele mostra os efeitos de uma moda alimentar, como o consumo do café, sobre a sensibilidade e o comportamento das elites na sociedade fran-

---

<sup>44</sup> BURGUIÈRE, André, *A Antropologia Histórica*. In LE GOFF, Jacques (org.), *A Nova História*, Tradução de Eduardo Brandão, São Paulo, Martins Fontes, 1993, p. 125.

<sup>45</sup> Id. *Ibid.*, pp. 125-126.

cesa do século XVIII (...), é de um ponto de vista essencialmente etnológico que ele aborda e trata a realidade histórica”<sup>46</sup>.

No caso de Michelet, por exemplo, não é à toa que Lucien Febvre o reivindica como um “mestre da história das sensibilidades e das mentalidades”, haja visto a importância que este fundador dos *Annales* atribui ao seu “poder de empatia para penetrar nas maneiras de ver e de sentir de uma época (...)”<sup>47</sup>.

Mas tudo leva a crer que, o que de fato chamou a atenção dos historiadores dos *Annales* nesses precursores, não foi tanto sua sensibilidade para uma história dos costumes ou das mentalidades, mas sua perspectiva de uma história estrutural. Chama a atenção, por exemplo, o fato de que Legrand D’aussey está preocupado com uma história dos costumes baseada menos num “encadeamento de fenômenos pitorescos e de inovações”, do que numa “mistura constante de comportamentos herdados (...)”<sup>48</sup>.

Também chama a atenção o fato de Michelet atribuir um papel essencial na história, aos “grandes movimentos coletivos parcialmente inconscientes e por sua tendência a subestimar a ação dos grandes e das instituições (...)”. Com isto, ele teria se tornado inaceitável à história positivista, conseguindo, ao contrário, seduzir os fundadores dos *Annales*<sup>49</sup>.

De fato, inúmeras referências indicam que já os fundadores dos *Annales* abraçaram a perspectiva de uma história antropológica, a começar pelo hoje consagrado livro de Marc Bloch, intitulado *Os Reis Taumaturgos*, publicado originalmente em 1924. No prefácio que escreveu para este livro, Jacques Le Goff mostra que o que o seu autor quis fazer foi uma história do milagre régio – isto é, do poder dos reis, na França e na Inglaterra, de curar os doentes de escrófulas com um simples toque – e da crença nesse milagre<sup>50</sup>.

---

<sup>46</sup> Id. *Ibid.*, pp. 128-129.

<sup>47</sup> Id. *Ibid.*, p. 129.

<sup>48</sup> Cf. Id. *Ibid.*, p. 126.

<sup>49</sup> Id. *Ibid.*, p. 129.

<sup>50</sup> Cf. LE GOFF, Jacques, Prefácio, In Bloch, Marc, *Os Reis Taumaturgos*, Tradução de Júlia Mamardi, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 16.

Mas onde fica claro o vínculo com a antropologia, é na atenção de Bloch para com certos rituais relacionados ao milagre régio, seja por denotar uma atitude de antropólogo, ao chamar a atenção para os elementos do cerimonial régio que levava à cura<sup>51</sup>, seja pelo fato de servir-se de Frazer, seu “principal guia em antropologia”, para “evocar as crenças e práticas das tribos da Oceania e os poderes dos chefes das ilhas Tonga, na Polinésia (...)”, visando compará-los à crença dos europeus na realeza sagrada<sup>52</sup>. Assim, em *Os Reis Taumaturgos*, a grande inovação de Marc Bloch é ter-se tornado antropólogo, e ele é o pai da antropologia histórica que se desenvolve hoje<sup>53</sup>. E, no entanto,

“Excetnados os estudos folclóricos, utilizou para seu livro de 1924 apenas dois grandes antropólogos: Sir James Frazer (...) e Lucien Lévi-Bruhl. No primeiro, ele encontrara a concepção da origem mágica da realeza; no segundo, a noção da mentalidade primitiva”<sup>54</sup>.

Mas o texto de Bloch é apenas o texto inaugural da idéia de uma história antropológica, nos momentos que antecedem à institucionalização dos *Annales*. Com essa institucionalização e os desdobramentos daí decorrentes, essa idéia toma corpo e muitos historiadores dessa corrente realizam pesquisas na perspectiva da história, baseadas numa reflexão antropológica. André Burguière, uma das autoridades sobre o assunto no âmbito dos *Annales*, reflete sobre o procedimento da antropologia histórica, mostrando que poderíamos defini-la como uma “história dos hábitos: físicos, gestuais, alimentares, afetivos e mentais”<sup>55</sup>.

E não obstante faça uma ressalva em relação aos “hábitos mentais”, haja visto que, no fundo, todos os hábitos são mentais, Burguière vai além nessa definição afirmando que “seria próprio da antropol-

---

<sup>51</sup> Cf. Id. *Ibid.*, p. 22.

<sup>52</sup> Cf. Id. *Ibid.*, p. 25.

<sup>53</sup> Id. *Ibid.*, p. 34.

<sup>54</sup> Id. *Ibid.*, p. 34.

<sup>55</sup> BURGUIÈRE, André, *Op. Cit.*, p. 133.

gia estudar os fenômenos através dos quais se designam uma sociedade e uma cultura; fenômenos não significantes (...), mas significados, isto é, digeridos e interiorizados pela sociedade”<sup>56</sup>.

É o mesmo Burguière que reflete sobre as inúmeras enquetes publicadas pelos *Annales*, que são indicativas da opção pela antropologia histórica, como no exemplo das que foram publicadas no fim dos anos 50, com o nome de “história da alimentação”, em que esta última é analisada, na visão do mencionado autor, seja enquanto um “fenômeno cultural e econômico”, seja enquanto um “índice dominante do nível de vida”. Enquanto “fenômeno cultural e econômico”, por exemplo, ele mostra que as “preferências alimentares são um dos suportes principais da identidade cultural. Todavia, elas também são o produto da segregação social”<sup>57</sup>.

Outros temas têm estado na ordem do dia entre as preferências dos que faziam e fazem a antropologia histórica na França, tais como uma “história do corpo”, uma “história de doenças”, uma “história dos comportamentos sexuais” ou uma “história da célula familiar”<sup>58</sup>. É pena não poder discorrer, no curto espaço deste trabalho, sobre as inúmeras problemáticas que envolvem essas temáticas ou não poder explorar os muitos exemplos contidos no texto citado.

Para concluir este item, gostaria de chamar a atenção para uma questão que me pareceu fundamental: trata-se da constatação de que a antropologia histórica ou história antropológica, aqui tratadas como expressões sinônimas, já nasceu sob o signo de uma perspectiva centrada na idéia de estrutura. Desde os primeiros precursores, mencionados páginas acima, passando por Marc Bloch e pela produção mais recente dos *Annales*, a idéia de “mergulho” numa história profunda parece ter sido ou parece ser o que existe de lugar-comum em toda a trajetória desse ramo historiográfico na França.

Robert Darnton, por exemplo, ao avaliar criticamente a recente produção dos *Annales*, mostra que alguns historiadores vinculados a

---

<sup>56</sup> Id. *Ibid.*, p. 133.

<sup>57</sup> Cf. Id. *Ibid.*, pp. 133 à 137.

<sup>58</sup> Cf. Id. *Ibid.*, pp. 137 e seq.

essa corrente buscam inspiração na antropologia. Mas ele explica que “esta antropologia, geralmente, permanece restrita ao sistema estruturalista de Claude Lévi-Strauss, ou ao funcionalismo derivado de Emile Durkheim”<sup>59</sup>.

Também explica que a “veia simbólica”, que afeta a antropologia americana não afeta a antropologia histórica francesa, qual seja, a que se desenvolveu sob a influência de E. B. Tylor e Franz Boas. E, conclui afirmando que “enquanto os norte-americanos tendem a ignorar os sistemas de relações, os franceses geralmente negligenciam sistemas de significação”<sup>60</sup>.

Se é verdade que na França a “antropologia conquistou a história por baixo”, isto pelo fato de ter se apropriado das “expressões mais anódinas” ou “menos formuladas da vida cultural”, tais como as “crenças populares” ou os “ritos que impregnam a vida cotidiana”, ou ainda, os que se relacionam à “vida religiosa”, etc.<sup>61</sup>, não é menos verdade que praticamente todas as pesquisas desenvolvidas pelo grupo francês, que se vincula à história antropológica, são abordadas sob um ponto de vista estrutural. Basta considerar, a respeito, que os recortes temporais levados a efeito por esse grupo de historiadores são todos relacionados à longa duração. Acredito que isto se deva ao fato de que esses historiadores têm uma excessiva preocupação com a análise dos “sistemas de representação” de toda uma época ou de uma sociedade inteira, o que os leva à tentativa de reconstituição do universo mental ou da mentalidade, com base nesses grandes recortes temporais ou, o que expressa a mesma coisa, nesses recortes estruturais.

## 2. OS DIFERENTES MODOS DE APREENSÃO DAS FORMAS SIMBÓLICAS

É importante considerar, inicialmente, que o recorte temático deste item pode ser abordado seguindo diversos procedimentos. Eu

---

<sup>59</sup> DARNTON, Robert, *Conclusão*, nota 2, In DARNTON, Robert, *O Grande Massacre de Gatos e Outros Episódios da História Cultural Francesa*, Op. Cit., p. 363.

<sup>60</sup> Id. Ibid., p. 363.

<sup>61</sup> Cf. BURGUTÈRE, André, Op. Cit., p. 148.

poderia abordar, por exemplo, o fato de que os historiadores, que se aproximam da antropologia, não pensam da mesma forma sobre o que significa um símbolo, tal como no conhecido embate teórico entre Robert Darnton e Roger Chartier a respeito do assunto, tendo, de “quebra”, a intervenção de Dominik La Capra criticando a postura de ambos<sup>62</sup>.

Também poderia lançar mão, por exemplo, das reflexões de Anthony P. Cohen em torno da idéia de que um mesmo símbolo pode assumir diferentes significados para diferentes observadores, haja visto seu caráter polissêmico e, a partir dessa idéia central, verificar as críticas que Cohen endereça a Clifford Geertz, etc.

Porém, ao invés de refletir sobre o item a partir desses embates teóricos, resolvi explorar um pouco a forma como determinados historiadores incorporaram determinados feixes de símbolos em alguns de seus textos, o que exige um rastreamento no interior desses textos, para ver como ocorreu a apreensão do símbolo.

Gostaria de iniciar essa discussão ou, dizendo de outro modo, essa amostragem, com um dos ensaios contidos na coletânea *O Grande Massacre de Gatos, e Outros Episódios da História Cultural Francesa*, da autoria de Robert Darnton. Refiro-me ao próprio texto que inspirou o título da coletânea, isto é, *Os Trabalhadores se Revoltam: O Grande Massacre de Gatos na rua Saint-Severin*.

Há que se considerar, em primeiro lugar, que o ponto de partida de Darnton, neste ensaio, é uma narrativa de um trabalhador gráfico do início da França moderna. Na verdade, é uma narrativa auto-

---

<sup>62</sup> O debate Darnton vs. Chartier em torno da noção de símbolo nasceu a partir da crítica radical que este último endereçou ao primeiro, por ocasião da publicação de um livro que tem o sugestivo título *O Grande Massacre de Gatos e Outros Episódios da História Cultural Francesa*, várias vezes citado neste trabalho. Já a crítica de Chartier mereceu uma resposta de Darnton no texto *História e Antropologia*, no qual este tenta rebater a crítica de Chartier de que o seu livro “peca por uma noção falha de símbolo”. Quanto a Dominick La Capra, que intervém no debate e critica a ambos, o texto que este publicou tem o sugestivo título *Chartier, Darnton e o Grande Massacre do Símbolo*, publicado originalmente em 1988. Embora que tenha decidido não enfrentar esse debate, reconheço que ele é extremamente rico para quem se interessa pela noção de símbolo, merecendo, por isso mesmo, ser conferido.

biográfica, só que escrita vinte anos depois do episódio do massacre de gatos. Essa narrativa, escrita na terceira pessoa, em nome de um certo protagonista, que é o próprio narrador, mostra, entre outras coisas, que, enquanto os operários gráficos da rua Saint-Severin comiam as sobras dos patrões, esses mesmos patrões criavam gatos e os alimentavam com carne assada. “Um certo burguês tinha vinte e cinco gatos. Mandou pintar seus retratos e os alimentava com aves assadas”<sup>63</sup>.

Não bastasse essa discriminação, os gatos da rua Saint-Severin não permitiam uma noite tranqüila de sono para os dois aprendizes que dormiam na gráfica. Eles iam dormir exaustos e os gatos inferniavam seu sono, uivando a noite toda nos telhados. Ademais, enquanto eles tinham que acordar às quatro ou cinco da madrugada, para abrir a gráfica para os assalariados que lá trabalhavam, o burguês (dono da gráfica) e sua mulher dormiam até tarde. Isso não era justo e os aprendizes resolveram acabar com essa desigualdade. Certa noite, um dos aprendizes (cujo nome era Lèveille), destro na arte de imitar, subiu aos telhados, mais precisamente sobre o quarto de dormir do patrão, e uivou e miou tal qual um gato, não deixando que o patrão e sua mulher “pregassem” olho, o que se repetiu durante noites seguidas. Achando que estavam sendo enfeitizados, os patrões mandaram os rapazes livrarem-se dos gatos. Assim, os aprendizes, juntamente com os assalariados, armados com seus instrumentos de trabalho, massacraram todos os gatos que conseguiram encontrar na rua Saint-Severin, inclusive a gata de estimação da patroa<sup>64</sup>.

O massacre, que foi executado de forma “cruel” e “grotesca”, mas ao mesmo tempo “brincalhona”, levou os trabalhadores a encenarem um rito em torno dos “sacos cheios de gatos semimortos no pátio”.

“(…) Com todo o pessoal da oficina reunido em torno, encenaram um fingido julgamento, com guardas, um confessor e um executor pú-

---

<sup>63</sup> Cf. DARNTON, Robert, *Os Trabalhadores se Revoltam: O Grande Massacre de Gatos na rua Saint-Severin*, In DARNTON, Robert, Op. Cit., p. 104.

<sup>64</sup> Cf. Id. Ibid., pp. 104-105.

blico. Depois de considerarem os animais culpados e ministrar-lhes os últimos ritos, penduraram-nos em forcas improvisadas. Atraída pelas explosões de gargalhadas a patroa chegou. Solto um grito, logo que viu um gato pendurado num laço. Depois, percebeu que poderia ser la grise [sua gata de estimação]. Claro que não, garantiram-lhe os homens [mas “la grise” foi a primeira a ser morta, embora eles a tivessem escondido]. Tinham demasiado respeito pela casa para fazer uma coisa dessas. A essa altura o patrão apareceu. Teve um acesso de raiva pela paralisação do trabalho, embora a esposa tentasse explicar-lhe que estavam ameaçados por um tipo mais sério de insubordinação. Depois, o patrão e a patroa se retiraram, deixando os homens em seu delírio de ‘alegria’, ‘desordem’, ‘insubordinação’<sup>65</sup>.

Acompanhando o fio da narrativa, percebe-se que até aqui o autor não apresentou nada de extraordinário. Ele apenas reconstituiu o massacre de gatos da rua Saint-Severin, com base na narrativa de Contat, um trabalhador gráfico que, conforme anunciei acima, escreve sobre o episódio alguns anos depois.

Até essa parte do texto, o que o autor faz é mostrar como os trabalhadores gráficos, a partir de uma “cultura do riso” ou “cultura brincalhona” se revoltam contra o estado de coisas vigente. E essa cultura fazia parte do cotidiano desses trabalhadores. A prova disto é que o massacre de gatos foi reencenado várias vezes no âmbito da oficina, para o divertimento dos que ali trabalhavam<sup>66</sup>.

Mas as problematizações não tardam e Darnton, como um bom historiador cultural, parte em busca dos significados inscritos nos atos dos atores sociais envolvidos no episódio. Uma primeira questão, levantada pelo autor, reside na seguinte constatação: o que era divertido para trabalhadores do século XVIII, não teria nada de engraçado para o leitor moderno. Irônico, ele interroga: “Onde está o humor, num grupo de homens balindo como bodes e batendo seus instrumentos de trabalho, enquanto um adolescente reencena a matança ritual de um animal indefeso?”<sup>67</sup>.

---

<sup>65</sup> Id. *Ibid.*, p. 105.

<sup>66</sup> Cf. Id. *Ibid.*, p. 105.

<sup>67</sup> Cf. Id. *Ibid.*, p. 106.

Mas se o leitor moderno não vê nenhum humor no episódio que tanto divertia os operários gráficos da rua Saint-Severin, isto tem uma explicação. “Nossa incapacidade de entender a piada é um indício da distância que nos separa dos operários da época pré-industrial”<sup>68</sup>.

Um caminho possível para que “nós” modernos possamos entender a cultura do outro é, segundo Darnton, um caminho à maneira dos antropólogos. Isto porque

“Quando se percebe que não está se entendendo alguma coisa – uma piada, um provérbio, uma cerimônia – particularmente significativa para os nativos [os historiadores, penso eu, diriam para os contemporâneos daquela época], existe a possibilidade de descobrir onde se captar um sistema de significação, a fim de decifrá-lo. Entender a piada do grande massacre de gatos pode possibilitar o ‘entendimento’ de um ingrediente fundamental da cultura artesanal, nos tempos do Antigo Regime”<sup>69</sup>.

Assim, se o “leitor moderno” não acha engraçado o episódio do massacre de gatos, isto ocorre por sua incapacidade de entender o momento do outro, uma cultura estranha à sua própria cultura. Porém, a percepção da distância que separa o “leitor” de hoje do momento dos artesãos do século XVIII, pode ser o ponto de partida para uma investigação, conquanto as “melhores vias” para se conhecer uma cultura estranha, “podem ser aquelas em que ela parece ser mais opaca”<sup>70</sup>.

De fato, não parece obscura a prática de um grupo de trabalhadores artesãos que se reúne para matar gatos? Pode haver algum sentido nessa matança? Assim, aos olhos de muitos dos atuais historiadores essa cultura apareceria como “opaca”. Darnton, ao contrário, dá a entender que é perfeitamente possível compreender o significado dessa prática. Primeiro, ele interroga: “Mas, por que gatos? É por que a matança foi tão engraçada?”. “Essas perguntas”, afirma o au-

---

<sup>68</sup> Cf. Id. *Ibid.*, p. 106.

<sup>69</sup> Id. *Ibid.*, pp. 106-107.

<sup>70</sup> Cf. Id. *Ibid.*, p. 106.

tor, “nos levam para além das considerações referentes às relações de trabalho no início dos tempos modernos, conduzindo-nos ao obscuro tema dos rituais e do simbolismo popular”<sup>71</sup>.

Ele começa mostrando que os rituais eram comuns, especialmente em função do carnaval, inclusive rituais em que se matavam gatos. Descreve, a partir desse ponto, inúmeros rituais em que sacrificar gatos tinha uma imensa carga de simbolismo. Na Borgonha, por exemplo, “a multidão incorporava a tortura dos gatos à sua música grosseira. Enquanto zombavam de um marido enganado, ou de alguma outra vítima, os jovens passavam um gato de mão em mão, arrancando seu pelo para fazê-lo uivar”<sup>72</sup>.

E os exemplos se multiplicam. Para citar apenas mais um, temos:

“Os gatos também figuram no Ciclo de São João Batista, que ocorria em 24 de junho, na ocasião do solstício de verão. Multidões faziam fogueiras, pulavam sobre elas, dançavam em torno e atiravam dentro objetos com poder mágico, na esperança de evitar desastres e conseguir boa sorte durante o resto do ano. Um objeto favorito eram os gatos – gatos amarrados dentro de sacos, gatos suspensos em cordas, ou gatos queimados em postes”<sup>73</sup>.

Em todos os exemplos recuperados pelo autor, é nítida a carga de simbolismo existente no sacrifício de gatos. Dessa forma, aos poucos vai se delineando o significado inscrito na ação dos gráficos da rua Saint-Severin. Isto fica particularmente claro a partir do momento em que passa a reinterpretar a narrativa de Contat. Através de uma verdadeira “operação desmonte” dessa narrativa, para não falar de uma “descrição densa”, Darnton aponta seus inúmeros significados simbólicos. O primeiro desses significados, é o vínculo entre gatos e feitiçaria, já que “alguns gatos endemoniados faziam um sabá a noite inteira”. Daí, o patrão e a patroa terem pensado em “chamar o cura para exorcizar o lugar”<sup>74</sup>.

---

<sup>71</sup> Id. Ibid., p. 113.

<sup>72</sup> Id. Ibid., p. 114.

<sup>73</sup> Id. Ibid., p. 114.

<sup>74</sup> Cf. Id. Ibid., p. 129.

É mais: se o patrão, enquanto um “supersticioso tolo” que era, levou a sério aquilo tudo, para os aprendizes não teria passado de uma brincadeira. “Lèveille [um dos jovens aprendizes], em particular, funcionava como um brincalhão, um falso ‘feiticeiro’, encenando um falso sabá, de acordo com as expressões escolhidas por Contat”<sup>75</sup>.

Por outro lado, além de explorarem a superstição do patrão para fazerem “folia às suas custas”, os aprendizes, sempre em forma de piada, dirigiram sua rebelião também contra a patroa. “Atacando a cacetadas sua familiar la grise [isto é, sua gata de estimação], na verdade a acusaram de ser feiticeira”<sup>76</sup>.

O significado simbólico dessa “piada”, ou seja, do ataque à gata de estimação da casa burguesa, reside na idéia de que os “gatos, como símbolos, evocavam o sexo, bem como a violência, uma combinação perfeitamente adequada para um ataque à patroa”<sup>77</sup>. Essa mesma patroa que representava, para os trabalhadores da rua Saint-Severin, uma lasciva mulher adúltera nos braços do seu jovem amante, um padre da redondeza, e cujo marido (o patrão) assumia o papel de uma “figura cômica estereotipada”, a figura do corno<sup>78</sup>.

A principal carga de simbolismo estaria no fato de que, atacando o “bicho de estimação” da patroa, eles a estupravam simbolicamente, ao mesmo tempo em que faziam o “supremo insulto” ao burguês, “chamando-o” simbolicamente de corno. Ocorre que “sua esposa era, para ele, a posse mais preciosa, exatamente como a sua chatte [a gata de estimação] era a dela. Matando a gata, os homens violavam o tesouro mais íntimo da casa burguesa (...)”<sup>79</sup>.

Por outro lado, eles insultavam os patrões e não sofriam nenhuma conseqüência, haja visto os insultos serem disfarçados por uma expressiva linguagem simbólica. É que os símbolos eram manejados pelos operários gráficos numa linguagem velada. Com isto, atingiam

---

<sup>75</sup> Id. Ibid., p. 129.

<sup>76</sup> Id. Ibid., p. 129.

<sup>77</sup> Id. Ibid., p. 131.

<sup>78</sup> Cf. Id. Ibid., p. 131.

<sup>79</sup> Id. Ibid., p. 132.

seu objetivo, o insulto, e mostravam o quanto estavam insatisfeitos. De forma que o “massacre”, por assim dizer, funcionou como uma “rebelião simbólica”. Daí a conclusão de Darnton:

“Seria absurdo encarar o massacre de gatos como ensaio final para os massacres de Setembro da Revolução Francesa, mas a irrupção anterior de violência sugeria uma rebelião popular, embora permanecesse restrita ao nível do simbolismo”<sup>80</sup>.

Para encerrar essa incursão pelo texto de Robert Darnton, gostaria de levantar dois tipos de problemas, ambos de natureza metodológica. O primeiro tem a ver com a forma magistral como o autor transforma em problema histórico um episódio aparentemente sem importância ou insignificante. Extrair um sentido ou explorar tantos significados simbólicos de um episódio, aparentemente sem importância, não é tarefa fácil. Acredito que poucos conseguiriam essa façanha. É mais, contextualizar toda uma época – a França nos tempos do Antigo Regime – a partir da atitude “brincalhona” de um grupo de trabalhadores gráficos, que se reúne, em determinado dia e hora, nas imediações de seu ambiente de trabalho, para uma matança de gatos, é no mínimo uma atitude digna de nota.

Conceitualmente ancorado em certo ramo da antropologia norte-americana ou, precisando melhor, operando metodologicamente com a lição extraída do conceito de “descrição densa”<sup>81</sup>, Darnton penetra fundo na narrativa de Contat, para explicitar, em termos simbólicos, a “rebelião” operária da rua Saint-Severin.

O que mais me chamou a atenção, no texto de Darnton, foi a sua tentativa de identificar significados até certo ponto “invisíveis”,

---

<sup>80</sup> Id. *Ibid.*, p. 131.

<sup>81</sup> A idéia de “descrição densa”, como é sabido, é da autoria de Clifford Geertz, um antropólogo norte-americano que é amigo de Darnton e que tem uma enorme influência sobre sua obra. Para uma maior compreensão acerca do que vem a ser uma “descrição densa”, ver especialmente a análise em que Geertz a relaciona ao “conceito semiótico de cultura” (Cf. GEERTZ, Clifford, *Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura*, In GEERTZ, Clifford, *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro, Guanabara/Koogan, 1989, pp. 13-41).

acredito que pouco acessíveis a qualquer leitura apressada e/ou superficial da narrativa de Contat, basicamente o único registro que existe acerca do episódio do massacre de gatos. Também é digno de nota o fato de Darnton dedicar especial atenção aos símbolos inscritos na ação específica dos trabalhadores em determinados tempo e lugar, o que não o impede de recorrer, para além da narrativa referida, a um amplo leque de informações, com o objetivo de mostrar o contexto do Antigo Regime, no interior do qual se insere o episódio da rua Saint-Severin. Mas traçar esse contexto não significa, se entendi bem a mensagem de Darnton, qualquer vínculo com uma história não datada ou, menos ainda, com uma história para a qual não importa a ação dos homens em determinados tempo e lugar, ou seja, a ação dos homens enquanto protagonistas de um determinado estágio cultural. Em Darnton, os trabalhadores da rua Saint-Severin, no máximo, são vistos como parte da subcultura mais ampla dos operários do Antigo Regime na França.

Quanto ao segundo tipo de problema a que fiz alusão acima, ele tem a ver com uma questão que pareceu lacunar no texto em apreço. Refiro-me à tendência do autor em generalizar a apreensão do universo simbólico.

É que hoje partilho da idéia de que um mesmo símbolo pode ser lido, simultaneamente, de diversas formas, por diferentes sujeitos históricos. Assim, fico me perguntando: será que os trabalhadores da Saint-Severin tiveram o mesmo nível de percepção ao promoverem o massacre de gatos? Não terá, um ou outro dentre eles, entrado em cena por mera diversão, tendo participado da algazarra geral sem perceber os insultos que, “disfarçados” pelo simbolismo, estavam sendo dirigidos ao patrão e à patroa? Lèveille, por exemplo – ao que parece, o mais brincalhão de todos –, ao subir ao telhado da casa do patrão durante noites seguidas e infernizar o seu sono, uivando feito um gato, teria percebido que estava a promover um “falso sabá”, constituído por um monte de gatos “endemoniados”? Ou, ao contrário, não teria ele apenas se divertido com a situação, isto pelo fato de que, enquanto destro na arte de imitar, conseguia perturbar o sono do patrão e da patroa uivando tal qual um gato? Quanto aos demais trabalhadores em cena, teriam eles percebido da mesma forma o caráter

de “rebelião simbólica” encerrada no massacre de gatos? Será que todos viram no massacre essa “rebelião simbólica” ou alguns deles não teriam visto “rebelião” de qualquer espécie?

Infelizmente, essas interrogações são preocupantes e, no entanto, o texto de Darnton não nos dá nenhuma resposta satisfatória a respeito.

Para continuar a discussão em torno da idéia que caracteriza este item, isto é, a forma como determinados historiadores incorporaram certos feixes de símbolos em alguns de seus textos, escolhi mais desses textos para fins de amostragem. Trata-se de *História Noturna: Decifrando o Sabá*, da autoria de Carlo Ginzburg.

É certo que explorei, no item anterior, elementos do texto de Ginzburg que serviriam para essa amostragem. Contudo, alguns foram propositalmente deixados de fora para que eu pudesse explorá-los aqui. O primeiro ponto a considerar é sua descrição do sabá:

“Sem dúvida, o sabá é revelador – mas revelador de um extrato cultural menos acessível: o da sociedade circunstante. Por intermédio do simbolismo do sabá, essa sociedade formava em negativo os próprios valores. A escuridão que envolvia os encontros das bruxas e feiticeiros exprimia uma exaltação à luz; a explosão da sexualidade feminina nas orgias diabólicas, uma exortação à castidade; as metamorfoses animais, uma fronteira claramente traçada entre o animal e o humano”<sup>82</sup>.

Significa dizer, a leitura de Ginzburg acerca do simbolismo do sabá é bastante original, para não afirmar que é intrigante. De fato, perceber que os valores eram simbolicamente formados em sociedade a partir de uma negação do sentido aparente, como no exemplo de que a castidade teria sido formada a partir da “explosão da sexualidade feminina nas orgias diabólicas”, é uma leitura que me parece estimulante. Até porque, a tendência predominante no âmbito da história permaneceu, durante muito tempo, agarrada à idéia de descrever um “fato tal qual aconteceu” ou uma “realidade (pretensamente) objetiva”, e não a descrição de significados “invisíveis” na ação dos ho-

---

<sup>82</sup> GINZBURG, Carlo, *História Noturna: Decifrando o Sabá*. Op. Cit., p. 15.

mens, isto é, os significados ditos simbólicos.

Um leitor comum, pouco perspicaz, com certeza, teria dificuldade em ler (simbolicamente) essa ou aquela atitude popular que carecesse de uma incursão por esse universo “opaco” ou “obscuro”, o universo dos símbolos. Ainda mais em se tratando de símbolos, cujo significado remete à sua forma negativa, como a escuridão enquanto símbolo que exalta a luz, etc.

Percebe-se, por assim dizer, que a linguagem simbólica tem algo de maravilhoso, ou seja, essa capacidade que os sujeitos têm de expressarem – em determinados tempo e lugar, seja através de uma idéia, uma atitude, um gesto – uma coisa para significar outra ou essa capacidade de atribuírem significado a uma coisa que é diferente de sua forma aparente. Enfim, o que encanta na linguagem simbólica é a capacidade que os sujeitos têm para atribuírem significado como se estivessem a guardar um “segredo”, tornando-o aparentemente invisível.

De forma que, em Ginzburg, decifrar o sabá, é desvendar esse “segredo” ou tornar visível aquilo que aparece como “opaco” ou “obscuro” no universo simbólico, que envolve o objeto por ele estudado. Neste sentido, não vejo nada de extraordinário no trabalho de Ginzburg, porquanto outros autores fizeram o mesmo em relação a seus respectivos objetos de estudo, isto é, também enveredaram pelo misterioso mundo da linguagem simbólica para desvendar seus significados aparentemente invisíveis. O próprio Darnton, como vimos páginas atrás, faz isso com maestria.

O que chama a atenção, na obra aqui apreciada, é o vínculo que o autor estabelece entre “tratamento simbólico” e “análise morfológica”. Senão vejamos. A primeira parte do livro de Ginzburg, segundo ele próprio informa, encerra um andamento narrativo linear. Realmente, lendo a primeira parte desse livro, percebi que a narrativa, além de ter sido construída com base em uma vasta documentação, situa acontecimentos e atores sociais em espaços bem determinados e datados – como, aliás, deve ser o trabalho de todo historiador –, podendo ser considerado um texto calcado no detalhe, embora não fique no detalhe pelo detalhe, como convém a um historiador do por-

te de Ginzburg. Porém, o mesmo não ocorre com a segunda e a terceira partes do livro. E por que isto não ocorre? “Simplesmente” porque essas duas últimas partes teriam merecido um “tratamento mais simbólico”. E o que significa merecer um “tratamento mais simbólico”? “Simplesmente” levar a cabo uma abordagem de natureza morfológica, para não dizer uma abordagem à maneira da antropologia estrutural, sendo impossível registrar, por essa via, processos históricos datados, bem delimitados no tempo e no espaço.

Isto explica o fato do autor reconhecer que o livro começa com o “tempo breve, febril, recortado na lâmina dos dias, da ação política, ou melhor, do complô”<sup>83</sup>. Acerca desse complô<sup>84</sup>, o autor afirma que ele se constituiu “apenas um caso extremo, quase caricatural, de um fenômeno muito mais complexo: a tentativa de transformar (ou manipular) a sociedade”<sup>85</sup>.

Mas reconhece que o trabalho toma outro rumo ao ter continuidade. Assim, no desdobramento do estudo de Ginzburg é visível a mudança de perspectiva entre a primeira e as duas últimas partes do livro. A primeira, como ele próprio tenderia a reconhecer, tem uma feição histórica por excelência; as duas últimas, um caráter de cunho morfológico ou, porque não dizer, estrutural. A perspectiva morfológica é clara:

“Pouco a pouco, delineou-se uma constelação de fenômenos assaz compacta do ponto de vista morfológico e bem heterogênea do ponto de vista cronológico, espacial e cultural”<sup>86</sup>.

E como o autor chegou a processar os dados em termos morfológicos? Em primeiro lugar, ele estabelece níveis de comparação que

---

<sup>83</sup> Id. *Ibid.*, p. 23.

<sup>84</sup> Esse “complô”, segundo o discurso das autoridades, visava tomar o poder na França, à frente do qual teriam conspirado leprosos e judeus, acusados de crime de “lesa-majestade”, descrito com riqueza de detalhes por Ginzburg no primeiro capítulo da primeira parte do seu *História Noturna...*

<sup>85</sup> Id. *Ibid.*, p. 23.

<sup>86</sup> Id. *Ibid.*, p. 26.

me pareceram bastante amplos, mas que, ainda assim, ele os considerava restritos. Isto porque, fazendo

“Coincidir as crenças que afloravam repentinamente nas redes de documentação (aquelas das mulheres extáticas seguidoras de Oriente, dos Benandanti, do lobisomem Thiess, e assim por diante) com os anos 1384, 1575, 1692 – ou seja, os momentos em que os inquisidores e juizes as registraram – teria sido, sem dúvida, uma simplificação indébita”<sup>87</sup>.

Indo além dessa perspectiva comparativa, que já me pareceu bastante ampla – ampla ao ponto de abranger crenças temporalmente separadas por até três séculos de diferença de uma para outra –, o autor reconhece que partiu para uma análise morfológica ainda mais ampla temporal e espacialmente. Mesmo reconhecendo que a análise morfológica não substitui a análise histórica, afirma que se valeu da “pesquisa morfológica como de uma sonda, para examinar um extrato profundo, inatingível por outros meios”<sup>88</sup>.

A confluência da pesquisa morfológica com análise histórica, que me pareceu particularmente estranha em relação à natureza do trabalho historiográfico, é levada às últimas conseqüências no trabalho de Ginzburg.

“A enorme dispersão e, sobretudo a persistência daqueles mitos e ritos em contextos culturais tão diversos continuavam inexplicáveis. O reaparecimento de formas simbólicas análogas, separadas por milênios, em âmbitos espaciais e culturais de todo heterogêneos, podia ser analisado em termos puramente históricos? Ou, ao contrário, tratava-se de casos-limite que faziam aparecer na urdidura da história uma trama atemporal?”<sup>89</sup>.

Analisando o texto de Ginzburg, não há dúvida quanto à opção que ele faz por essa “trama atemporal”, não obstante afirmar e reafir-

---

<sup>87</sup> Id. *Ibid.*, p. 26.

<sup>88</sup> Id. *Ibid.*, p. 28.

<sup>89</sup> Id. *Ibid.*, p. 28.

me que seu texto não perde de vista a transformação histórica. Particularmente tenho dúvidas se o texto aqui analisado, enquanto um texto que se pretende de história, ganhou em qualidade ao incorporar essa “trama atemporal”.

Se é certo que o texto de Ginzburg é um texto de história; se também é certo que ele faz inúmeras ressalvas quanto aos termos da morfologia, em particular, no que se refere às posturas que levam aos símbolos imutáveis, a exemplo dos “arquétipos” iunguianos, que remetem a um mergulho no inconsciente coletivo recuando até tempos imemoriais, não é menos certo, porém, que o texto por ele escrito dedica especial atenção à comparação em termos morfológicos, ou seja, à comparação entre “formas simbólicas análogas”, distantes temporal e espacialmente ou, o que dá no mesmo, à comparação entre crenças “separadas por milênios” e, ao mesmo tempo, localizadas em “âmbitos espaciais e culturais de todo heterogêneos”.

Não é à toa que Ginzburg afirma que conseguiu reunir um “conjunto – certamente incompleto – de mitos, lendas, fábulas, ritos, tantas vezes encontrados num âmbito cronológico e espacial muito vasto e, apesar disso, caracterizados por elevado grau de ‘semelhança de família’”<sup>90</sup>.

A prova maior do vínculo que Ginzburg estabelece entre “tratamento simbólico” e “análise morfológica” reside na seguinte constatação: enquanto na primeira parte do livro, caracterizado por uma análise propriamente histórica, praticamente inexistente esse “tratamento simbólico”, nas partes seguintes, ao contrário, esse “tratamento” assume um lugar privilegiado. Basta ver, a respeito, a quantidade de exemplos trabalhados pelo autor. Página à página, os exemplos são reveladores da capacidade do autor em explorar a linguagem simbólica. Todavia, são demonstrações vinculadas a situações diversas pelo mundo afora, e isto desde que o mundo é mundo.

É pena não poder explorar aqui, o sem-número de exemplos contidos no texto analisado. Assim, para concluir, gostaria apenas de adiantar que esses exemplos levam a dois tipos de problemas epistemo-

---

<sup>90</sup> Id. *Ibid.*, p. 29.

lógicos. É que, se por um lado, eles são válidos enquanto exemplos em si, levando os que os lêem a familiarizar-se com os termos da linguagem simbólica, por outro, eles se distanciam da prática propriamente historiográfica, haja visto refletirem um comparatismo abrangente num sentido morfológico, dificultando, dessa forma, um recorte do tipo que considera a transformação histórica no interior de processos datados, circunscritos, pois, no tempo e no espaço.

## CRISE NEO-LIBERAL E ALTERNATIVA SOCIALISTA

*José Valenzuela Feijóo*<sup>1</sup>

(tradução: Antônio Gomes da Silva<sup>2</sup>)

“Quem quer / que o mundo /  
siga sendo / como é /  
não quer / que siga sendo”.

Eric Fried

### I. INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, o modelo neo-liberal se estendeu a vários países latino-americanos. Em termos de acumulação e crescimento, seu desempenho tem resultado mais que medíocre. Em termos de distribuição de vencimentos, o balanço é talvez pior. Por isto mesmo, não se deve estranhar que comece a surgir o descrédito do modelo.

Por certo, para os muito minoritários grupos sociais impulsores do padrão neo-liberal, os benefícios têm sido imensos e, por isto mesmo, não cabe esperar que renunciem a sua defesa. Como, no entanto, o esquema é incapaz de dinamizar a acumulação e o crescimento, esse interesse particular não poderá transformar-se em interesse geral. Quer dizer, ao não ser capaz de encarnar a necessidade histórica do capital no atual momento do decurso latino-americano, suas

---

<sup>1</sup> Professor da UNAM – Universidad Autónoma Metropolitana – Unidad Iztapalapa.

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia. Prof. do Depto. de Sociologia e Antropologia/UFPB – Campus II.

possibilidades de consolidação efetiva e de longo prazo são praticamente nulas.

Neste contexto, torna-se mais premente a pergunta por estratégias alternativas à estratégia neo-liberal.

As possíveis rotas alternativas se podem diferenciar de acordo com o seu conteúdo sócio-político. Neste sentido, poderíamos distinguir: a) estratégias de direita ou antidemocráticas; b) rotas estratégicas mais progressistas e democráticas. Quer dizer, que ao menos tomam em conta os interesses das grandes maiorias populares.

Quanto às primeiras, o padrão subjacente é o denominado 'secundário-exportador'. Em sua versão neo-liberal, este padrão preserva os altos níveis de exploração e o regime político autoritário. Diferencia-se, no sentido de que opera com altas taxas de acumulação. Isto, exatamente, pelo fato de ser a grande burguesia industrial monopolista (e não o capital financeiro) a que hegemoniza a condução do projeto.

Quanto ao segundo tipo de estratégia, de corte mais esquerdista, se podem distinguir pelo menos duas grandes rotas possíveis: a) a 'capitalista democrática'; b) a de orientação 'socialista'.

A via do capitalismo democrático é encabeçada pela burguesia industrial não monopolista. Supõe-se que o capitalismo democrático presta atenção aos interesses populares (trabalhadores e classes médias, camponeses), que trata de funcionar com uma distribuição de renda não muito regressiva (concentradora), que busca negociar a dependência em favor da nação e que estimula um regime político demo-burguês mais ou menos avançado. Este padrão, visualizado do ponto de vista dos interesses do mundo do trabalho, possui limitações maiores. Por seu conteúdo capitalista, não pode eliminar as relações de exploração e a condição subordinada do trabalho na muito decisiva esfera da produção. De modo análogo, no plano político não pode – por definição – superar as limitantes que impõe à natureza mais essencial do Estado burguês e o tipo de atividade política que, nesse marco, podem exercer as massas trabalhadoras. Em breve, por mais demo-

crático que possa ser, o capitalismo apresenta obstáculos insolúveis à plena autonomia e liberdade dos trabalhadores<sup>3</sup>.

Uma estratégia de orientação socialista é a que, com maior propriedade, pode satisfazer os interesses do mundo do trabalho e as grandes maiorias nacionais. Neste sentido, trata-se da estratégia alternativa que, nas condições atuais, pode operar com um conteúdo democrático superior ao que qualquer outra alternativa poderia oferecer, a seguir, discutiremos tanto a possibilidade quanto os conteúdos básicos desta estratégia.

Em primeiro lugar, trataremos de deslindar alguns conceitos e procedimentos básicos. Trata-se aqui, de evitar a usual confusão que hoje se faz entre o regime socialista e os regimes burocrático-autoritários, até há pouco imperantes na Europa Oriental. Logo, dado que o projeto socialista abarca um larguíssimo período histórico que cobre diversas fases, identificaremos àquela que se refere o grosso do desenho estratégico a propor. Finalmente, nesta seção, esboçaremos um esquema geral que permita ordenar a análise da mudança estrutural. Como neste trabalho abordaremos somente alguns aspectos da mudança proposta, ele nos permitirá posicionar tanto o que se discute, como o que, por razões de espaço, ficará na penumbra. Em segundo lugar, discutiremos brevemente as premissas que possibilitam ensaiar uma opção socialista. Em terceiro lugar, analisaremos as tarefas políticas centrais que devem satisfazer o projeto socialista. Estas têm que ver tanto com a organização estatal, como com o desenvolvimento de organismos civis intermediários. Em quarto lugar, discutiremos as tarefas econômicas fundamentais a abordar no período. Finalmente, faremos uma breve menção das forças sociais em jogo, seu eventual alinhamento e os modos ou rotas pelas quais poderia transitar o projeto.

---

<sup>3</sup> "Somos partidários da república democrática como a melhor forma do Estado para o proletariado no capitalismo; mas não temos o direito de olvidar que a escravidão assalariada é o destino do povo, inclusive na república burguesa mais democrática". Cf. LENIN, V. I., *El Estado y la revolución*. In: Ob. Esc., Tomo 2. Moscou, Edit. Progreso, 1978. p. 305.

## II. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES <sup>1</sup>

### 1. MAL-ENTENDIDOS SOBRE O SOCIALISMO

Na atualidade, circulam toda classe de equívoco sobre o socialismo. Em quase todos eles, sucede identificar-se o socialismo com os regimes burocrático-autoritários vigentes na URSS e Europa Oriental, desde o imediato pós-guerra até aproximadamente meados dos anos oitenta. Estes regimes se derrubaram quase em uníssono e, em nível de opinião pública mundial, sua imagem é péssima. Por isso mesmo, a identificação destes regimes com o socialismo convém perfeitamente aos inimigos do socialismo. Para os amigos, tem sabor de rícino.

Para o caso, a pergunta ou teste chave deve apontar para a natureza do poder político nesses regimes. Eram os trabalhadores os que exerciam o controle do Estado e operavam, por conseguinte, como força social dominante? Um muito elementar repasse da realidade vigente nos países pertinentes – pense, por exemplo, na URSS dos tempos de Breshnev ou na China atual – basta para prevenir-se de que a classe trabalhadora está ou estava ali completamente privada do poder estatal. Quer dizer, funciona(va) como uma classe social dominada e explorada.

Não é menos certo que, nas origens destes regimes burocrático-autoritários, nos encontramos com projetos de orientação socialista, mais precisamente, temos projetos originalmente socialistas que, em pouco tempo, experimentam sérias dificuldades de implementação e começam a entrar em uma fase de degeneração burocrática. Na URSS, este período poderia estender-se desde 1917 até, aproximadamente, meados ou fins dos anos trinta. Logo, a fase degenerativa deste período daria lugar a uma mutação qualitativa maior, com transformações na natureza da instituição estatal, da classe social dominante e mesmo do sistema econômico. Em breve, emerge o regime que, à falta de outra denominação, chamamos burocrático-autoritário. Na URSS, este regime aparece já clara e perfeitamente consolidado no imediato pós-guerra<sup>4</sup>. A derrubada dos oitenta, portanto, não tem sido

---

<sup>4</sup> Uma análise mais cuidadosa poderia fixar o ponto de ruptura ainda anteriormente. Por exemplo, em torno dos tristemente famosos “julgamentos de Moscou”, de 1937. Em todo

a derrubada do socialismo, senão dos regimes burocrático-autoritários. O socialismo, ainda que de existência muito embrionária, feneceu pelos anos trinta.

Para falar de socialismo, deveríamos encontrar duas condições absolutamente indispensáveis: (i) um Estado de novo tipo, controlado por trabalhadores; (ii) um setor ou núcleo econômico socialista. Este deve entender-se como o conjunto de empresas nas quais os trabalhadores exercem o poder patrimonial e se apropriam do excedente. Quer dizer, o conjunto de empresas submetidas à propriedade do trabalho.

Para não poucos autores, o fracasso do socialismo e sua transformação em um regime burocrático-autoritário é um fenômeno inevitável e que demonstra, no melhor dos casos, que se trata de uma utopia incapaz de chegar a materializar-se na história<sup>5</sup>. Em suas origens, sobre o capitalismo se emitiam juízos bastante similares. Para os ideólogos do feudalismo – os clérigos em particular – o capitalismo era um atentado à natureza humana mesmo e, por isto, estava condenado ao fracasso. E que este, em países como Itália e Alemanha tivera sonoros fracassos, não fazia – em aparência – senão confirmar esses muito interessados prognósticos. Na realidade, se observarmos o problema com a suficiente perspectiva histórica, os fracassos não nos deveriam estranhar. Muito pelo contrário, os deveríamos considerar normais e previsíveis, próprios de uma fase de gênese.

## 2. FASES NO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO SOCIALISTA

Se logra desenvolver-se à plenitude, o socialismo deveria abarcar um larguíssimo e complexo período histórico. Sua meta última e final é desaparecer como tal, algo que deveria ter lugar quando a sociedade estivesse em condições de funcionar com os mais altos níveis

---

caso, neste ensaio não nos interessa tanto o exame concreto da história da URSS, senão a diferenciação entre o que podemos denominar “socialismo embrionário” e os regimes “burocrático-autoritários”.

<sup>5</sup> A pretensão é muito clara: dar um certificado de disfunção *per secula-seculorum* ao projeto socialista.

de produtividade, um completo grau de socialização das forças produtivas – o que possibilita e exige a sua gestão unificada –, uma norma distributiva, em que cada qual trabalha segundo suas capacidades e se apropria segundo suas necessidades e em que o Estado e seus aparatos, por serem já desnecessários, tenham deixado de existir.

Antes dessa fase, que sem dúvida não se encontra em qualquer esquina, poderíamos diferenciar um período de ‘socialismo pleno’. Nele, o Estado deve responder às condições já mencionadas e o setor econômico socialista deveria abarcar o conjunto da economia.

Finalmente, poderíamos distinguir um período ou etapa de ‘socialismo embrionário’. A natureza do Estado responde às condições já indicadas e o setor econômico socialista é relativamente pequeno. Mais precisamente, coexiste com setores cuja natureza social é diferente: capitalista, de pequena produção mercantil, etc. Em breve, estaremos em presença de uma estrutura econômica heterogênea.

Em seu sentido mais amplo, o projeto socialista deve abarcar o vasto arco histórico que acabamos de insinuar.

Ademais, as fases inferiores encontram toda sua significação somente à luz das metas últimas. Em um sentido mais estrito, podemos limitar o projeto ao que temos qualificado como ‘socialismo embrionário’. Nos limites deste trabalho, quando falamos de uma estratégia alternativa com orientação socialista, estamos nos referindo a essa fase inicial ou ‘embrionária’.

### 3. UM ESQUEMA DE ANÁLISE

A caracterização de uma mudança estrutural como a que nos preocupa, se pode ordenar referindo-se a três aspectos ou dimensões básicas: a) As atividades de transformação – quer dizer: que instituições (relações) sociais se pretende suprimir?, que instituições (relações) sociais se busca implementar e desenvolver?; b) As forças sociais em jogo, tanto as integrantes do bloco pela mudança como as que se alienam no bloco conservador; c) As vias ou rotas que se supõem seguirão o processo de transformação.

3.1. *As atividades*

Trata-se, aqui, de identificar a mudança social proposta e o lugar ou espaço (no sentido da formação econômico-social) onde essa mudança se situa. Para o caso, poderia-se manejar um esquema ordenador como o que se expõe a seguir.

QUADRO: AS ATIVIDADES DE MUDANÇA SOCIAL – QUAIS E ONDE

<i>Espaço da F.E.S.<sup>1</sup></i>	<i>Eliminar</i>	<i>Implantar</i>
1. Sistema de Forças Produtivas		
1.1. Patrimônio (Acervos)	....	....
1.2. Produtividade	....	....
1.3. Estilos de Crescimento	....	....
2. Instituições Económicas		
2.1. Produção	....	....
2.2. Distribuição	....	....
2.3. Trocas (Circulação)	....	....
2.4. Consumo	....	....
3. Instituições Políticas		
3.1. Estado	....	....
3.2. Outras	....	....
4. Instituições Culturais		
4.1. Educação	....	....
4.2. Outras	....	....
5. Formas da Consciência Social		
5.1. Valores	....	....
5.2. Idéia do Mundo	....	....
Outros	....	....

<sup>1</sup> F.E.S. – Formação Econômico-Social.

Por certo, os espaços se podem e devem trabalhar com uma maior desagregação. E preencher os quadrinhos que deixamos vazios, o das relações sociais a suprimir e o das relações sociais a construir e desenvolver. Por exemplo, tratando-se de um projeto socialista, no espaço da economia, subesfera da produção, haveria, ademais, que explicitar a regra das relações de propriedade. Na lacuna que se põe abaixo de “eliminar” escrever relações capitalistas monopolistas e abaixo de “implantar”, relações socialistas. O objetivo é ter um panorama de conjunto e analisar a coerência e articulação das mudanças propostas, seja em termos de ‘suprimir’ como em termos de ‘construir’.

### 3.2. *As forças sociais em jogo*

O panorama das mudanças que a estratégia postula permite identificar as forças sociais prejudicadas e as forças sociais que se beneficiam com o modelo. Estas, devem contabilizar-se em termos de classes e/ou de frações de classes.

Posto o anterior, pode-se proceder o esboço do que cabe denominar 'alinhamento potencial objetivo'. Primeiro, identificam-se todas as classes ou frações de classes, que ao se verem beneficiadas pelo modelo, podem, supostamente, tomar parte do 'bloco progressista'. Quer dizer, podem funcionar como forças impulsoras do novo esquema. No interior destas, por sua vez, deve-se identificar a que funciona como força dirigente e as que funcionam como forças aliadas ou bases sociais de apoio. Em segundo lugar, é preciso efetuar uma descrição análoga para o caso das classes e frações de classe que, de acordo com seus interesses objetivos, devem formar o 'bloco conservador'. Quer dizer, trata-se de identificar as forças conservadoras.

O anterior não necessariamente coincide com o 'alinhamento social efetivo'. Os fatores 'subjetivos' de talhe ideológico e político podem provocar alguma dissociação ou discrepância entre o 'alinhamento potencial objetivo' e o efetivo. Em termos gerais, a discrepância pode funcionar em favor do bloco conservador. Por isto mesmo, para uma estratégia de orientação socialista, resulta vital reduzir em todo o possível essa discrepância. Quer dizer, maximizar a força social e política do bloco pela mudança.

Em algumas ocasiões, o alinhamento é muito tênue e quase não existe. Neste sentido, fala-se da possibilidade de uma neutralização de determinados estratos ou frações. Quer dizer, se por um lado não se atrai essas forças para o bloco próprio, pelo menos evita-se que se integrem ativamente ao bloco inimigo. Para uma estratégia de talhe socialista, também pode resultar de grande importância aproveitar essa possibilidade.

### 3.3. *As vias ou modalidades de transformação*

As modalidades que assumem o processo, obviamente, não são independentes do conteúdo da estratégia em jogo e do alinhamento

de forças que precipita. Para nossos propósitos, nos pode bastar aludir a três aspectos ou dimensões.

Primeiro, o que se refere à direção do processo: desde cima (isto é, desde as cúpulas do poder) até embaixo ou desde embaixo até em cima. Esta segunda direção possível implica em uma grande mobilização popular e, certamente, é a que exige a implementação de uma estratégia socialista.

Segundo, a intensidade, extensão e duração da atividade política prévia. Em poucas palavras, tratam-se dos ímpetos que tipificam a fase de 'acumulação de forças'. Estes ímpetos interessam enquanto influenciam decisivamente nas capacidades com que o mundo do trabalho assume o desafio socialista. Se a extensão é escassa (ou seja, se a luta prévia compromete uma pequena parte da população) e a duração muito breve, essas capacidades muito provavelmente deixarão muito a desejar.

Terceiro, o papel da violência armada e as modalidades que esta pode assumir. Como regra, nas condições atuais, a possibilidade de uma transição pacífica é mais que remota. E, se aceitamos esta suposição, surge a pergunta sobre a modalidade: via insurrecional urbana, guerra aberta e prolongada de corte rural, etc.

### III. AS PREMISSAS OU PRÉ-REQUISITOS MÍNIMOS

O socialismo não é algo que possa implementar-se e funcionar a partir da pura vontade de certos grupos ou agentes sociais. Para que possa chegar a modelar-se, necessitam-se de alguns requisitos ou condições mínimas que são produto do desenvolvimento histórico prévio. Para o caso, pode-se falar de premissas do socialismo e se elas não estão presentes, o projeto socialista, muito provavelmente, não poderá sequer ser ensaiado ou, por outro lado, no caso eventual de chegar a irromper, suas possibilidades de consolidação serão muito escassas. Insistamos: não se trata de uma impossibilidade absoluta, mas de condições que, uma vez ausentes, tornam muito difícil o êxito ulterior do modelo.

Tratando de ser muito sintético, mencionaremos quatro premissas fundamentais.

### 1. NÍVEL MÍNIMO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Para o caso, poderíamos falar de um nível mínimo de produtividade do trabalho ou do produto por habitante. Mas, pode ser mais ilustrativo o uso de outros indicadores. Em um sentido qualitativo, diríamos que é necessário que o capitalismo tenha se apoderado, basicamente, da agricultura. É, em função disto, exigir que a população ocupada na agricultura não vá além de 12 a 15% da população economicamente ativa total. Além disso, que o percentual de população rural não supere uns 15 a 20% da população total.

Qual o raciocínio subjacente a este tipo de exigência?

Primeiro, trata-se de que a questão agrária tenha sido resolvida pelo desenvolvimento capitalista e não tenha que dela se encarregar o projeto socialista. Quer dizer, que não corresponda à revolução socialista executar as tarefas que a revolução burguesa tenha deixado pendentes. Sob estas condições, a aliança com os setores camponeses perde sua centralidade e, por si mesmo, desaparece ou se enfraquece o ulterior problema de pedir às economias camponesas níveis de produtividade que não estão em condições de se obter<sup>6</sup>. Segundo, a partir de uma base agrária capitalista, os níveis e ritmos de crescimento da produtividade podem ser suficientemente altos para permitir um forte crescimento dos salários reais urbanos.

Terceiro, uma agricultura moderna está associada a uma população agrária permeável à agenda da racionalidade moderna e capaz de assimilar tecnologias e modos de organização avançados. Quarto, o alto peso da população urbana pode assegurar o domínio de agendas culturais racional-abstratas e críticas. Estas, sendo indispensáveis ao funcionamento do capitalismo moderno (pelo menos em alguns dos seus aspectos, não em sua globalidade), o são ainda mais para o caso do socialismo.

---

<sup>6</sup> No caso da URSS, esta exigência desembocou em uma estatização ou cooperativização forçada das economias camponesas. Com ela, a situação agrária terminou por piorar, além do que, rompeu-se a aliança operário-camponesa e se acentuaram os arroubos ditatoriais e burocráticos do Estado soviético.

## 2. SÓLIDAS TRADIÇÕES DEMOCRÁTICAS E PARTICIPATIVAS

Trata-se, aqui, de que os trabalhadores – coluna central do bloco progressista – tenham se preocupado profundamente com a coisa pública e, muito especialmente, sua capacidade para assumir a organização e direção dos assuntos comuns e públicos. Estas capacidades não surgem de um dia para o outro. Por isto, sua presença supõe que houve lugar para um longo período prévio de desenvolvimento e aprofundamento das instituições e formas democráticas. Para o caso, a presença de uma democracia burguesa plena resulta de vital importância. Já Marx o dizia:

“O regime parlamentar vive da discussão: como, pois, vai proibir que se disenta? Todo interesse, toda instituição social se convertem aqui em idéias gerais, se ventilam sob a forma de idéias; como, pois, algum interesse, alguma instituição vão situar-se acima do pensamento e impor-se como artigo de fé? A luta dos oradores na tribuna provoca a luta dos escritores da imprensa, o clube de debates do parlamento se complementa necessariamente com os clubes de debates dos salões e das tabernas, os representantes que apelam continuamente para a opinião do povo autorizam a opinião do povo a expressar em petições sua verdadeira opinião. O regime parlamentar o deixa todo para a decisão das maiorias; como, pois, não vão querer decidir as grandes maiorias fora do parlamento?”.

A necessidade de um longo período prévio de prática e aprendizagem deve ser muito sublinhada. Trata-se de que essas capacidades estão internalizadas no grosso da classe e que, por si mesma, se podem desprender em termos quase naturais ou espontâneos. Quer dizer, sem uma tensão extrema. Na ausência destas tradições, nos momentos de crise revolucionária, o mundo do trabalho muitas vezes é capaz de desprender, de maneira quase milagrosa, essas capacidades. Porém, ao preço de uma tensão extrema. Por isto mesmo, esse desenvolvimento dura pouco, os trabalhadores “se esgotam” e se retiram da coisa pública, delegando a outros a administração do poder.

---

<sup>7</sup> C. MARX, *El diocicho de Brumario de Luis Bonaparte*, en MARX-ENGELS, Ob. Escog., Tomo I, p. 446. Moscou, Ed. Progreso, 1973.

Sem se agregarem ao contexto de uma sociedade capitalista, essas capacidades nunca poderão desenvolver-se e desprender-se à plenitude. Como bem se tem dito, é exercendo o poder que se aprende a exercê-lo. Este desenvolver as capacidades de direção do mundo do trabalho é justamente uma das tarefas centralíssimas do socialismo. Mas, assim como ninguém chega à álgebra sem ter passado antes pela aritmética, há aqui um mínimo prévio indispensável. Se este não existe e também deve ser adquirido durante o período socialista, antes de tê-lo adquirido, a classe trabalhadora haverá perdido o poder.

### 3. CAPACIDADE POLÍTICA DE CLASSE

Esta capacidade deve ser medida a respeito de dois aspectos básicos.

Primeiro, capacidade para lograr uma plena e sólida unificação política da classe trabalhadora. Nas condições contemporâneas, isto não é nada óbvio, pois o mundo do trabalho assalariado encontra-se cindido em múltiplas camadas e segmentos. Existem diferenças de ingresso, de valores e de estilos de vida, que chegam a semear a dúvida sobre a existência mesma de uma classe em si. Não é possível entrar aqui em uma discussão desse ponto, mas, a “suposição de existência” é evidentemente uma condição *sine qua non* à idéia mesma do socialismo. Mas se a aceitamos, isto não mancha a heterogeneidade objetiva e subjetiva da classe e a, conseqüente, necessidade de encontrar e desenvolver um marco unificante.

Segundo, capacidade para implementar amplas e sólidas alianças classistas. Trata-se, aqui, de criar e fortalecer um vasto bloco popular, capaz de encabeçar e dirigir o processo de construção da nova ordem. Esta capacidade se mede comparando a magnitude da frente ou bloco popular efetivo, com o qual se desprenderia o que temos denominado “alinhamento potencial objetivo”.

Por certo, um e outro aspecto estão intimamente associados à organização política da classe, a sua natureza e características. Também aqui, deparamos com um de seus problemas complexos e altamente debatidos. Não podendo entrar na discussão, basta-nos dizer:

i) essa organização deve estar a serviço do trabalho e não o trabalho a serviço da organização. A organização pode e deve propor, mas é o trabalho – inclusive equivocando-se – que deve dispor. Não pode haver, aqui, imposições. O que, permita-se acrescentar, não deve ser interpretado como uma alegação em favor da pura espontaneidade adesista ou à acomodação irreflexiva e acrítica do órgão às posturas da classe. Em suma, a não imposição não é equivalente ao acordo irrestrito. O desacordo deve dissociar-se completamente da imposição; ii) essa organização, em alto grau, deve pré-figurar internamente o tipo de sociedade última a que se aspira.

#### 4. AMBIENTE EXTERNO MINIMAMENTE FAVORÁVEL

O ambiente internacional poderia chegar a ser tão desfavorável a ponto de provocar um colapso rápido do projeto socialista. No outro extremo, poderia ser favorável o suficiente para suavizar boa parte dos obstáculos ao desenvolvimento do projeto. Para nossos propósitos pode nos bastar um mínimo do mínimo. Quer dizer, um contexto internacional que não chegue a colapsar ou a deformar o curso do projeto.

O contexto internacional deveria permitir: i) o acesso a um mercado externo suficientemente amplo, para tornar desnecessário que o país entre em um processo não buscado de ‘autarquização’ da economia, com toda a ineficiência que isto acarreta; ii) o acesso aos últimos avanços e inovações da ciência e da tecnologia; iii) evitar que surjam bloqueios econômicos e militares. Muito especialmente, trata-se de evitar a necessidade de manter um excessivo gasto improdutivo, como os gastos de defesa militar. Em muitos casos, como bem se sabe, os recursos que se comprometem para evitar eventuais agressões militares, terminam por prejudicar, irremediavelmente, o curso socialista do processo.

O contexto internacional favorável não necessariamente implica na presença de um campo socialista forte. Ainda que, claro está, se este existisse, as coisas seriam menos complicadas. Em um contexto capitalista, sob certas condições, o requisito também poderia ser alcançado.

Na atualidade, este requisito de um contexto internacional minimamente favorável, a muitos poderá parecer incansável. Por isto mesmo, o avanço ao socialismo resultaria impossível. Mas não existe tal.

Hoje, a revolução em tal ou qual país pode não estar na ordem do dia. Mas amanhã, quando estiver, cabe esperar com muita segurança que a situação internacional seja diferente.

Para tanto: i) poderiam dar-se alguns processos paralelos, em dois ou mais países; ii) em outros países, pode-se esperar a existência de um movimento popular, não tão forte como para desencadear um processo de mudança maior, mas sim, com força suficiente para impedir ou atenuar a eventual política agressiva de seu próprio governo contra os novos regimes socialistas; iii) também cabe esperar a presença de um momento internacional mais conflitivo. Quer dizer, que surja a possibilidade de aproveitar os conflitos interimperialistas em favor dos novos regimes. Os três pontos recém assinalados – deve-se sublinhá-lo – não são uma expressão de bons desejos. São algo que se pode e deve esperar de um período revolucionário. Dito de outro modo: esse tipo de contexto internacional joga não somente como um importante fator permissivo. Funciona, também, como um fator impulsor. O ponto pode visualizar-se também desde um ângulo inverso: o processo de desenvolvimento de uma situação revolucionária nacional provocando, por sua vez, a alteração de uma correlação internacional de forças. E o faz em favor desses processos revolucionários.

Por certo, se a ruptura socialista tem lugar em um país capitalista altamente desenvolvido e de grande tamanho (que era a situação visualizada por Marx), a dependência do ambiente externo será bastante menor. Assim mesmo, muito forte será o impacto na correlação internacional de forças. Algo que, obviamente, facilitaria enormemente o destino de futuras irrupções socialistas em países de menor tamanho e não tão desenvolvidos.

## 5. UMA ADVERTÊNCIA NECESSÁRIA

A presença das condições anteriores não assegura que o curso da estratégia discutida seja exitoso. Mas sim, eleva consideravelmente as probabilidades desse êxito. De modo análogo, sua ausência ou presença débil não assegura o fracasso do projeto. Mas sim, eleva suas probabilidades.

Para o caso, não deveríamos olvidar o que a experiência histórica tem mostrado com singular eloqüência: em linhas gerais, a revolução de talhe socialista tem brotado em países bastante atrasados e, por isto, premissas como as antes mencionadas têm tido uma presença muito débil. Por certo, esse mesmo atraso explica a alta vulnerabilidade do capitalismo. Mas, por sua vez, tem tornado mais que difíceis as tarefas de construção de uma nova ordem<sup>8</sup>.

## IV. AS TAREFAS POLÍTICAS

### 1. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

O Estado, se houver concordância, é uma instituição social que satisfaz determinadas funções. Na atualidade, poderia-se falar de uma instituição polifuncional, mas aqui nos interessa somente que é a mais específica e essencial, a que lhe outorga sua razão de ser última e que, por isto mesmo, explica sua origem. Em poucas palavras, trata-se de preservar as bases ou fundamentos (isto é, as relações de propriedade) do sistema econômico vigente. No dizer de Engels, trata-se de

“uma organização da correspondente classe exploradora para manter as condições exteriores de produção e, portanto, particularmente para manter pela força a classe trabalhadora nas condições de opressão (a escravidão, a servidão e o trabalho assalariado), determinadas pelo modo de produção existente”<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> “Quanto mais atrasado é um país que, em virtude dos zigue-zagues da história, tem tido que começar a revolução socialista, mais difícil resulta passar das velhas relações capitalistas às relações socialistas. Aqui, às tarefas destrutivas se sobrepõem outras novas: as tarefas de organização”. Cf. V. I. LENIN, O. C., T. 27, Moscou, 1965.

<sup>9</sup> F. ENGELS, *Anti-Dubring*, pp. 227-8. Ed. Cartago, Buenos Aires, 1973.

Esta função de salvaguarda é cumprida por meio do uso (explícito ou em potencial) da força, quase sempre legalmente sancionada. Para isto dispõe de grupos especializados e separados de homens (as forças armadas, em especial), os quais estão organizados de maneira peculiar e concorde com as funções a satisfazer. Aqui, a chave orgânica reside no padrão de organização burocrática. Como disse Moore,

“uma burocracia (...) é uma hierarquia de funcionários remunerados na qual cada componente do grupo é controlado unicamente por seus funcionários superiores e na qual o trabalho do grupo está dividido e centralizado como em uma fábrica”<sup>10</sup>.

Moore acrescenta que

“nas burocracias dos Estados capitalistas, os funcionários superiores, civis e militares, provêm em geral das classes capitalista e latifundiária. Nos graus intermediários da burocracia civil, muitos funcionários são de origem pequeno burguesa. Os graus inferiores da polícia e das forças armadas são cobertos em parte com o campesinato e o proletariado. Segue-se, sem embargo, da caracterização básica da organização burocrática, que a conduta de todo o grupo está determinada não pelas decisões da maioria de seus membros, mas pelas decisões dos funcionários superiores, militares e civis”<sup>11</sup>.

É interessante sublinhar a correspondência nada menor que se estabelece entre este tipo de organização social e a que caracteriza a fábrica capitalista. Nestas entidades, a atividade desenvolvida está submetida a um planejamento bastante estrito. Mas este planejamento, ao ser a expressão de uma vontade – a do capitalista – que é estranha ao operário coletivo, é imposto aos trabalhadores. Quer dizer, o canal de mando flui de cima para baixo, igual ao que se faz nas entidades burocráticas de talhe estatal. Segundo Marx,

---

<sup>10</sup> STANLEY MOORE, *Crítica de la democracia capitalista*, p. 94. Ed. Siglo XXI, Buenos Aires, 1974.

<sup>11</sup> *Ibid.*, p. 95.

“desde um ponto de vista ideal, a coordenação de seus trabalhos se apresenta aos operários como planejamento; praticamente, como a autoridade do capitalista, como o poder de uma vontade estranha que submete sua atividade aos fins perseguidos por aquela”. Por isto mesmo, “a direção capitalista é uma direção despótica”<sup>12</sup>.

Posto o anterior, podem-se entender melhor o porquê das reivindicações socialistas básicas, tanto no espaço da economia (em nível de relações de produção, em especial) como no da política. Em suma, trata-se de que “os de baixo” sejam os que tomam as decisões. Quer dizer, que assumam o poder tanto dos assuntos políticos, como dos econômicos.

Antes de passar a expor as propostas socialistas mais concretas, convém acrescentar um ponto de especial interesse. Ao falar da organização burocrática inerente ao Estado burguês, temos sublinhado que os canais de mando fluem de cima para baixo. Por isto mesmo, se os postos burocráticos mais altos (por exemplo, o Presidente da nação) se preenchem com recurso ao método do sufrágio universal, pode parecer que o povo poderia determinar que o aparato estatal funcione a seu favor. Quer dizer, que passe a representar seus interesses. Em termos formais, assim é forçoso reconhecer o mesmo ordenamento constitucional e legal. Sem embargo, do dito ao feito ocorre abrir-se um abismo insondável. Apontemos as razões básicas:

a) Por suas mesmas extenuantes e opressivas condições de trabalho, quando o operário sai da fábrica não está como para dedicar-se à política e à cultura, só deseja descansar e esquecer. Por isto mesmo, mal poderia erigir e desenvolver um projeto alternativo crítico ao poder que responda aos seus interesses. E, se algumas horas de ócio se pode procurar, nelas ocorre ser atrapalhado por toda a alienante parafernália da indústria capitalista do ócio. Os padres e, em especial, os *mass-media* como a televisão e o cinema, se encarregam de idiotizá-lo e de transformá-lo em um dorminhoco ou boneco intelectual, ao estilo dos caribenhos *made in Miami*. Em breve, quando o sistema opera em condições ‘normais’, se assegura que o povo vote a

---

<sup>12</sup> C. MARX, *El Capital*, Tomo I, pp. 267-8. FCE, México, 1973.

favor dos interesses do capital;

b) também é certo que as condições objetivas da exploração e dominação provocam a rebeldia e luta dos trabalhadores. Em algumas ocasiões, em certos momentos ou períodos, esta luta se estende e aprofunda. Neste contexto de luta, a consciência operária se desenvolve e se pode desprender, em maior ou menor grau, da ideologia burguesa dominante. Quer dizer, tende a romper com a alienação imposta pelos “aparelhos ideológicos do Estado” e os trabalhadores tendem a acercar-se ou encontrar-se com a verdade de sua situação e de seus interesses objetivos. Se este processo avança o suficiente, o mundo do trabalho pode inclusive chegar a triunfar nas contendas eleitorais. Seus representantes assumem o governo (suposição que nem sempre se cumpre) e, portanto, pode-se supor que façam trabalhar a burocracia estatal em favor dos interesses populares. Mas não existe tal: i) em algumas ocasiões, esses representantes são comprados pelo capital e terminam “adorando o que antes haviam queimado”; ii) em outras, se esses representantes resistem ao assédio do capital, deparam-se com um aparato estatal burocrático que os corroe e bloqueia. No limite – caso da burocracia armada – sem rodeios, se rebela e dá um golpe de Estado nesses ingênuos impertinentes, que haviam acreditado no mito dos governos como expressão da vontade majoritária da nação<sup>13</sup>. Como bem se tem dito, no seio do sistema capitalista, quanto mais se aprofunda no conteúdo democrático do sistema, mais próximo se está da quebra institucional (isto é, do golpe de Estado). Ademais, como quanto maior o conteúdo democrático, também é maior o desenvolvimento ideológico e político dos trabalhadores (um aspecto incentivando o outro e vice-versa), também podemos concluir que a democracia burguesa funciona tanto melhor e é tanto mais estável, quanto mais débil seja o movimento popular. E, ao contrário, quanto mais forte e autônomo seja o movimento popular, mais próximo se estará do despedaçamento da democracia. Para os ex-mar-

---

<sup>13</sup> “Em 10 de março (de 1850), o sufrágio universal se pronunciou diretamente contra a dominação da burguesia; a burguesia contestou proscrevendo o sufrágio universal”. Conf. C. MARX, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, em MARX-ENGELS, *Obras Escolhidas*, Tomo I, p. 450. Moscou, Ed. Progreso, 1973.

xistas que agora celebram com plumagens de cores neo-liberais, a lição a extrair é original: o movimento do trabalho deve moderar e limitar suas reivindicações. Resumidamente, para salvaguardar a democracia, deve aceitar a exploração e dominação do capital. Os outros, os que rechaçam viver com a cabeça entre as pernas, extraem uma muito distinta conclusão: defende-se a democracia aprofundando-a e, para isto, o povo deve organizar seu poder de coação e, chegado o momento, saber aplicá-lo contra o poder coativo manejado pelo grande capital.

Para nossos propósitos, o ponto a sublinhar-se seria o da íntima associação que se estabelece entre desenvolvimento democrático e desenvolvimento do movimento popular. Sobre isto voltaremos.

## 2. O PROBLEMA MAIS GERAL: CRIAR UM PODER POPULAR E DEMOCRÁTICO

Trata-se do problema mais geral e vital, pois atende à mesma natureza socialista do projeto. Falamos da forma ou modo de organizar a vontade e o poder dos trabalhadores. Quer dizer, que formas de organização social devem desenvolver-se para (i) recolher e (ii) sintetizar a vontade dos trabalhadores? Como assegurar que essa vontade, além de bem recolhida, se traduzirá em decisões efetivas e congruentes com essa vontade? Quer dizer, como se pode assegurar e reproduzir um poder democrático que efetivamente esteja em mãos da coletividade dos trabalhadores?

As perguntas recém-mencionadas são vitais. De fato, poderia-se sustentar que nelas e em suas respostas se encerra a possibilidade mesma de construir uma sociedade socialista. E que os fracassos conhecidos, em grande medida, têm a ver com a incapacidade para dar-lhes, na práxis sócio-política concreta, as respostas adequadas.

A organização de um poder democrático e popular é um desafio que opera, no mínimo, em dois níveis.

Primeiro, no espaço da política em termos de organização estatal. Trata-se de que, efetivamente, o Estado seja um Estado de novo tipo, que de verdade responda aos interesses do mundo do trabalho. Segundo, em nível de relações de propriedade. O qual, por sua vez,

se constitui em dois subníveis: i) em termos de fábricas ou empresas. Nelas, o coletivo de trabalhadores deve exercer o poder patrimonial (isto é, a propriedade), decidindo que uso dar às forças produtivas e rompendo com os padrões de divisão do trabalho herdados do capitalismo; ii) em termos de conjunto de empresas que respondem à vontade decisória dos trabalhadores. Quer dizer, em termos de setor socialista da economia. Este ponto é ainda mais decisivo que o anterior pois representa o avanço até um estágio superior da propriedade dos trabalhadores. Se resume na gestão unificada e coletiva do conjunto da economia, sujeita ao controle e propriedade dos trabalhadores. Por isto mesmo, supõe a unificação social e política dos trabalhadores e deve traduzir-se em um plano de gestão da economia, plano que deve sintetizar a autêntica e democrática vontade do trabalho.

Trata-se, em suma, de que o mundo do trabalho comece a assumir-se como dono de si mesmo e de seu destino, que desenvolva as condições para sua autodeterminação e plena liberdade. Algo que, necessariamente, será um processo muito complexo, muito amplo e muito sinuoso. E que supõe, em seu simples ponto de partida, a presença de condições materiais e culturais que, em termos gerais, ocorrem estar muito pouco desenvolvidas ou, sem rodeios, ausentes nos países capitalistas menos avançados. E valha o sublinhado: se essas premissas ou pré-requisitos não se cumprem, dificilmente poderá frutificar e consolidar-se um projeto de natureza socialista.

### 3. O PROBLEMA DO ESTADO

Primeiro, trata-se de dissolver o aparato estatal vigente e herdado. Usualmente, quando se estabelece esta exigência, pensa-se nos aparatos coercitivos e “na direção donde apontam as baionetas”.

Não obstante, o problema mais decisivo é outro e se refere ao tipo de estruturação que tipifica o velho Estado. Essa organização não serve – é disfuncional – para um ordenamento social de molde socialista. Em breve, não se pode verter o novo vinho em velhos odres. Por isto, a dissolução é chave.

Em segundo, está o problema de substituir o velho. Em poucas palavras, trata-se de gerar uma nova estrutura ou forma de organizar

ção social. Ou, como se queira, um novo sistema de *status* e regras. A chave está em que os canais de mando fluam desde baixo até em cima e, portanto, assegurar que o novo aparato funcione em favor da vontade dos “de baixo”. Contudo, deve assinalar-se que sempre existe o perigo de reproduzir inconscientemente o velho sistema, pelo menos em alguns de seus elementos. Para o caso, medidas como revogabilidade dos representantes, a supressão de privilégios burocráticos, a rotatividade e participação obrigatória em trabalhos de produção, resultam antídotos imprescindíveis.

#### 4. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E O PROCESSO DE DESESTATIZAÇÃO

Todas as sociedades devem satisfazer certas funções de caráter geral. Estas, são conseqüências do caráter comunitário da convivência humana e, quanto mais complexas, se tronam as sociedades, mais crescem e se ampliam essas tarefas de coordenação. Nas sociedades de classes, o grosso dessas funções – se não é que todas – são apropriadas pelo Estado. Quer dizer, passam a ser desempenhadas, de uma maneira que parece “natural”, pelo aparato estatal. Além de tudo, em nível de ideologia dominante, entende-se o Estado como representante e órgão de execução da “vontade geral”. Na prática, essa apropriação funciona como uma expropriação da sociedade civil e dá lugar a certos efeitos que convém mencionar: i) o cumprimento dessas funções assume um claro sentido de classe. Quer dizer, o que aparece como “vontade geral” não é, senão, o disfarce com que se encobre a vontade particular da classe dominante. Dito de outra maneira: o Estado se encarrega de satisfazer essas necessidades gerais, mas ao fazê-lo, o faz beneficiando a classe dominante; ii) para cumprir essas funções, o Estado concede a si mesmo pessoal especializado, ao qual organiza conforme a norma orgânica, que é a própria do aparato estatal: a norma burocrática. Por isto mesmo, as diretrizes e sua execução assumem um conteúdo antidemocrático.

Em um contexto socialista, essa expropriação deve começar a ser desmantelada. Quer dizer, trata-se agora de expropriar ao Estado e devolver à sociedade civil a execução dessas funções de caráter geral. Com isto, será a prática social massiva mesmo que irá desvelando a

grande farsa do Estado político como representante da vontade geral e, por sua vez, mostrando-o tal como é em seu núcleo mais essencial, como um aparato de repressão que será tanto mais supérfluo quanto menos necessária seja essa repressão (necessidade que será tanto menor quanto seja maior o avanço do sistema socialista). Trata-se, em suma, de dissociar a idéia de vontade geral da idéia de Estado e mostrar as reais condições para que possa emergir a vontade geral, não como máscara, mas como expressão de uma autêntica comunidade de interesses<sup>14</sup>.

Para cumprir com o anterior, devem desenvolver-se a fundo as sociedades civis não estatais (ONG's). Se isto ocorre, o Estado irá emagrecendo mais e mais (não esqueça-se que a meta última do socialismo é a supressão de todo Estado, incluindo o de novo tipo) e, por sua vez, a sociedade irá se resgatando e fazendo-se dona de si mesma. As ONG's devem ir entendendo-se mais e mais. Abarcando mais e mais funções de caráter geral. Todas elas, salvo as de repressão, que são as específicas do Estado.

Por certo, um processo como o insinuado não pode ser, senão, muito amplo. Ainda assim, zigzagueante e conflitivo. Durante um largo período o conjunto da sociedade civil estará integrado por grupos sociais heterogêneos, que respondem a diferentes interesses objetivos. Para esse todo, a comunidade continuará sendo ilusória. Por isto mesmo, a democracia *per-si* e a coação que lhe é própria, seguirão vigentes<sup>15</sup>. Mas, enquanto o processo vai se desenvolvendo, a democracia se aprofundará mais e mais. Tanto, que terminará por desaparecer<sup>16</sup>. Quer dizer, a maioria não imporá sua vontade à minoria, mas a convencerá. Nesse ínterim, a maioria e sua vontade genérica deve auxiliar-se da força do Estado, para impor e fazer respeitar suas decisões.

---

<sup>14</sup> A emergência dessa comunidade, por certo, supõe a destruição das relações de exploração de classes. Se estas relações existem, a comunidade não é mais que uma pura ilusão.

<sup>15</sup> A democracia, entendida aqui como forma estatal em que a maioria domina e impõe, coativamente, sua vontade à minoria.

<sup>16</sup> Quer dizer, subsiste a vontade da maioria e desaparece a coação.

Como vemos, duas são as diretrizes básicas para o período. Um, desenvolver e consolidar um Estado de novo tipo, que substitua sem condescendência ao velho aparato, inútil para os novos propósitos. Dois, desenvolver a capacidade de autogestão da sociedade civil. Muito em especial, a dos trabalhadores, que são seu componente majoritário. Um e dois se podem ser sintetizados em um só propósito: desenvolver a vida democrática, em extensão e profundidade, até suas últimas conseqüências.

## V. AS TAREFAS ECONÔMICAS

### I. TAREFAS DE ORDEM QUALITATIVA

Se nos concentramos no básico, se referem à transformação buscada nas relações de propriedade. Do mesmo modo, às regras do mercado e do planejamento.

O modelo deve afetar as grandes corporações oligopólicas, sejam estrangeiras ou nacionais. Muito especialmente, em termos de setores financeiro (aqui, em cem por cento) e industrial. Estas empresas controlam o grosso do excedente econômico gerado pelo país e jogam um papel decisivo no curso da economia. Como regra, seus interesses resultam de todo alheios a uma estratégia de molde socialista e, por isto, devem ser afetados.

O controle dos meios de comunicação resulta igualmente vital. O novo regime deve ser especialmente estrito e cuidadoso a respeito.

Em princípio, o setor econômico socialista deve integrar-se com estas empresas. Poderá, sem embargo, surgir alguma situação que dificultará a constituição de um autêntico setor socialista. Isto, no caso de uma capacidade de gestão inadequada por parte dos trabalhadores. Neste caso, a via mais eficaz seria a combinação da velha propriedade com um novo capital aportado pelo Estado. Deste modo, junto ao socialista, se constituiria um segmento de capitalismo de Estado ou 'misto'. A idéia é aproveitar as capacidades gerenciais ali existentes, assegurar a supervisão estatal e estimular o desenvolvimento, a médio ou longo prazo, da capacidade diretriz dos trabalhadores.

Certamente, no setor socialista devem cumprir-se os critérios antes mencionados. Assim, devem ser autenticamente satisfeitos os interesses do trabalho, desenvolver novas formas de divisão do trabalho e de gestão, novos tipos de tecnologia e novos modos de relacionamento com a esfera do consumo. Por isto mesmo, deve funcionar como um setor líder, tanto pelo atrativo de sua forma de gestão, como por sua superioridade dinâmica e produtiva.

Existe um segundo aspecto sobre o qual convém ensaiar uma mínima referência. Trata-se do peso do mercado no funcionamento da nova economia.

Até há algum tempo, muitos identificavam o socialismo com um regime de planificação central plena. Hoje, não poucos autores falam de um “socialismo de mercado” e atribuem ao mercado virtudes que jamais teve, nem poderá ter. O ponto, na realidade, deve ser abordado por outro lado. Deixar nas mãos do mercado a atribuição dos recursos, em nada condiz com as metas socialistas últimas. Estas, exigem uma gestão unificada (isto é, planejada) e consciente dos processos econômicos e, por isto mesmo, suprimir de todo o mercado. Mas esta supressão é um problema que responde a condições objetivas e não a decisões voluntaristas ou legais. Enquanto as forças produtivas não operarem com o grau de socialização suficiente e os trabalhadores não tiverem desenvolvido adequadamente sua capacidade de gestão, o manejo planificado da economia não poderá substituir o mercado e a lei do valor. O intento só redundará – como o demonstra a experiência histórica conhecida – em uma centralização burocrática forçada, politicamente perigosa e economicamente ineficaz.

Para a fase ou período que nos preocupa, portanto, o mercado continuará jogando um papel vital. A gestão planejada se aplicará somente ao setor socialista e em termos incompletos. Isto, pela articulação do segmento socialista com o resto da economia e porque, muito provavelmente, seu entrelaçamento interno não estará suficientemente avançado.

Trata-se, em todo caso, de um mercado regulado pela autoridade estatal. Por meio do uso dos correspondentes instrumentos de política, deve-se buscar uma atribuição de recursos coerentes com as me-

tas estratégicas. A inversão, a distribuição do ingresso e os nexos com o resto do mundo, são três áreas de especial atenção e que exigem uma eficaz e forte regulação. No período, a política econômica passa a jogar um papel central, deve ser muito ativa e, na medida do possível, não discricionária<sup>17</sup>.

## 2. TAREFAS DE ORDEM QUANTITATIVA: CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Primeiro, necessita-se avançar rapidamente até uma situação de pleno emprego e, assim mesmo, elevar substancialmente os níveis de vida da população trabalhadora. É muito possível, que isto implique que os salários aumentem sua participação na renda nacional e que, consecutivamente, os setores que produzem bens de consumo, elevem sua participação no produto nacional. Com isto, o “potencial de reprodução ampliada do sistema”<sup>18</sup> deve diminuir.

Segundo, as exigências de ocupação plena e de um crescimento mais dinâmico, obrigam a ampliar drasticamente o esforço de inversão. Quer dizer, o quociente acumulação a produto agregado deve se elevar de modo considerável. Muito provavelmente, se supomos um crescimento do PIB da ordem de 6 a 7% anual e um quociente produto a capital fixo da ordem de 4 a 5%, deveria-se chegar a um quociente de inversão que giraria em torno de uns 25% ou algo mais da renda nacional. Por certo, o setor socialista só poderá cobrir uma parte do esforço de inversão e, para isto, ao setor privado capitalista lhe deve assegurar adequadas condições de rentabilidade e certeza.

À primeira vista, elevar a taxa de acumulação e, por sua vez, elevar a participação salarial (com a conseqüente caída do potencial de reprodução ampliada do sistema) podem parecer metas incompatíveis. Não obstante, o novo sistema deve contabilizar dois mecanismos de

---

<sup>17</sup> A análise da política econômica não é tema deste ensaio. Ademais, por suas próprias características, essa análise deveria efetuar-se em termos mais concretos, referidos a um país dado.

<sup>18</sup> Ao quociente entre o produto excedente e o produto agregado total do sistema denominamos potencial de reprodução ampliada. O produto excedente, por sua vez, é igual à diferença entre o produto agregado e o produto necessário. Este último, é igual à parte do produto apropriada pelos trabalhadores produtivos.

ajuste em torno deste problema.

O primeiro e vital, é a forte redução do peso dos gastos improdutivos (burocracia estatal, gastos militares, gastos relativos à circulação, etc.). O decréscimo deve ser tal que, ainda que diminuído o potencial de reprodução ampliada, logre-se elevar drasticamente a taxa de acumulação. Quer dizer, o aumento da participação salarial deveria ser compensado – pelo menos em grau considerável – pelo decréscimo do peso relativo dos gastos improdutivos.

O segundo fator a considerar se refere à dinâmica da produtividade do trabalho, nos ramos que produzem bens de consumo (agricultura, têxteis e vestuário, eletrodomésticos, etc.). Se a produtividade sobe suficientemente rápido, a pressão, ao contrário do potencial de reprodução do sistema, poderá se debilitar. Quer dizer, a expansão programada dos salários não necessariamente se situará acima do crescimento da produtividade. Inclusive, e este seria o caso ideal, poderiam crescer algo menos, suavizando-se, assim, as pressões pelo uso do excedente. Mas, advirta-se: isto não se deve alcançar por via de um menor crescimento dos salários, senão que por via de uma maior expansão da produtividade.

A reprodução muito rápida da produtividade não é algo simples.

Se no país existe um forte setor de economia camponesa, atingir os elevados ritmos que o sistema exige pode ser impossível. Este tipo de regime econômico não é capaz de aquiescer, nem de funcionar com elevados níveis de produtividade. E, se se pretende dissolvê-lo, o projeto socialista compra para si problemas políticos maiores (se rompe com a eventual aliança operário-camponesa) e não obtém nenhuma contrapartida em termos de uma agricultura moderna e sofisticada. Neste aspecto, a dura experiência soviética resulta contundente.

Por outro lado, as novas relações de produção, de caráter socialista, deveriam traduzir-se em níveis de produtividade mais e mais elevados. Quer dizer, a liberdade no trabalho e o controle desses processos pelos próprios trabalhadores, deveriam redundar em ritmos de expansão da produtividade ainda mais elevados que os conhecidos pelo capitalismo. Ademais, e isto deve ser sublinhado, o estilo da expansão deveria ser diferente. No padrão socialista, não existindo os

prejuízos contrários ao trabalhador, a maior produtividade não necessariamente deveria estar associada à maior densidade do capital mas, melhor que isto, a um uso mais eficiente dos recursos, algo que deveria possibilitar o trabalho livre. Por isto mesmo, poderia-se esperar uma relação produto por capital um tanto mais elevado nos setores socialistas de ponta<sup>19</sup>. É claro está que se isto se cumpre, suavizam-se também as pressões por um esforço de acumulação maior<sup>20</sup>.

No nível médio de produtividade também influi o tipo de inserção internacional da economia.

Em termos muito grosseiros, pode-se postular uma relação inversa entre o tamanho da economia e seu grau de abertura externa. Se esta se reduz em excesso, a excessiva diversificação do PIB poderia provocar uma dotação ineficiente dos recursos e afetar a produtividade. Por outro lado, uma inserção orientada por vantagens comparativas estáticas seria ainda mais prejudicial. O país, por pequeno que seja, deve alcançar certo desenvolvimento na esfera da produção de bens de capital. Isto, pela associação que existe entre este setor e o desenvolvimento das capacidades científicas e tecnológicas e pelos efeitos de alavancagem e de irradiação aqui implicados.

A especialização é benéfica se se estabelece em termos adequados. Para isto, deve buscar-se uma integração vertical, que seguindo a rota dos encadeamentos produtivos, traga consigo desde certo tipo de produtos finais, até certo tipo de bens intermediários e de capital. Em poucas palavras, o justo rechaço a uma especialização primário-exportadora não deve dar lugar nem à tentação autárquica, nem à utopia de gerar uma indiscriminada capacidade exportadora industrial. A seletividade, em termos de opções com capacidade de alavancagem, é indubitável.

---

<sup>19</sup> A relação produto por capital, definicionalmente, é igual ao quociente entre a produtividade do trabalho e a densidade do capital. Esta, é igual ao quociente entre capital fixo e ocupação. Nas novas condições, supõe-se que a produtividade pode subir mais rápido que a densidade do capital.

<sup>20</sup> Pode-se igualar a taxa de crescimento ao resultado da multiplicação do quociente de inversão pela relação produto por capital. Porém, se esta se eleva, pode-se conseguir o mesmo ritmo de crescimento com um menor esforço de inversão.

Quanto à redução do peso relativo dos gastos produtivos, o assunto tampouco parece muito simples. Pense-se, por exemplo, no delicado problema dos gastos militares em uma provável situação de cerco capitalista. Como a discussão do problema nos levaria demasiado longe, basta-nos sinalizar com o que aqui devemos lançar como um puro postulado: se essa redução não é possível, tampouco será possível o socialismo.

O problema da produtividade está relacionado com o do emprego. Para uma taxa dada de crescimento do PIB, se sobe o crescimento da produtividade, o emprego crescerá menos. Se o PIB cresce a 7% ao ano e a produtividade entre 4 e 5% anuais, a ocupação se elevará em 2-2,5% anuais. Para o longo prazo, pensando em países como Argentina ou México, este ritmo poderá ser suficiente. Em um prazo mais imediato, pela necessidade de absorver a força de trabalho desocupada (aberta ou disfarçadamente), esse incremento seria insuficiente. Se supomos que as metas globais médias de acumulação, crescimento do PIB e de produtividade não são modificáveis, seria necessário ensaiar uma estratégia *ad hoc*. Por exemplo, definir um setor econômico cuja função básica seria a de absorção da força de trabalho. Para isto, é preciso punir, aí, a incorporação de tecnologias liberadoras de mão-de-obra. Assim mesmo, um adequado esforço educativo (em si mesmo imprescindível) deveria permitir retardar a incorporação de certos segmentos demográficos ao mercado da força de trabalho e suavizar o problema. O ponto implica uma dualização inicial da economia, pois junto ao setor descrito deve operar outro em que as exigências devem ir pelo lado da produtividade e não pelo do emprego. Por certo, este último setor deve abarcar todos os ramos (e empresas) que, direta ou indiretamente, participam do comércio externo.

## VI. FORÇAS SOCIAIS EM JOGO E ACUMULAÇÃO DE FORÇAS

### 1. AS FORÇAS SOCIAIS EM JOGO E O ALINHAMENTO POSSÍVEL

Recordemos que a estratégia aponta para o que temos qualificado como socialismo embrionário. Neste contexto, pelo teor das tare-

fas básicas que se levantam, a grande burguesia monopólica, nacional e estrangeira, aparece definida como força oposta principal. Para as forças impulsionadoras da mudança, o problema reside em restar-lhe o máximo possível de forças sociais de apoio junto a esses setores.

Quanto ao resto da classe burguesa – a não monopólica –, parece muito difícil pensar que seja possível sua integração ao bloco popular. Por isto, com respeito a esses grupos sociais, a meta máxima a perseguir deve ser sua neutralização política. Para o caso da burguesia agrária, isto resulta especialmente importante.

Todas as demais classes e segmentos sociais passam a formar parte do que temos denominado “alinhamento potencial objetivo” favorável à nova ordem. Neste contexto, resultam claras as duas tarefas básicas que emergem nesta esfera: i) unificar os trabalhadores; ii) formar e desenvolver uma vasta aliança classista, aproximando todo o possível bloco ou frente efetivos do “alinhamento potencial objetivo”.

## 2. A ACUMULAÇÃO DE FORÇAS

Como já se tem sinalizado, trata-se de desenvolver a capacidade de luta e de direção dos trabalhadores, em particular, e do povo em geral<sup>21</sup>. Supostamente, o processo implica forjar a organização da classe trabalhadora e sua capacidade de luta em todas as frentes. Assim mesmo, avançar a uma correlação de forças que corresponda cada vez mais com a que poderia determinar o “alinhamento potencial objetivo”. Mas a pergunta é, como satisfazer estes propósitos?

Limitando-nos ao mais essencial, a resposta não representa um mistério maior: trata-se, no básico, de impulsionar as formas democráticas substantivas em todos os âmbitos da vida social. Da cultura, da política e da economia. Quer dizer, de criar e impulsionar as organizações civis não estatais em todos esses âmbitos. Desencadeando-se esta dinâmica, o trabalho não só se fortalece, mas leva a luta a um espaço no qual a burguesia não pode competir e, por isto mesmo, ter-

---

<sup>21</sup> Por “povo”, neste contexto, deve entender-se o conjunto de segmentos e de classes sociais que conformam o bloco impulsionador potencial. Quer dizer, os grupos que integram o “alinhamento potencial objetivo” em favor da mudança.

mina por mostrar-se em toda a sua nudez antidemocrática. A este respeito, Rosa Luxemburgo era diáfana:

“se a democracia se tem convertido para a burguesia em algo, em parte supérfluo, em parte enfadonho, para a classe operária resulta necessária e indispensável. É necessária, em primeiro lugar, porque cria as formas políticas (autoadministração, sufrágio, etc.), que servirão ao proletariado de impulso e apoio em sua transformação da sociedade burguesa. Mas resulta indispensável também, em segundo lugar, porque só nela, na luta pela democracia, no exercício de seus direitos, pode chegar o proletariado a tomar consciência de seus interesses de classe e de suas tarefas históricas”<sup>22</sup>.

Segundo vemos, a eventual ausência ou debilidade das premissas não implica funcionar como lanterninha nem cruzar de braços e esperar passivamente – um pouco ao estilo do Plejánov mais velho – que a história avance e forje essas precondições. Também estas, no mais alto grau, passam a ser responsabilidade do trabalho. E, segundo se tem dito, ao acumular forças para essa luta, de fato, o trabalho começa a aprender o modo mesmo de construir o socialismo.

---

<sup>22</sup> LUXEMBURGO, Rosa., *Escritos políticos*. Barcelona, Ed. Grijalbo, 1977, pp. 121-122.

## MOVIMENTOS SOCIAIS E ONG's NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA ÉTICA CIDADÃ

*Maria Esther Barbosa Dias<sup>1</sup>*

O presente ensaio objetiva estudar, ainda que de maneira breve, o complexo processo de construção de uma ética cidadã de recorte relativamente inédito, através da intervenção dos movimentos sociais na produção das políticas públicas ao longo das duas últimas décadas, considerando-se sua permanente relação de interlocução e conflito com o Estado e, a partir sobretudo dos anos 80, com as chamadas organizações não-governamentais (ONG's).

Na travessia da reflexão – e aqui nos beneficiamos da conhecida formulação de Guimarães Rosa quanto à existência do real como processo, como travessia –, nossa análise deságua nos anos 90, etapa extremamente significativa da história brasileira em que se configura um novo cenário das lutas sociais, observados os cenários da chamada globalização da economia, ao mesmo tempo em que, via de consequência, se reelaboram as pautas analíticas trabalhadas pelos pesquisadores da área. Com esta nota, concluiremos nosso estudo.

### 1. O REAL ESTÁ NA TRAVESSIA (APUD GUIMARÃES ROSA)

Na Europa, fonte permanente de inspiração para o pensamento crítico dos intelectuais brasileiros, a presença dos chamados novos movimentos sociais dos anos 70 exigiu abordagens qualitativamente

---

<sup>1</sup> Professora Visitante do Mestrado em Sociologia da UFCE.

inéditas por parte dos investigadores que se posicionam no campo das Ciências Sociais. Década de grande efervescência política e cultural, os anos 70 trouxeram ‘novidades’ que foram captadas com clareza por um conjunto de estudiosos. Nesse sentido, destacam-se os trabalhos de grande relevância teórico-prática como os elaborados por Lojkine, Castells, Borja, Touraine, Castoriadis, Melucci, Tilman e Guattari.

A produção desses estudiosos debruçou-se, sobremaneira, sobre o impacto das novas formas de ação coletiva, em um espaço urbano marcado pela recorrente crise do capitalismo, como acentua Castells. Estudiosos como Guattari, por seu turno, trabalharam a partir de abordagens inéditas sobre esse cotidiano, muitas vezes sob forte influência de uma leitura crítica da Psicanálise. Destaca-se entre elas a perspectiva das novas ‘cartografias’, o desejo individual e coletivo, as micropolíticas – em síntese, a ‘revolução molecular’, de notável impacto sobre análises posteriormente desenvolvidas no Brasil, inclusive acerca da ação dos partidos políticos.

Em nosso País, os estudos realizados nos anos 70 sobre os movimentos sociais brasileiros e latino-americanos, especialmente em nível urbano, foram influenciados pela sociologia marxista francesa. Faz-se imprescindível assinalar, no entanto, que o florescimento dessa pesquisa e a construção de seus vínculos teórico-práticos, levaram, com o passar do tempo, a um relativo afastamento dos referenciais ‘importados’, sem, contudo, perdê-los inteiramente de vista. Nessa óptica, cabe destacar a produção de Ernesto Laclau, Lúcio Kowarick, Eder Sader, José Álvaro Moisés, Ruth Cardoso, Eunice Durham, Ilze Scherer-Warren, Maria da Glória Gohn, Vera Telles, entre outros exemplos do rosto latino-americano na pesquisa dessa temática.

Em termos cronológicos, o final dos anos 70 assinalou o aparecimento dos primeiros estudos enfocando a ‘novidade’ dos movimentos sociais, ou seja,

“a ampliação qualitativa do aspecto reivindicativo e sua significação mais profunda em face ao tempo histórico que se vivia”.

Enquanto na década anterior, os movimentos sociais eram ana-

lisados a partir do bloqueio dos canais tradicionais de expressão (partidos políticos e sindicatos, entre outros), por parte do regime autoritário, ao final da década de 70 e ao longo da seguinte, vivendo-se o cenário da “abertura lenta, segura e gradual”, patrocinada pelo governo Geisel, o enfoque das análises deslocou-se para o

“aspecto reivindicativo qualitativamente superior desses movimentos que, em alguns casos, conseguiram ultrapassar o mero enunciado da reivindicação, caminhando em direção à proposição de direitos e sua efetiva concretização em uma perspectiva mais ampla direcionada para a conquista da cidadania”.

Novos tempos históricos exigiam novas modalidades de intervenção coletiva e os movimentos fizeram-se presentes no cenário do tortuoso retorno ao Estado de direito.

É a partir dessa conjuntura, observado o pano de fundo estrutural, que se consegue encontrar caminhos qualitativamente inéditos para se elucidar a emergência desses movimentos. O aprofundamento da questão social –

“a divisão da sociedade em classes e a luta pela apropriação da riqueza socialmente produzida, em um cenário de graves desigualdades e degradação continuada das condições de vida de uma imensa parcela da população brasileira”

– constituiu elemento impulsionador dos movimentos sociais em seu sentido mais amplo, bem como das várias organizações da sociedade civil que se atribuíram à tarefa de contribuir, para dar concretude cada vez maior a essa pauta de demandas. Não se pode esquecer o fato que essa efervescência contribuiu, em grande medida, para a configuração da atual Constituição da República (1988): afinal de contas, foram recolhidas 12 milhões de assinaturas às emendas populares, um processo rigorosamente inédito de co-autoria do texto constitucional.

Dessa forma, o elemento comum que explica o surgimento e afirmação desses movimentos sociais pode ser encontrado na busca,

“inicialmente individual e posteriormente coletiva, de soluções para os problemas já apontados. Essa busca passa obrigatoriamente pela formulação e execução de políticas públicas básicas, sistemática e coerentemente construídas, cujo usufruto seja capaz de elevar significativamente a condição de vida das classes sociais postas à margem do gozo dos bens, serviços e direitos produzidos pela sociedade contemporânea”.

É precisamente nesse sentido que o Estado é colocado como interlocutor obrigatório dos movimentos sociais, tendo nas políticas públicas um de seus campos de luta. Essa interlocução inclui, igualmente (e de forma necessária), as diversas frações do capital envolvidas na permanente construção dos diversos espaços sociais e no controle desse mesmo Estado. Trata-se, afinal, de um processo inerente às sociedades que vivem sob a hegemonia capitalista<sup>2</sup>. A literatura mais recente indica que esses movimentos se caracterizaram, sobretudo nesse momento específico, por uma dinâmica que só se explicaria historicamente em certas “situações de crise”, quando o Estado (e os interesses que representa) não se encontra em situação hegemônica para ignorar ou responder (concreta ou retoricamente) às necessidades e pressões a ele dirigidas. “A negociação assume obrigatoriamente espaços significativos na cena política”.

## 2. OS 'TROPEÇOS' DA TRAVESSIA

Cumprido, aqui, reafirmar a importância do Estado no que diz respeito ao seu papel de principal produtor e gestor dos bens e serviços que compõem o universo das políticas públicas. Sabemos que essas políticas têm funcionado de forma ambígua, como “perspectiva de acomodação das relações entre o Estado e a sociedade civil”<sup>3</sup>. Além disso, tais políticas têm se caracterizado por sua pouca efetividade social, elevado custo financeiro e acentuado grau de desperdício material,

---

<sup>2</sup> Ver MOISÉS, J. A. (Org.) *Cidade, Povo e Poder*. Rio de Janeiro, Paz e Terra / CEDEPLAC, 1982. JACOBI, P., *Movimentos Sociais e Políticas Públicas*, São Paulo, Cortez, 1989. É igualmente importante a consulta ao ensaio “As Políticas Sociais Brasileiras: Diagnósticos e Perspectivas”. DRAIBE, Sônia Miriam. In *Para a Década de 90: Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas* (volume 4). Brasília, IPEA/IPLAN, 1990.

<sup>3</sup> YASBEK, M. C., *Classes Subalternas e Assistência Social*. São Paulo, Cortez, 1993:35.

bem como por uma enorme subordinação aos interesses econômicos que marcam os investimentos do Estado brasileiro, inclusive nessa esfera.

A relação dos movimentos sociais com o Estado apresenta uma trajetória

“que assume, ao longo do tempo, diversas metamorfoses, indo da relação ‘filial’ perante o Estado pai-patrão, à negociação e, finalmente, à intervenção de forma mais organizada, no sentido da elaboração de políticas sociais e gradativa gestão de espaços no espaço urbano, *locus* do confronto com um Estado privatizado, condomínio do grande capital”<sup>4</sup>.

Nesse cenário, é fundamental assinalar que a privatização do Estado, em benefício do capital, significa o atrelamento da oferta de bens e serviços de consumo coletivo básico (inclusive os de infra-estrutura) às necessidades da acumulação. Desse modo, a ação do Estado, no campo das políticas públicas, reveste-se de uma dupla e permanente tensão, expressão do conflito estrutural presente em uma sociedade de classes.

Tem-se, de um lado, as diversas frações do capital, privatizando o Estado e utilizando-o em função de seus interesses na esfera da acumulação. Pense-se, por exemplo, nas faraônicas obras de infra-estrutura começadas nos anos 70 e posteriormente abandonadas (Transamazônica, Ferrovia do Aço, etc.), sem que tenha ocorrido o ressarcimento dos fundos públicos mal aplicados nesses investimentos.

De outro, em contraponto, a pressão, em graus variados de consistência, da

“rede cada vez mais complexa dos movimentos sociais demandando investimentos substanciais em saúde, educação, transporte, habitação e segurança”.

---

<sup>4</sup> DIAS, José Fernandes, *Derrubando os ‘Muros de Berlim’: Movimentos Sociais Urbanos no Brasil Contemporâneo. Mutações Sociais*, CEDAC, Rio de Janeiro, ano 1, nº. 1, julho/setembro de 1992.

Nesse sentido, Francisco de Oliveira aponta, com clareza, o mecanismo de regulação *ad hoc*, casuística, posta em marcha pelo Estado brasileiro para 'resolver' esse conflito, repita-se, estrutural<sup>5</sup>.

### 3. UM INTERLÚDIO NA TRAVESSIA: A ÉTICA CIDADÃ

O extraordinário florescimento dos debates acerca da ética na política dá-se, sobretudo, ao longo da conturbada década de 80, por razões sobejamente conhecidas e sintetizadas na tristemente emblemática figura do ex-presidente Collor e em seu breve e caótico (des)governo. Surge daí a indagação: ética cidadã, onde é o seu território? Será ético um discurso político que promete o bem, do alto, sem denunciar a mentira de base que o construiu? Onde fica a ética do discurso de quem promete modernizar o Estado se não sabe (ou não quer?) promover a reforma agrária? "Ética cidadã não se discute, pratica-se".

Estamos falando aqui, reiteramos, da ética no exercício da política. Se desejarmos, de fato, contribuir para que ela se estabeleça como prática cotidiana, há que se assinalar que na ética cidadã, o que deve prevalecer é a qualidade dos valores e das práticas sociais postas em marcha, com vistas à construção de um projeto de sociedade que tenha como fundamentos não a predatória acumulação do capital mas, sim, a luta permanente pela justiça social e pelo fim de todas as modalidades de exclusão econômica, política, social e cultural.

Nesta perspectiva, a prática da ética cidadã não depende unicamente do lugar que cada um ocupa no universo das relações de produção mas, acima de tudo, de uma compreensão correta acerca das demandas sociais das maiorias excluídas, concretizada através da coerência entre discurso e prática. Destacamos a importância, muitas vezes amesquinhada no discurso pretensamente progressista, dos valores éticos (e sua expressão concreta) que inspiram cada um em relação à sociedade que afirma querer construir. Aqui, o terreno da ética

---

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Francisco de, *Os Protagonistas do Drama: Estado e Sociedade no Brasil*. In LARANJEIRA, S., (Org.) *Classes Sociais e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo, HUCITEC, 1990: 43-46.

cidadã representa, nas palavras de Herbert de Souza, *Betinho*, protagonista fundamental do Movimento pela Ética na Política e da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, “o berço do novo e a redenção da política como parteira da utopia”<sup>6</sup>. Foi em nome da ética cidadã ou ética na política, que se gestou o que se pode chamar de conduta coletiva da indignação da era Collor. Este tipo de conduta despertou um movimento em nível nacional, acima referido, que desempenhou papel de relevo na admissibilidade do *impeachment* do então presidente da República, recurso jamais aplicado em toda a história do País.

#### 4. NOVOS SINAIS NA TRAVESSIA

As grandes transformações sofridas pelo Brasil nestes anos da década de 90, sobretudo o impacto dos processos de estabilização monetária trazida pelo Plano Real<sup>7</sup> (vetor, em nível interno, da crescente e acelerada inserção da economia e da sociedade aos processos da chamada globalização<sup>8</sup>), desenharam um novo perfil para os movimentos sociais e ampliaram a visibilidade das ONG's a que fizemos breve referência até agora.

Chama-nos a atenção, de um lado, o fato de os movimentos sociais – à notável e solitária exceção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – parecerem perder fôlego se comparados ao ímpeto da década precedente, ‘competindo’ com o retorno de atores tradicionais como os partidos políticos, sindicatos e centrais

---

<sup>6</sup> Ver, a respeito, JACOBI, P. *Pela Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, Proposta*, FASE, nº. 67, dezembro de 1995.

<sup>7</sup> Para uma leitura crítica acerca do Plano Real, consultar DIAS, José Fernandes, *Cenários da Conjuntura*, mimeo, 1996. Do mesmo autor, consultar *Trabalho, Renda e Cidadania no Brasil*, mimeo, 1997.

<sup>8</sup> Acreditamos ser conceitualmente correto denominar esse processo de ‘internacionalização’ e não ‘globalização’, uma vez que, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), existem atualmente em todo o planeta cerca de um bilhão de seres humanos desempregados e sub-empregados. Com esse contingente equivalente a 20% da população da Terra, como se poderá falar de globalização? Consultar, a respeito, DIAS, José Fernandes. *Trabalho, Renda e Cidadania no Brasil*, op. cit.

Nesse sentido, Francisco de Oliveira aponta, com clareza, o mecanismo de regulação *ad hoc*, casuística, posta em marcha pelo Estado brasileiro para 'resolver' esse conflito, repita-se, estrutural<sup>5</sup>.

### 3. UM INTERLÚDIO NA TRAVESSIA: A ÉTICA CIDADÃ

O extraordinário florescimento dos debates acerca da ética na política dá-se, sobretudo, ao longo da conturbada década de 80, por razões sobejamente conhecidas e sintetizadas na tristemente emblemática figura do ex-presidente Collor e em seu breve e caótico (des)governo. Surge daí a indagação: ética cidadã, onde é o seu território? Será ético um discurso político que promete o bem, do alto, sem denunciar a mentira de base que o construiu? Onde fica a ética do discurso de quem promete modernizar o Estado se não sabe (ou não quer?) promover a reforma agrária? "Ética cidadã não se discute, pratica-se".

Estamos falando aqui, reiteramos, da ética no exercício da política. Se desejarmos, de fato, contribuir para que ela se estabeleça como prática cotidiana, há que se assinalar que na ética cidadã, o que deve prevalecer é a qualidade dos valores e das práticas sociais postas em marcha, com vistas à construção de um projeto de sociedade que tenha como fundamentos não a predatória acumulação do capital mas, sim, a luta permanente pela justiça social e pelo fim de todas as modalidades de exclusão econômica, política, social e cultural.

Nesta perspectiva, a prática da ética cidadã não depende unicamente do lugar que cada um ocupa no universo das relações de produção mas, acima de tudo, de uma compreensão correta acerca das demandas sociais das maiorias excluídas, concretizada através da coerência entre discurso e prática. Destacamos a importância, muitas vezes amesquinhada no discurso pretensamente progressista, dos valores éticos (e sua expressão concreta) que inspiram cada um em relação à sociedade que afirma querer construir. Aqui, o terreno da ética

---

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Francisco de, *Os Protagonistas do Drama: Estado e Sociedade no Brasil*. In LARANJEIRA, S., (Org.) *Classes Sociais e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo, HUCITEC, 1990: 43-46.

cidadã representa, nas palavras de Herbert de Souza, *Betinho*, protagonista fundamental do Movimento pela Ética na Política e da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, “o berço do novo e a redenção da política como parteira da utopia”<sup>6</sup>. Foi em nome da ética cidadã ou ética na política, que se gestou o que se pode chamar de conduta coletiva da indignação da era Collor. Este tipo de conduta despertou um movimento em nível nacional, acima referido, que desempenhou papel de relevo na admissibilidade do *impeachment* do então presidente da República, recurso jamais aplicado em toda a história do País.

#### 4. NOVOS SINAIS NA TRAVESSIA

As grandes transformações sofridas pelo Brasil nestes anos da década de 90, sobretudo o impacto dos processos de estabilização monetária trazida pelo Plano Real<sup>7</sup> (vetor, em nível interno, da crescente e acelerada inserção da economia e da sociedade aos processos da chamada globalização<sup>8</sup>), desenharam um novo perfil para os movimentos sociais e ampliaram a visibilidade das ONG's a que fizemos breve referência até agora.

Chama-nos a atenção, de um lado, o fato de os movimentos sociais – à notável e solitária exceção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – parecerem perder fôlego se comparados ao ímpeto da década precedente, ‘competindo’ com o retorno de atores tradicionais como os partidos políticos, sindicatos e centrais

---

<sup>6</sup> Ver, a respeito, JACOBI, P. *Pela Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida*, Proposta, FASE, n.º. 67, dezembro de 1995.

<sup>7</sup> Para uma leitura crítica acerca do Plano Real, consultar DIAS, José Fernandes, *Cenários da Conjuntura*, mimeo, 1996. Do mesmo autor, consultar *Trabalho, Renda e Cidadania no Brasil*, mimeo, 1997.

<sup>8</sup> Acreditamos ser conceitualmente correto denominar esse processo de ‘internacionalização’ e não ‘globalização’, uma vez que, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), existem atualmente em todo o planeta cerca de um bilhão de seres humanos desempregados e sub-empregados. Com esse contingente equivalente a 20% da população da Terra, como se poderá falar de globalização? Consultar, a respeito, DIAS, José Fernandes. *Trabalho, Renda e Cidadania no Brasil*, op. cit.

sindicais, e tendo que conviver com uma significativa ‘anestesia’ social trazida pela chamada estabilização monetária, já referida.

Por outro, amplia-se a interlocução com as ONG’s, que adquirem maior visibilidade nas lutas pela cidadania, uma vez vencido o período de relativa ‘clandestinidade’, que caracterizou parcela significativa de sua atuação em razão dos mecanismos repressivos ainda atuantes até a metade dos anos 80. Cabe indagar: afinal de contas, o que são essas tão faladas organizações não-governamentais? O que têm a dizer nos novos panoramas que se abrem ao fazer político da cidadania na travessia da década derradeira do século 20?

Para alguns analistas, as ONG’s surgem como ‘substitutas’ dos movimentos sociais. Outros conseguem vê-las de maneira claramente diferenciada em face a esses movimentos. O certo é que constituem um fenômeno mundial, quer em países capitalistas, quer em países em nítido processo de transição para as economias de ‘mercado’, como a Rússia. Canadá, Estados Unidos, França, Alemanha, Holanda, Espanha e Bélgica são os países de presença mais significativa dessas Entidades.

#### A denominação ‘organização não-governamental’ (ONG)

“foi criada pela ONU em 1940, para designar entidades não oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social dentro de uma filosofia de trabalho de ‘desenvolvimento de comunidade’. O recorte da definição da ONU é dado pela estrutura jurídica: ser ou não ser governo. As ONG’s se localizam na esfera do privado”<sup>9</sup>.

Em nosso País, o denominador comum das ONG’s é a razão social de sua constituição como instituição da sociedade civil que se declara sem fins lucrativos, tendo geralmente como objetivos “apoiar, incentivar e assessorar causas coletivas em termos de projetos”.

Em seus estudos e pesquisas sobre as ONG’s, Maria da Gló-

---

<sup>9</sup> GOHN, M. da Glória, *Movimentos, ONG’s e Lutas Sociais no Brasil nos anos 90*, XIX Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu, 1995.

ria Gohn<sup>10</sup> divide-as em três campos: Filantropia, Desenvolvimentismo e Cidadania. O campo da Filantropia é o mais antigo, representado por entidades que no início do século prestavam assistência às populações ditas 'carentes', quando a questão social ainda era considerada 'questão de polícia'<sup>11</sup>.

"O campo do desenvolvimentismo data do pós-guerra. Neste período, cunha-se a expressão 'sem fins lucrativos' para designar uma categoria de instituições não voltadas para o lucro, tendo como público alvo os setores carentes financeiramente, envolvidos em projetos de desenvolvimento econômico local. (...) Grande parte das ONG's da América Latina surgiu nos anos 70 e se enquadram, em sua grande maioria, na modalidade desenvolvimentista"<sup>12</sup>.

O campo da 'cidadania' é o mais recente e emergiu no seio dos movimentos sociais da última década, tendo como raiz a luta de organizações da sociedade civil pelos direitos individuais e coletivos, tendo como centralidade a temática concreta das políticas públicas. Merece destaque o novo papel das ONG's, à medida em que, com o fim do regime ditatorial, a correlação de forças entre o Estado e a sociedade civil passa por mudanças significativas. Trata-se de uma etapa qualitativamente nova da sociedade brasileira, com a ênfase representada pela tensão permanente entre as 'velhas' questões estruturais e as 'novas' demandas de um mundo em transformação, acelerada pelo vetor da internacionalização da economia e suas conseqüências para o cotidiano dos cidadãos.

Em face a esse universo em impressionante mutação, os técnicos das ONG's sentiram necessidade de ampliar a sua capacitação e também desenvolver parcerias com outras entidades, governamentais ou não, como as Universidades, no sentido da elaboração de projetos de

---

<sup>10</sup> *Idem*, p. 32.

<sup>11</sup> Cabe indagar, em face aos massacres de trabalhadores rurais (Eldorado de Carajás, Corumbiara, etc.) e trabalhadores urbanos (Carandiru, Vigário Geral, Diadema, etc.) se a questão social ainda não é vista por parcela significativa da sociedade brasileira como verdadeira "questão de polícia".

<sup>12</sup> *Ibidem*.

orientação comum, capazes de responder a exigências cada vez mais complexas, sinalizadas pelo fazer político dos diversos atores sociais, sobretudo, as organizações populares. Em muitos casos, profissionais da academia passaram a prestar assessoria às ONG's, o que pode ser comprovado por inúmeras publicações e pesquisas.

Por razões de estratégia política global, o próprio Banco Mundial tem dado crescente atenção às ONG's desde a década de 80, sobretudo no campo ambientalista, priorizando o desenvolvimento de ações em parceria com essas entidades, sob a alegação de considerá-las mais eficientes que as agências governamentais. Considerando-se a trajetória e o papel estratégico do Banco Mundial em face aos processos da internacionalização da economia, tudo parece indicar que esse 'novo' posicionamento apresenta-se muito mais como uma tentativa (em maior ou menor escala) de cooptação de setores críticos da sociedade civil, do que uma mudança qualitativa da Instituição em face a um universo de questões extraordinariamente relevantes em escala planetária.

Em nosso País, um grande número de ONG's passou a ter mais destaque a partir da II Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento, popularmente conhecida como "ECO 92", evento em que essas entidades desempenharam um papel importante, no sentido de simbolizar a participação e os anseios da sociedade civil organizada. As demais Conferências da ONU que se seguiram a 1992, sobretudo aquelas onde se debateram exaustivamente as questões de população e do universo feminino (Cairo e Beijing), das estratégias mundiais para o desenvolvimento sustentável (Copenhague) e para a questão urbana (Istambul), contaram igualmente com forte presença das ONG's.

Um outro dado que tem contribuído para uma maior visibilidade do papel dessas entidades no cenário brasileiro, diz respeito às importantes pesquisas que membros de várias ONG's, notadamente aquelas dotadas de maiores recursos, vêm realizando ao longo dos últimos anos. Merecem destaque os trabalhos realizados pelo PÓLIS, pelo CEDEC e o CEBRAP, em São Paulo, bem como o IBASE e a FASE, no Rio de Janeiro, notadamente na esfera das políticas públicas, materiais de crescente importância para o fazer político dos movimentos sociais.

Em síntese, podemos afirmar que as ONG's representam formas modernas de participação e luta na sociedade pelos chamados direitos sociais. Elas também podem servir de mediação em políticas realizadas em parceria, que articulem a ação do Estado e da população organizada, em projetos específicos na esfera das políticas públicas. Por fim, as ONG's, desde que observem rigorosamente seu papel de interlocutores na construção da esfera pública democrática, podem representar a possibilidade de interconexão permanente com suas congêneres e, acima de tudo, com os movimentos sociais a que prestam assessoria. Aqui, faz-se imprescindível a concretização da constituição de redes que representem propostas democráticas pautadas pela lógica da participação e da decisão entre iguais. Somente assim, as ONG's afirmaram seu caráter de interlocutoras e não correrão o risco de se tornarem fins em si mesmas, a partir de processos internos de burocratização e esmaecimento do diálogo democrático.

##### 5. UMA 'PAUSA' NA TRAVESSIA: NOSSO PAPEL NA INTERLOCUÇÃO DEMOCRÁTICA

Realizar estudos e pesquisas com os recursos da metodologia comparativa tem sido o caminho adotado por vários pesquisadores no campo das Ciências Sociais. Comparar cenários, desempenho de atores, demarcar as diferenças e, especialmente, captar as tendências pode ser o caminho estratégico e fundamental para realizarmos pesquisas neste final de século, sem deixarmos de lado, no universo da internacionalização da economia, as peculiaridades históricas locais do ponto de vista econômico, social, político e cultural. A finalidade da comparação não é tão somente a possibilidade de produção e generalização a partir dos pontos comuns mas, sobretudo, no sentido de apontar diferenças capazes de sinalizar novos caminhos a serem percorridos, na perspectiva infatigável da construção da democracia em nosso País, com a superação de todas as formas de exclusão social ainda existentes em nossa sociedade.

## PESQUISA AGROPECUÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

*Robério Ferreira dos Santos<sup>1</sup>*  
*Pedro Carlos Gama da Silva<sup>2</sup>*

### INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira passou a conviver, a partir de meados da década de 60, com o paradigma que se convencionou chamar mundialmente de ‘modernização da agricultura’, que correspondia efetivamente à integração da agricultura ao processo de acumulação de capital<sup>3</sup>. Isto ocorreu com a efetiva participação do Estado, que através de suas políticas de crédito, subsídios, pesquisa, tecnologia e assistência técnica, viabilizou as maiores propriedades agropecuárias, principalmente àquelas localizadas em terras melhores; a indústria para a agricultura, que para esta produzia máquinas, equipamentos e insumos; e a agroindústria, que processava as matérias-primas agrícolas. Com a expansão do processo de modernização, uma parte menor da pequena produção agrícola familiar conseguiu participar deste processo, subordinando-se à agroindústria, como ocorreu com a

---

<sup>1</sup> Doutor em economia, pesquisador da EMBRAPA/CNPA e professor do Curso de Mestrado em Economia Rural da UFPB, Caixa Postal 174, 58107-720, Campina Grande, PB. E-mail: roberio@cnpa.embrapa.br.

<sup>2</sup> Mestre em economia, pesquisador da EMBRAPA/CPATSA, Caixa Postal 23, Petrolina, PE. E-mail: pgama@cpatsa.embrapa.br.

<sup>3</sup> Ver Santos, 1986:20-34.

avicultura, sinocultura e alguns ramos da hortifruticultura, principalmente na região Centro-Sul do país, e às cooperativas, caso da soja e trigo, por exemplo. Enquanto isso, os produtores menos capitalizados, relegados a terras menos férteis, utilizando práticas tradicionais e explorando mão-de-obra familiar para subsistir e produzir um pequeno excedente comercializado para os mercados urbanos, garantiam preços baixos para os produtos alimentares da cesta básica dos trabalhadores brasileiros.

Na década de oitenta, chamada de perda para a economia brasileira, que entrou em crise profunda após os dois choques do petróleo e o da taxa de juros, o sucesso da sua agricultura, quando medido pela obtenção de supersafras, mesmo com a retirada de subsídios do crédito rural, levou alguns autores 'menos cuidadosos' a afirmarem que a agricultura brasileira teria encontrado uma estrutura produtiva tecnologicamente consolidada e capaz de reagir a estímulos de mercado. No entanto, uma análise mais atenta, pode levar a conclusão que o crédito rural subsidiado foi, na verdade, substituído pelo crédito dirigido, via preços mínimos, que implica em maior seletividade dos beneficiários, que passaram a ser mais subsidiados que antes (Martine, 1990:8). Assim sendo, na década de 80, com a escassez, a disputa pelos recursos públicos limitou-se aos grupos mais modernos, aqueles integrados aos complexos agroindustriais.

As constatações acima deixam claro a manipulação do Estado pelos setores oligopólicos (indústria para a agricultura e agroindústria), que são, na verdade, os setores mais importantes na acumulação de capital na agricultura. O acesso aos recursos do Estado, dessa forma, não é determinado pela capacidade e performance produtiva, mas sim, regulado pelo poder de pressão dos diferentes segmentos de um pequeno subgrupo dominante. Os que alardam a eficiência dos grandes estabelecimentos agropecuários brasileiros, deveriam deixar claro que grande parte desta eficiência é política e não econômica<sup>1</sup>.

Em meados da década de 90, o efeito atual do modelo de modernização da agricultura brasileira fica aparente. Aquela parte inte-

---

<sup>1</sup> Ver maiores detalhes desta discussão em Martine (1990:17-30).

grada ao complexo agroindustrial está consolidada, apesar de se encontrar em estado de crise cíclica, devido, principalmente, ao predomínio de políticas neo-liberais encontradas nos três últimos governos.

Como não poderia ser diferente, foi diminuída a participação do Estado na agricultura com a redução significativa de subsídios. A outra parte, a maior, hoje classificada de agricultura familiar, aqui entendida como aquela que concentra sua produção em produtos com baixo nível de processamento industrial, que constituem o grosso da cesta básica da maior porção da população brasileira, encontra sérias dificuldades para continuar existindo dentro do paradigma da modernização da agricultura.

O objetivo deste trabalho é tecer alguns comentários sobre a agricultura familiar enquanto dependente da pesquisa agropecuária pública, dentro do novo modelo de atuação que vem sendo adotado na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, empresa líder naquele segmento de pesquisa.

#### PESQUISA E AGRICULTURA FAMILIAR

A mudança técnica na área agrônômica envolve investimento com elevado período de maturação, necessidade de pessoal qualificado e grande grau de incerteza quanto aos resultados. No que se refere a tecnologia genética ela ainda é baseada, em grande parte, nas técnicas clássicas de melhoramento, que preservam a reprodutividade das sementes melhoradas, tornando praticamente impossível a aplicação de um sistema de patentes, ou seja, de se excluir os não-pagantes, mas usufruidores do conhecimento. Assim sendo, o elevado custo resultante do esforço de pesquisa não é recompensado por um lucro duradouro, já que este é rapidamente erodido por aqueles não-pagantes dos esforços de pesquisa (Lemos, 1995:75).

Existe pois, uma barreira biológica para a apropriação privada dos frutos do progresso técnico no melhoramento genético. Mesmo se fosse conferido o direito de patentes, restaria ainda o problema da limitação de acesso ao uso de novo conhecimento, já que o custo marginal social do uso de um conhecimento é zero (Melo, 1978:54).

A divisão do trabalho entre pesquisa pública e privada tem evoluído de acordo com a capacidade do capital estabelecer algum tipo de barreira à entrada na tecnologia de melhoramento genético. Onde isto não é possível, tem-se enfatizado o papel da pesquisa agronômica como sendo uma função primordial do setor público (Lemos, 1995:75). O Estado brasileiro assumiu efetivamente esta função em 1972, com a criação de um forte sistema nacional de pesquisa agropecuária liderada pela EMBRAPA. Ele optou assim pela criação de instituições públicas de pesquisa, que assumiram efetivamente o trabalho de geração e/ou adaptação e difusão de tecnologias agropecuárias no Brasil. Com a opção por este modelo, o Estado brasileiro ocupou o espaço deixado de lado pela iniciativa privada, por não implicar em retorno econômico para os investimentos realizados.

É verdade que, entre as contribuições do sistema EMBRAPA para a pesquisa agropecuária, estão incluídas aquelas atividades que viabilizaram o pacote da revolução verde para o Brasil, mas que foi uma contribuição que não teria se efetivado pela iniciativa privada, já que os custos eram individualizados e os retornos socializados. Mas, a EMBRAPA também contribuiu, com repercussão internacional, com a geração de tecnologias que implicaram na redução de custos agrícolas, com diminuição do uso no campo de insumos industriais, como, por exemplo, o aumento da fixação de nitrogênio no solo através de bactérias nitrificantes e a utilização massal de inimigos naturais para combate a pragas.

Uma grande verdade fica aparente. A maior parte das tecnologias, geradas e/ou adaptadas pelo sistema EMBRAPA, não teriam sido efetivadas sem o aporte de recursos públicos para a pesquisa agropecuária (diversos trabalhos já foram escritos mostrando o alto retorno social destes investimentos)<sup>5</sup>.

No entanto, principalmente nos anos 90, com a sucessão de governos de índoles neo-liberais, o sistema EMBRAPA passou a acumular perdas de aporte de recursos financeiros. Alguns dados de 1995

---

<sup>5</sup> Ver, entre outros, CRUZ et al. (1982), ROESSING (1984), AMBROSI e CRUZ (1984), BARBOSA et al. (1988) e SANTOS et al. (1989).

deixam claro este fato<sup>6</sup>. Do total aprovado para os 15 programas de pesquisa da EMBRAPA, somente 42% foram repassados; dos recursos totais que seriam liberados para a EMBRAPA, foram contingenciados, em dezembro de 1995, recursos que superam o valor orçado para outros custeios totais para todo ano de 1995.

Esta expressiva redução de aporte de recursos para o sistema EMBRAPA, corresponde a uma fuga da responsabilidade do Estado brasileiro perante a geração e/ou adaptação e difusão de tecnologia para a agropecuária do país, responsabilidade efetivamente assumida em 1973, e que, pelo exposto até o momento, implicará em não atendimento na execução de uma série de pesquisas essenciais para a agropecuária nacional.

Para fazer face a redução do aporte de recursos financeiros públicos, as diretorias da EMBRAPA, a partir de 1990, passaram a adotar uma política mais agressiva na busca de recursos financeiros de fontes alternativas. Isto pode ser observado claramente nos projetos estratégicos que tratam do sistema de qualificação por resultados e desenvolvimento de vendas de processos, serviços e produtos. No primeiro,

“o objetivo é desenvolver e implantar um sistema de gratificação que premie unidades..., equipes de trabalho e empregados (individualmente), quando superarem metas operacionais.. e ampliarem a captação de recursos” (EMBRAPA, 1995a).

No segundo, um dos objetivos é

“conscientizar a comunidade embrapiana, quanto à importância de ampliar a arrecadação de recursos próprios” (EMBRAPA, 1995b).

Menciona-se neste projeto que

“apenas 10% do orçamento anual da EMBRAPA são recursos próprios... O que preocupa, neste particular, é que a arrecadação própria

---

<sup>6</sup> Dados não publicados.

da EMBRAPA não cresce... E durante esse período (mais de 20 anos), a Empresa cresceu em número de unidades, melhorou a infra-estrutura dessas unidades, incrementou a quantidade e qualidade de suas máquinas e equipamentos, cresceu na quantidade e na qualificação dos seus funcionários..." (EMBRAPA, 1995b).

É claro que medidas de incentivo para aumentar a arrecadação da EMBRAPA devem ser elogiadas. Mas, não se pode esquecer que a iniciativa privada não investe onde não existe alternativa de retorno econômico. E na agropecuária este campo é vasto. Por este motivo, como já afirmado neste trabalho, a EMBRAPA foi criada.

Recentemente, passou-se a exigir das unidades descentralizadas da EMBRAPA, o atingimento de arrecadação de recursos próprios a partir de um mínimo previamente estipulado. O não atingimento da meta pré-fixada implicará em 'punições' para a unidade, que atingirá inclusive os empregados nela lotados.

Mas, o problema maior encontrado no não atingimento destas metas é exatamente o porquê do seu não atingimento. Existirão dificuldades para as unidades descentralizadas que trabalham com produtos com menores índices de processamento agroindustrial e para aquelas que trabalham com regiões com maiores riscos climáticos, já que os recursos privados são muito mais difíceis de serem conseguidos. Estas unidades poderão ser então prejudicadas exatamente por estarem exercendo suas atividades de pesquisa em produtos e/ou regiões onde se torna ainda mais importante a atuação da pesquisa pública.

A competição por recursos financeiros, por parte das unidades descentralizadas da EMBRAPA poderá provocar outro tipo de problema de igual ou maior importância que os acima citados. O abandono do segmento da agricultura familiar, ou mais especificamente, das suas categorias chamadas de transição e periférica, que abrangem, no Brasil, 71% dos estabelecimentos agropecuários existentes (FAO 1994), exatamente quando o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária cria, "em favor do respeito e do apoio à agricultura familiar", o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. E a EMBRAPA tem entre seus proje-

tos estratégicos, um que trata especificamente da agricultura familiar, que elege o programa de Sistemas de Produção da Agricultura Familiar como sistema de articulação para valorização das ações de apoio ao PRONAF (EMBRAPA, 1995b).

Este programa não foi criado por acaso. Algumas constatações são bastante indicativas do potencial de viabilização da unidade agrícola familiar, entre elas<sup>7</sup>:

- Seu papel 'amortecedor' da violência das crises econômicas, face a sua capacidade de absorção de mão-de-obra (Adant & Altafin, 1991). A perspectiva desse enfoque considera o fato comprovado de que é mais econômico para a sociedade manter a atividade de uma população agrícola numerosa, do que sustentar novos desempregados urbanos. Estimativas da FAO (1994), mostram que os sistemas de produção mais intensivos e diversificados da agricultura familiar, permitem a manutenção de quase sete vezes mais postos de trabalho por unidade de área que na agricultura patronal. A agricultura familiar requereria apenas 9ha para gerar um emprego, contra 50ha requeridos pela agricultura patronal. O estrato de estabelecimentos de até 10ha, onde a agricultura familiar predomina (principalmente na região Nordeste), mesmo correspondendo a apenas 2,6% da área total, ocupa 10 vezes mais pessoas que o estrato de mais de 1.000ha, 43% da área total. Os estabelecimentos de menos de 50ha, 90% dos quais empregam mão-de-obra familiar, ocupam 16 milhões de pessoas, o que significa 70% de todos os ativos do setor (IBGE, 1985);
- Pela valorização prioritária das potencialidades locais, a agricultura familiar constitui-se numa garantia de estabilidade de produção e oferta de certos produtos básicos da alimentação, de menor interesse ou não contemplados pela agricultura patronal. Os estabelecimentos com área inferior a

---

<sup>7</sup> Constatações retiradas de EMBRAPA, s.d.

10ha, boa parte deles de unidades familiares, ocupando pouco mais de 2% da área total, são responsáveis por cerca de 15% da produção nacional de milho, 28% da de feijão e 36% da de mandioca. Acrescente-se a isso, o seu papel de, em reduzindo o êxodo rural, limitar as transformações dos hábitos alimentares induzidas pelo modo de vida urbano, muitos deles mantidos as custas de divisas (Delpuech, 1989);

- Sua possibilidade de poder gerar, em muitos cultivos, produtos de melhor qualidade e a um menor custo. É reconhecida a capacidade do modelo familiar de gerar um produto de qualidade superior, quando comparado a outro similar, produzido em grandes áreas, geralmente mecanizadas. Na realidade, é o mesmo que comparar um produto artesanal com outro produzido em série. Esta vantagem é válida para um sem número de produtos agrícolas que demandam um trabalho mais delicado, mais arriscado, exigente em precisão, em capacidade de rápida reação ao imprevisto e em permanente disponibilidade;
- Seu favorecimento, quando há segurança de posse da terra, a uma melhor preservação do meio ambiente e a uma gestão mais ordenada do espaço, em função das características do seu modelo diversificado de produção, em contraste com o modelo produtivista de monocultivo predominante na agricultura patronal ou capitalista.

A prioridade da pesquisa agrícola é uma das condições fundamentais a um programa de viabilização da agricultura familiar no Brasil. Apesar de todas as limitações que afetam este importante segmento da agricultura brasileira, a inovação tecnológica, juntamente com os procedimentos que visam a sua adaptação, ao lado de um esforço de capacitação e de organização dos agricultores, constitui, segundo a FAO (1992), o tripé básico da estratégia para um desenvolvimento mais endógeno e protagônico do referido segmento, permitindo que assumam, no futuro, o papel correspondente a sua importância e ao seu potencial. Mais ainda, o desenvolvimento tecnológico, numa primeira etapa, deverá ser efetuado em consonância também com a

racionalidade própria da economia da produção familiar e não apenas com aquela requerida pelo capital, pelo menos para aqueles estratos mais fragilizados, não contemplados com as políticas públicas.

Dentro desse enfoque, as inovações tecnológicas deveriam favorecer a poupança de capital, maximizando, até onde possível, o aproveitamento da força de trabalho disponível. A capacitação deveria privilegiar a ampliação dos conhecimentos e habilidades produtivas, elevar a produtividade da mão-de-obra rural e, sobretudo, estimular as mudanças de atitudes e valores (autoconfiança, nível de aspiração, responsabilidades, etc.). A organização dos agricultores e da produção teria como finalidades precípuas, a redução da dependência externa da unidade familiar, a redução dos custos de produção e aumento do valor de venda de seus produtos, a ampliação do acesso aos serviços de apoio, a criação de serviços próprios e até a viabilização da economia de escala.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece bastante claro que o paradigma da revolução verde já não é suficiente para provocar impactos significantes na agropecuária mundial. O uso de insumos industriais no campo já não consegue provocar aumentos significantes nas produtividades da terra e trabalho, ficando cada vez mais claro seu dano ao solo e meio ambiente. Pode-se argumentar que, no caso do Brasil, principalmente junto à agricultura familiar, ainda é possível gerar impactos significantes com a revolução verde, já que a imensa maioria deste segmento ficou fora do processo. No entanto, nos dois últimos parágrafos acima procura-se deixar claro que, na busca de alternativas para a imensa maioria da agricultura familiar, as disponibilidades ainda são anteriores ao paradigma da modernização da agricultura. Isso é bastante lógico, já que o capital industrial ainda não encontrou um locus de acumulação junto a maior parte desse segmento, nem o Estado optou em tornar isto, via políticas públicas, viável.

O que existe é uma incompatibilidade entre a política do Governo Federal que dá ênfase a necessidade de se apoiar a agricultura familiar e a política deste mesmo Governo, que reduz significativa-

mente os recursos alocados à pesquisa agropecuária pública, forçando os dirigentes da EMBRAPA à necessidade de recorrer aos recursos financeiros privados, que direcionarão aquela mesma pesquisa agropecuária pública cada vez para mais longe da considerada prioritária (pelo Governo) agricultura familiar. Corre-se pois, o risco dos benefícios da pesquisa agropecuária pública serem direcionadas, cada vez mais, para um grupo restrito de usuários, em detrimento da imensa maioria dos produtores rurais e, o que é mais importante, dos consumidores, já que os esforços de geração e transferência de tecnologia tenderão a atender, prioritariamente, a demanda daqueles que podem pagar, os grandes produtores rurais e agroindustriais.

#### BIBLIOGRAFIA

- ADANT, P.; ALTAFIN, I., *Agricultores paysannes au Bresil: enquete sur un enjeu national* (S.I.), Foundation pour le progress de l'Homme, 1991. 1v;
- AMBROSI, I.; CRUZ, E. R., *Taxa de retorno dos recursos aplicados em pesquisa no Centro Nacional de Pesquisa de Trigo*, Passo Fundo – RS, EMBRAPA – CNPT, 1984, 27p;
- BARBOSA, M. M. T. L.; CRUZ, E. R. da; ÁVILA, A. F. Q., *Benefícios sociais e econômicos da pesquisa da EMBRAPA; uma reavaliação*, in: YEGANIANI'Z, L. (org.), *Pesquisa Agropecuária, questionamentos, consolidação e perspectivas*. Brasília – DF, EMBRAPA – DPU, 1988, pp. 339-52;
- CRUZ, E. R. da; PALMA, V.; ÁVILA, A. F. D., *Taxas de retorno dos investimentos da EMBRAPA, investimentos totais e capital físico*. Brasília – DF, EMBRAPA – DID, 1982. 47p. (EMBRAPA-DOM. Documentos, 1);
- DELPEUCH, B., *Pour des Agricultures Paysannes*, (S.I.), Foundation Pour le Progress de L'Homme, 1989. 31p.;
- EMBRAPA, Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido (Petrobrina, PE), *Programa: Sistemas de Produção da Agricultura Familiar*, Petrolina, s.d. 18p.;
- \_\_\_\_\_. (Brasília, DF), *Estratégia Gerencial da EMBRAPA*, gestão 95/98, Brasília, 1995a. n.p.;
- \_\_\_\_\_. (Brasília, DF), *Projetos e Processos Prioritários da EMBRAPA*, Brasília, 1995b. 27p.;
- FAO, Escritório Regional para América Latina e Caribe, *Desenvolvimento Agropecuário; da dependência ao protagonismo do agricultor*, Santiago, 2<sup>a</sup> ed., 1992, 24p.;

- \_\_\_\_\_. Oficina Regional para América Latina y el Caribe, *Generacion de Tecnologias Adecuadas al desarrollo Rural*. Santiago, 2.ed., 1988, 41p., (FAO, Série: Desarrollo Rural, 4);
- IBGE, *Censos Agropecuários*, Rio de Janeiro – RJ, 1985;
- LEMOS, M. G., *Organização Agroindustrial, entrada em tecnologia e liderança de mercados; o caso brasileiro*, in: RAMOS, P.; REYDON, B. P. (ogs), *Agropecuária e agroindústria no Brasil; ajuste, situação atual e perspectivas*, Campinas – SP, ABRA, 1995, 254p.;
- MARTING, G., Fases e faces da modernização agrícola brasileira, Brasília – DF, *Planejamento e Políticas Públicas*, 01(1): 3-44, 1989;
- MELO, F. B. H. de, *Agricultura; incerteza e disponibilidade de tecnologia*, São Paulo – SP, USP/IPE, 1978 (Tese Livre Docência);
- ROESSING, A. C., *Taxa interna de retorno dos investimentos em pesquisa de soja*, Londrina – PR, 1984, 37p. (EMBRAPA – CNPSO, Documento, 6);
- SANTOS, R. F. dos, *Presença de Viéses de Mudança Técnica na Agricultura Brasileira*, São Paulo – SP, USP/IPE, 1986, 176p., (USP/IPE, Ensaios Econômicos, 63);
- SANTOS, R. F. dos; CALEGAR, G. M.; SILVA, V. V. da; BARROS, M. A. L.; LIMA, J. O. A. de A.; MOTTA, J. da S.; NETO, J. de S., *Avaliação Socioeconômica das Pesquisas da EMBRAPA na Região Nordeste*, Brasília – DF, EMBRAPA, 1989, 45p., (EMBRAPA – SEP. Documentos, 37).

## O PROÁLCOOL E SEUS EFEITOS SOBRE A AGRICULTURA DE VISCONDE DO RIO BRANCO, MINAS GERAIS

*Gerson Henrique da Silva*<sup>1</sup>

*Robério Telmo Campos*<sup>2</sup>

*Teobaldo Campos Mesquita*<sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

#### O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

Os dois choques do petróleo ocorridos em 1973 e 1978 marcaram mundialmente a década de 70, levando a economia brasileira a procurar alternativas que reduzissem sua dependência externa de energia. O Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), iniciado em 1975, foi um dos programas instituídos com o objetivo de desenvolver formas alternativas de geração de energia.

Os incentivos do Programa, através do financiamento da matéria-prima para a produção de álcool, levou Minas Gerais a ocupar o quarto lugar entre os estados produtores de cana-de-açúcar. Para esse

---

<sup>1</sup> Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará.

<sup>2</sup> Doutor em Economia e Professor do Departamento de Economia Agrícola do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará – Campus do Pici, Caixa Postal 12168.

<sup>3</sup> Doutor em Economia e Professor do Departamento de Economia Agrícola do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará – Campus do Pici, Caixa Postal 12168.

desempenho estadual, a Zona da Mata teve importante contribuição, por se tratar de uma das principais produtoras da matéria-prima. A região tem como um dos destaques o município de Visconde do Rio Branco.

Na safra 83/84, a produção de cana-de-açúcar no Município cresceu 111% em relação a safra 77/78, correspondente a uma expansão de 112% na área cultivada, facilitando, com isso, a oferta da matéria-prima absorvida pelas usinas locais. Deve-se destacar que, nessa safra, foram esmagadas 647,34 mil toneladas de cana em Visconde do Rio Branco, representando 24,53% da cana produzida na Zona da Mata.

Assim sendo, a reboque dos incentivos do PROÁLCOOL, a agricultura local expandiu-se, notadamente a lavoura canavieira, demandando mais insumos, mão-de-obra e aumentando a sua participação no produto agrícola de Visconde do Rio Branco. Portanto, em termos de expressão econômica, a produção de cana-de-açúcar e a fabricação de álcool e açúcar, juntamente com outros ramos da agroindústria, concentravam 60% dos empregos no Município.

Segundo BARATA (1993), a partir de 1985, com a queda do preço do petróleo no mercado internacional, o Programa Nacional do Alcool entrou em compasso de espera. Ele foi lançado numa conjuntura mundial, em que se projetava um incremento constante do então elevado preço do petróleo, desconsiderando a questão dos custos. Mas, quando o preço do petróleo começou a declinar e os recursos nacionais ficaram escassos, a viabilidade do Programa passou a ser questionada. Teve-se então, uma redução dos recursos públicos destinados ao PROÁLCOOL, de modo que o volume de dinheiro liberado em 1985, representou apenas 15% da dotação orçamentária do Programa em relação ao ano anterior, dificultando assim o financiamento aos produtores de cana e às usinas. Essa tendência declinante da oferta de recursos perdurou até 1988, cessando totalmente a partir de então (SILVA, 1996). Com a desativação do Programa, tanto os fornecedores como as usinas foram atingidos, pois não dispuseram mais de recursos para investir no plantio da cana-de-açúcar. Ressalta-se ainda que as usinas deixaram de contar, também, com os recursos

destinados à implantação e, principalmente, para modernização e/ou ampliação das destilarias existentes.

Com o esgotamento das fontes de financiamento aos fornecedores e às usinas, a atividade como um todo se retraiu. O setor diminuiu o seu nível de atividade, provocando, assim, um desaquecimento da economia agrária do município de Visconde do Rio Branco. Assim sendo, dada a importância da atividade canavieira no Município, torna-se importante identificar e mensurar algumas das principais conseqüências da desativação do PROÁLCOOL sobre a economia agrária de Visconde do Rio Branco (MG).

A investigação tem como ponto de partida a seguinte hipótese: a economia agrária do município de Visconde do Rio Branco (MG) apresentou maior dinamismo na vigência do PROÁLCOOL e regrediu com a sua desativação, ficando, porém, num patamar superior ao verificado antes da implantação do Programa.

Assim sendo, pretende-se analisar o comportamento da produção, da área colhida e do valor da produção com a desativação do PROÁLCOOL na agricultura do município de Visconde do Rio Branco na Zona da Mata mineira; bem como analisar a evolução do emprego rural no Município, no período de 1970-1993.

## METODOLOGIA

### ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada no município de Visconde do Rio Branco (MG), localizado na Zona da Mata mineira, a 295 km da capital, Belo Horizonte. A área do município é de 276 km<sup>2</sup>, sua altitude é de 732 metros e detém uma população de aproximadamente 28.427 habitantes. A cidade é banhada pelo Rio Xopotó.

Na agricultura, destaca-se a produção de cana-de-açúcar, sendo que a expansão dessa cultura foi fortemente influenciada pela existência de usinas açucareiras na localidade. Destaca-se ainda, que a estrutura fundiária do município caracteriza-se pela predominância de pequenas propriedades rurais.

#### FONTES DOS DADOS

Os dados utilizados neste trabalho são de fontes secundárias e foram obtidos principalmente junto ao IBGE, FGV, EMATER – MG, INCRA, Associação dos Plantadores de Cana de Minas Gerais, Associação dos Plantadores de Cana de Visconde do Rio Branco e Companhia Açucareira Rio Branquense.

#### MÉTODOS DE ANÁLISE

Como etapa preliminar do procedimento metodológico, foi feita uma análise exploratória do comportamento da agricultura do município de Visconde do Rio Branco (MG), através de gráficos, para se determinar os subperíodos a serem considerados. Assim, estes períodos foram definidos em função das mudanças ocorridas na inclinação da linha de tendência.

Em seguida, com base nos subperíodos sugeridos pela análise gráfica e com o uso de variáveis artificiais, foram ajustadas regressões de tendência, objetivando identificar diferenças na inclinação da função. Mudanças na inclinação significam que as taxas geométricas de crescimento são distintas nos períodos analisados. Segundo NEGRINETO, COELHO & MOREIRA (1993), diversos fatores podem determinar a mudança na taxa de crescimento entre subperíodos, podendo-se citar a implementação de medidas econômicas, intervenção da política agrícola, influências biológicas e climática entre outras.

Tendência da Produção, da Área Colhida, do Valor da Produção da Cana-de-Açúcar + Milho + Feijão e do Emprego Rural.

Fez-se um estudo de tendência, através do uso da taxa geométrica de crescimento, para analisar os impactos da desativação do PROÁLCOOL sobre o setor agrícola do Município. Essa taxa representa o ritmo médio de crescimento do fenômeno considerado ocorrido em um período de  $n$  anos.

Utilizou-se o método da regressão linear para calcular as taxas geométricas de crescimento das variáveis analisadas no Município, no período de 1970 a 1993. Logo, a tendência das variáveis, foi obtida com base na seguinte expressão:

$$V_t = V_0 (1 + r)^t \quad (1)$$

onde:

$V_t$  = Valor da variável em estudo no t-ésimo período;

$V_0$  = Valor da mesma variável no período inicial;

t = número de períodos transcorridos após a observação inicial;

r = taxa geométrica de crescimento.

Segundo HOFFMANN & VIEIRA (1977), no caso em que ocorrem  $m$  taxas de crescimento, tratando-se, portanto, de ajustamento de uma poligonal com mais de um vértice, a diferenciação entre períodos pode ser feita com a utilização de variáveis artificiais. Tais variáveis foram introduzidas no modelo para permitir mudanças nos coeficientes de inclinação.

Considerando-se o uso de variáveis artificiais, a expressão (1) foi ampliada, obtendo-se:

$$W_j = W_0 (1 + r_1)^{x_{1j}} (1 + r_2)^{x_{2j}} \dots (1 + r_m)^{x_{mj}} e^{mj} \quad (2)$$

onde:

$W_j$  = valor da variável em estudo no j-ésimo período;

$W_0$  = valor da variável ( $W_j$ ) no período inicial;

$r_i$  = taxa geométrica de crescimento ( $i = 1, 2, 3, \dots, m$ );

$X_{ij}$  = t ( $i$  = representa o período;  $j$  = o número de observações existentes dentro do período;  $j = 1, 2, 3, \dots, n$ );

e = base do logaritmo natural ou neperiano, que é constante e aproximadamente igual a 2,718.

Logaritmizando-se a expressão (2) obtém-se:

$$\ln W_j = \ln A + x_{1j} \ln(1 + r_1) + x_{2j} \ln(1 + r_2) + \dots + x_{mj} \ln(1 + r_m) + \ln e^{mj}, \quad (3)$$

que corresponde à equação linear:

$$y_j = \beta_0 + \beta_1 x_{1j} + \beta_2 x_{2j} + \dots + \beta_m x_{mj} + u_j$$

onde:

$$y_i = \ln W_i$$

$$\beta_0 = \ln W_0;$$

$$\beta_i = \ln(1 + r_i);$$

$$r_i = (\text{antiln } \beta_i) - 1;$$

$$u_i = \text{erro aleatório};$$

$x_{ij}$  = variáveis artificiais, definidas de acordo com o modelo ajustado.

Com base no estudo prévio da trajetória de cada variável, feito a partir dos respectivos gráficos de evolução ao longo do tempo, foram ajustados os seguintes modelos<sup>4</sup>:

a) Produção agregada:

- Cana-de-Açúcar + Milho + Feijão:

$$QT_j = QT_0 (1 + r_1)^{x_{1j}} (1 + r_2)^{x_{2j}} (1 + r_3)^{x_{3j}} (1 + r_4)^{x_{4j}} \text{ em}^j$$

b) Área colhida total:

- Cana-de-açúcar + Feijão + Milho:

$$AT_i = AT_0 (1 + r_1)^{x_{1j}} (1 + r_2)^{x_{2j}} (1 + r_3)^{x_{3j}} \text{ em}^j$$

c) Valor da produção agregada:

- Cana-de-Açúcar + Feijão + Milho:

---

<sup>4</sup> Os valores das variáveis artificiais ( $x_{ij}$ ) para a produção, área colhida, valor da produção e emprego rural, são mostrados em SILVA (1996).

$$VT_j = VT_0 (1 + r_1)^{X1j} (1 + r_2)^{X2j} em^j$$

d) Emprego rural:

$$ER_j = ER_0 (1 + r_1)^{X1j} (1 + r_2)^{X2j} (1 + r_3)^{X3j} em^j$$

As seguintes hipóteses podem ser formuladas:

$$H_0: \beta_k = \beta_i$$

$$H_a: \beta_k \neq \beta_i$$

Partindo-se destas hipóteses, aplicou-se o teste “t” de *Student* para comparar os pares de coeficientes das regressões e verificar se a mudança na tendência é estatisticamente significativa. Para isso, recorreu-se ao teste indicado por HOFFMANN & VIEIRA (1977), cuja expressão é a seguinte:

$$t_c = \frac{\beta_k - \beta_i}{\sqrt{V(\beta_k - \beta_i)}}$$

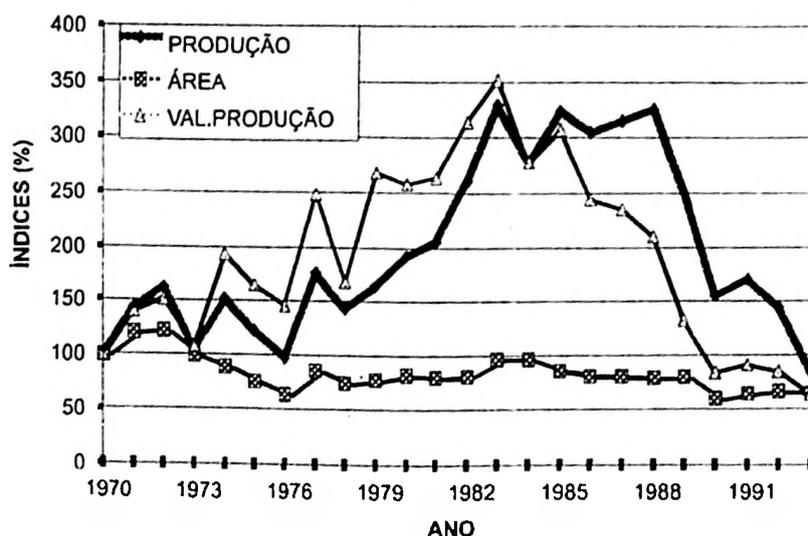
## RESULTADOS

Evolução da Produção, da Área Colhida e do Valor da Produção da Cultura de Cana-de-Açúcar, Milho e Feijão no Município de Visconde do Rio Branco

Observando-se a trajetória do índice de produção agregada de cana-de-açúcar + milho + feijão ao longo de todo o período analisado (FIGURA 1), percebe-se que a produção agrícola nos anos de 1970 a 1977 apresentou um comportamento cíclico, que não se repetiu no período de 1977 a 1983, em que a curva passou a ter um padrão mais definido, caracterizado por um crescimento contínuo. Já nas safras de 1983 a 1988, a curva mostrou-se relativamente estável, passando a

declinante no período de 1988-93. Desse modo, as taxas geométricas de crescimento foram estimadas considerando-se quatro variáveis artificiais, sendo os resultados apresentados na TABELA 1.

**FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES AGREGADOS DA PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E DO VALOR DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR + MILHO + FEIJÃO (MUNICÍPIO DE VISCONDE DO RIO BRANCO, MG – 1970/93)**



Esta Tabela mostra que, nas safras de 1970 a 1977, a produção agregada das três culturas apresentou uma taxa de crescimento anual positiva de 0,83%. Este comportamento ascendente da produção se intensificou no período seguinte (1977-1983), com uma taxa de crescimento dezessete vezes superior à verificada no período anterior (14,56%), reduzindo-se em seguida para apenas 1,28%, no período 1983-1988. A partir de 1988, esta taxa caiu sensivelmente, mostrando que houve no período 1988-93 um decréscimo médio anual de 21,36% na produção agrícola.

TABELA 1 – TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO PARA AS CULTURAS  
DE CANA-DE-AÇÚCAR + MILHO + FEIJÃO  
NO MUNICÍPIO DE VISCONDE DO RIO BRANCO (MG), NO PERÍODO 1970 A 1993.

<i>Variável</i>	<i>Subperíodo</i>	<i>Taxa (%)</i>
Produção Agregada	1º) 1970 a 1977	0,83
	2º) 1977 a 1983	14,56
	3º) 1983 a 1988	1,28
	4º) 1988 a 1993	-21,36
Área Colhida Total	1º) 1970 a 1976	-8,29
	2º) 1976 a 1983	3,57
	3º) 1983 a 1993	-3,78
Valor da Produção Agregada	1º) 1970 a 1983	9,84
	2º) 1983 a 1993	-15,18

Fonte: Dados da Pesquisa

A taxa positiva apresentada pela produção agrícola no período (1970 a 1977), está associada a uma elevação no rendimento da cana-de-açúcar e não às culturas de milho e feijão, que tiveram decréscimos de produção neste período. Segundo estudos realizados por RICCI et al. (1994), ocorreu na região Centro-Sul um aumento de 20% na área ocupada pela lavoura canavieira e que, nessa região, o rendimento agrícola cresceu.

Na vigência do PROÁLCOOL (1977 A 1988), as culturas de milho e feijão continuaram a apresentar taxa de crescimento negativas, enquanto a cana-de-açúcar, impulsionada pela política de incentivos do programa do álcool expandiu sua produção, contribuindo assim para a expansão da produção agregada no Município. Ressalta-se que neste período a conjuntura de preços do açúcar no mercado internacional era desfavorável.

A partir de 1988, com o fim dos financiamentos a produtores e usineiros, a produção de cana-de-açúcar no Município entrou em declínio, contribuindo para a taxa negativa apresentada pela produção agrícola de Visconde do Rio Branco, enquanto que as culturas

alimentares demonstraram tendência de recuperação. A queda na produção de cana-de-açúcar pode estar associada também a defasagem histórica de seus preços, assim como ao aumento crescente dos custos de financiamento.

O teste "t" mostrou-se significativo na comparação da evolução da produção nos seguintes subperíodos: entre o segundo e o primeiro, entre o segundo e o terceiro, entre o segundo e o quarto, entre o terceiro e o quarto e entre o quarto e o primeiro subperíodos, ao nível de até 1%; porém, não foi significativo entre o terceiro e o primeiro subperíodos (TABELA 2).

TABELA 2 – TESTE "t" PARA AS TAXAS DE CRESCIMENTO, POR SUBPERÍODOS, PARA AS CULTURAS DE CANA-DE-AÇÚCAR + MILHO + FEIJÃO NO MUNICÍPIO DE VISCONDE DO RIO BRANCO (MG), NO PERÍODO 1970 A 1993.

Varável	Subperíodo	Teste "t"
Produção Agregada	2º > 1º	3,15*
	2º > 3º	2,60*
	2º > 4º	9,83*
	3º = 1º	0,13
	3º > 4º	4,45*
	4º < 1º	-6,03*
Área Colhida Total	2º > 1º	5,44*
	2º > 3º	4,58*
	3º > 1º	3,11*
Valor da Produção Agregada	2º < 1º	-11,88*

Fonte: Dados da Pesquisa.

\* significante ao nível de probabilidade de até 1%.

Continuando-se a análise da Figura 1, observa-se que a área colhida total das três culturas no Município, mostrou tendência decrescente de 1970 a 1976, crescente de 1976 a 1983 e decrescente de 1983 a 1993. Portanto, foram utilizadas três variáveis artificiais no ajustamento da curva de tendência. Verifica-se através da Tabela 1, que a área colhida na agricultura de Visconde do Rio Branco experi-

mentou um decréscimo médio anual de - 8,29%, no período de 1970-1976. Já no período seguinte, de 1976 a 1983, em que a cana-de-açúcar teve uma expansão de área significativa, impulsionada pelos recursos do PROÁLCOOL, a área colhida total cresceu em média 3,57% a.a.. A área colhida de cana voltou a influenciar a taxa de crescimento no período seguinte (1983 a 1993), em que ocorreu outra redução de - 3,78% a.a. na área colhida total. Esta taxa não foi maior porque, a partir de 1983, o milho e, mais tarde, o feijão passaram a apresentar taxas de crescimento positivas, o que ensejou uma recuperação da área com essas culturas (Tabela 1).

Através do teste "t", verificaram-se diferenças estatísticas entre as taxas de crescimento da área colhida nos subperíodos considerados. Assim, concluiu-se que houve diferença entre o segundo e o primeiro, entre o segundo e o terceiro e entre o terceiro e o primeiro subperíodos, ao nível de significância de até 1% (Tabela 2)

Os resultados para o Município, estão de acordo com *HOMEM DE MELO & FONSECA (1981)*, que destacaram a ocorrência de uma expressiva realocação de recursos, durante a primeira fase do PROÁLCOOL, na agricultura paulista, com a ocorrência de maior área plantada com cana-de-açúcar e menor área com outras culturas, como arroz, feijão e milho.

"O valor da produção permite aferir a renda bruta da atividade e serve de indicador da capacidade de autofinanciamento do produtor rural" (*MONTEIRO, 1994, p.6*).

Assim sendo, na formação do valor da produção de Visconde do Rio Branco no período analisado (1970 a 1993), a cana-de-açúcar foi a que mais contribuiu, seguida pelo milho e o feijão. Verificou-se durante o período do PROÁLCOOL (1977-1988), que a cana-de-açúcar chegou a responder por 92,19% do valor da produção total, enquanto as demais culturas experimentaram, no mesmo período, um decréscimo de participação na formação da renda bruta da agricultura local.

Pela Figura 1, observa-se que o valor da produção agregada de cana, milho e feijão, apresentou tendência crescente de 1970 a 1983

e decrescente de 1983 a 1993. Portanto, usaram-se duas variáveis artificiais no ajustamento da função. No primeiro subperíodo (1970-1983), a taxa de crescimento do valor da produção foi de 9,84% (Tabela 1), o que atribui-se ao crescimento dos preços da cana, do milho e do feijão, durante o período de 1970 a 1977 e, ao maior volume de produção da cana, observado no período de 1977 a 1983, este claramente fruto dos incentivos do Programa. Entre 1983 e 1988, a produção de cana se estabilizou, passando depois a declinar sensivelmente devido a redução dos recursos, em decorrência da desativação do PROÁLCOOL. Este fato provocou, no período 1983-1993, uma redução anual no valor da produção municipal de 15,18%, em média. Pode-se admitir, também, que esse decréscimo esteve ligado à queda nos preços desses produtos a partir de 1978. Segundo PIMENTEL (1995), a legislação que embasa o atual sistema de gerência dos preços do segmento sucroalcooleiro estabelece que os preços da cana, do álcool e do açúcar devam ser balizados pelos custos estimados de produção. Só que, na prática, as taxas de inflação mensais e os aspectos políticos é que determinam os preços desses produtos. Esta conjugação de fatores levou a uma defasagem de preços da ordem de 20%, nos produtos da região Centro-Sul e de 40 a 60%, nos preços dos produtos da região Norte-Nordeste.

O teste "t" mostrou-se significativo ao nível de até 1%, na comparação das taxas de crescimento do valor da produção verificadas entre o primeiro e o segundo subperíodos, comprovando assim que essas taxas são realmente diferentes (Tabela 2).

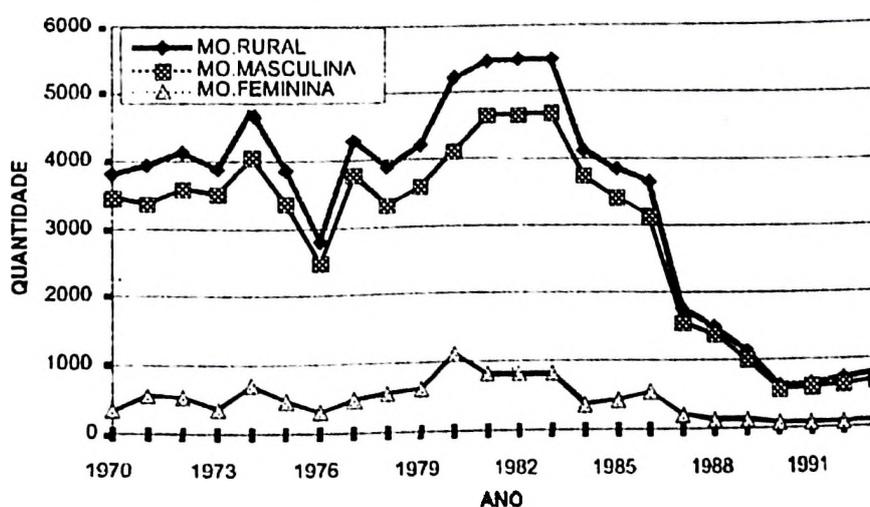
#### EVOLUÇÃO DO EMPREGO RURAL

Quanto à evolução do emprego rural em Visconde do Rio Branco, observaram-se duas mudanças na inclinação da linha de tendência (FIGURA 2), identificando-se, assim, a existência de três subperíodos: 1970-1977, 1977-1983 e 1983-1993; o primeiro e o terceiro subperíodos são de tendência decrescente e o segundo de tendência crescente. Portanto, utilizaram-se três variáveis artificiais no ajustamento da função (TABELA 3).

Constatou-se que, no subperíodo 1970 a 1977, o emprego rural

no Município cresceu a uma taxa negativa de 0,63% a.a., valor este atenuado pelo crescimento da participação do trabalho feminino. No período seguinte (1977-1983), o desemprego diminuiu, impulsionado pelo crescimento da produção de cana em igual período, o que levou a um crescimento médio anual de 6,42% no emprego rural. Essa taxa de crescimento no nível de emprego foi revertida no período seguinte (1983-1993). É neste subperíodo que se verifica a estabilização e o declínio vertiginoso da produção de cana, que acabou refletindo numa taxa média anual negativa de 21,52% no nível de emprego rural em Visconde do Rio Branco.

FIGURA 2 – EVOLUÇÃO DO EMPREGO RURAL FEMININO + MASCULINO E DO MASCULINO E FEMININO, NO MUNICÍPIO DE VISCONDE DO RIO BRANCO, NO PERÍODO DE 1970/1993.



Em estudo realizado pela Coque e Álcool de Madeira COALBRA (1983), foram constatadas as modificações ocorridas nas relações de trabalho no campo, em São Paulo e em Minas Gerais, em que pequenos produtores (parceiros, colonos e ocupantes) foram transformados em trabalhadores assalariados. Posteriormente, esse quadro se acentuou em razão da especialização das unidades produtivas, que ao necessitar de um tamanho mínimo, a fim de que se tornassem rentáveis, reforçou a manutenção da estrutura fundiária concentrada e inviabi-

lizou os cultivos intercalares (que geralmente envolviam a produção de alimentos baseada na pequena produção) em função da mecanização exigir grandes áreas de cultivo.

TABELA 3 – TAXAS DE CRESCIMENTO DO EMPREGO RURAL FEMININO + MASCULINO, NO MUNICÍPIO DE VISCONDE DO RIO BRANCO (MG), NO PERÍODO 1970 A 1993.

Variável	Subperíodo	Taxa (%)
Emprego Rural	1º) 1970 a 1977	-0,63
	2º) 1977 a 1983	6,42
	3º) 1983 a 1993	-21,52

Fonte: Dados da Pesquisa.

Na análise da evolução do emprego rural entre subperíodos, o teste "t" mostrou-se significativo ao nível de até 10%, entre o segundo e o primeiro subperíodos. Já entre o segundo e o terceiro e entre o terceiro e o primeiro subperíodos, a significância foi de até 1% (TABELA 4).

TABELA 4 – TESTE "t" PARA AS TAXAS DE CRESCIMENTO, POR SUBPERÍODOS, DO EMPREGO RURAL FEMININO + MASCULINO, NO MUNICÍPIO DE VISCONDE DO RIO BRANCO (MG), NO PERÍODO 1970 A 1993

Emprego Rural	Subperíodo	Teste "t"
Feminino + Masculino	2º > 1º	1,39****
	2º > 3º	7,61*
	3º < 1º	-7,72*

Fonte: Dados da Pesquisa.

\* significativo ao nível de probabilidade de até 1%.

\*\*\*\* significativo ao nível de probabilidade de até 10%.

## CONCLUSÕES

Constatou-se pelos resultados obtidos que houve dinamismo, em termos de crescimento na agricultura do município de Visconde do Rio Branco, principalmente na primeira fase do Programa. A forte expansão do setor, expressa pelo aumento da produção, deveu-se ao incremento substancial da área colhida de cana-de-açúcar e não às culturas alimentares, que conviveram com redução de área no mesmo período. O crescimento da área com cana-de-açúcar foi fruto dos incentivos do PROÁLCOOL. O valor da produção agrícola municipal e o emprego rural também tiveram comportamento positivo no mesmo período.

A redução dos incentivos, a partir de 1985, acrescida da desativação do PROÁLCOOL, em 1988, e mais a defasagem histórica dos preços da cana-de-açúcar provocaram o desestímulo dos produtores rurais, que reduziram a área plantada com cana, provocando assim, redução na produção, no valor da produção e no emprego rural do Município. Ou seja, houve uma redução na renda bruta dos produtores e, conseqüentemente, na capacidade de autofinanciamento da produção, que por sua vez, reduziu, também, a demanda por trabalhadores agrícolas, aumentando o nível de desemprego na agricultura local. Constatou-se também que, com a desativação do Programa, as culturas alimentares iniciaram uma nova fase de recuperação.

Logo, a hipótese objeto da investigação foi confirmada, em parte, já que na análise, a maioria das variáveis demonstraram que, realmente, o PROÁLCOOL deu maior dinamismo a agricultura de Visconde do Rio Branco, mas o impacto da sua desativação foi maior do que o esperado, pois mostrou uma agricultura com um quadro inferior ao verificado antes do Programa.

## BIBLIOGRAFIA

- BARATA, M. M. de L., *Alcool combustível, uma realidade nacional.*, Conjuntura Econômica, 47(11): 50-52, nov., 1993;
- COALBRA, *Alcool e Emprego: o impacto da produção de álcool de cana-de-açúcar e de madeira sobre a geração de empregos*, Brasília, Ministério da Agricultura, 1983, 170 p. (Cadernos Coalbra, 3);

- HOFFMANN, R.; VIEIRA, S., *Análise de regressão: uma introdução à econometria*, São Paulo, HUCITEC, 1977. 339 p.;
- HOMEM DE MELO, F.; FONSECA, E. G., *PROALCOOL, energia e transporte*, São Paulo, FIPE/Pioneira, 1981. 163 p.;
- MONTEIRO, Maria J. C., *Valor da produção das lavouras e perspectivas do plantio*, in: *Agroanalysis*, Rio de Janeiro, FGV, 14 (2): 6-8, out., 1994.;
- NEGRI NETO, A.; COELHO, P.J.; MOREIRA, I. R. de O., *Análise gráfica e taxa de crescimento*, in: *Informações econômicas*, São Paulo, vol. 23, nº 10, out., 1993.;
- PIMENTEL, R., *Gerenciamento dos preços no segmento sucroalcooleiro*, in: *Agroanalysis*, Rio de Janeiro, FGV, 15 (3): 12-13, març., 1995.;
- RICCI, R., (coord.), *Mercado de trabalho do setor sucroalcooleiro no Brasil*, Estudos de Políticas Agrícolas n.º 15, Brasília, IPEA, 1994. 176 p.;
- SILVA, G. H. da, *Impacto da desativação do Programa Nacional do Alcool (PRO-ÁLCOOL) sobre a agricultura do município de Visconde do Rio Branco - MG*, Fortaleza, UFC, 1996, 113 p. (Dissertação M.Sc.).